

Língua Portu guesa

PVVC

PRÉ-VESTIBULAR CECIERJ | volume 1

Diogo Pinheiro

Lucas Laurentino de Oliveira

Maria Luiza Mesquita Rocha



Língua Portu guesa

PVMC

PRÉ-VESTIBULAR CECIERJ | volume 1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Cláudio Castro

**Secretário de Estado de Ciência,
Tecnologia e Inovação**
Dr. Serginho

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Rogério Tavares Pires

Vice-Presidente de Educação

Caroline Alves da Costa

Pré-Vestibular Social

Diretor

Luiz Fernando Jardim Bento

Elaboração de Conteúdo

Diogo Pinheiro, Lucas Laurentino de Oliveira,
Maria Luiza Mesquita Rocha

Biblioteca

Any Bernstein, Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

cecierj.edu.br/pre-vestibular-social/

Material Didático

Diretor de Material Didático

Ulisses Schnaider Cunha

Diretora de Design Instrucional

Diana Castellani

Diretora de Material Impresso

Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico

Cristina Portella e Maria Fernanda de Novaes

Ilustração da Capa

Clara Gomes

Design Instrucional

Livia Tafuri e Vittorio Lo Bianco

Revisão Linguística

Lícia Matos

Diagramação

Alexandre d'Oliveira

Tratamento de Imagens e Ilustrações

Clara Gomes

Produção Gráfica

Fabio Rapello

FICHA CATALOGRÁFICA

P922

Pré-Vestibular Cecierj. Língua portuguesa. Volume 1 / Diogo Pinheiro, Lucas Laurentino de Oliveira, Maria Luiza Mesquita Rocha. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2021.

160 p.; 21 x 28 cm.
ISBN: 978-85-458-0251-8

1. Pré-Vestibular Cecierj. 2. Língua portuguesa. 3. Texto. 4. Recursos linguísticos. 5. Linguagem/ sociedade. 6. Leitura. I. Pinheiro, Diogo. II. Oliveira, Lucas Laurentino de. III. Rocha, Maria Luiza Mesquita. 1.Título.

CDD: 469



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Reservados todos os direitos mencionados ao longo da obra.

Proibida a venda.

Referências bibliográficas e catalogação na fonte de acordo com as normas da ABNT. Texto revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Língua Portu guesa

sumário

1	Estudo do texto (I): funções da linguagem	7
2	Estudo do texto (II): tipos textuais	25
3	Estudo do texto (III): argumentação	41
4	Estudo do texto (IV): gêneros textuais	57
5	Estudo do texto (V): coesão	71
6	Recursos linguísticos (I): conectivos	83

7	Recursos linguísticos (II): tempos e modos verbais	99
8	Recursos linguísticos (III): figuras de linguagem	117
9	Linguagem e sociedade: variação linguística e identidade social	135
10	Prática de leitura: da organização fundamental à superfície do texto – textos não literários	145

Apresentação

Querida aluna e querido aluno,

Este é o primeiro volume do seu livro didático de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Ele é composto por dez unidades, que passeiam por diferentes temas dos *estudos linguísticos* e privilegiam *textos não literários*.

As oito primeiras unidades estão organizadas em dois grandes grupos: as Unidades de 1 a 4 são dedicadas ao “Estudo do texto”, ao passo que as Unidades de 5 a 8 focalizam os “Recursos linguísticos”. Ou seja, começamos por uma visão panorâmica, olhando o texto como um todo, e, em seguida, descemos aos detalhes dos mecanismos gramaticais e estilísticos que constroem seus sentidos. Para fechar, a Unidade 9 focaliza o tema da variação linguística (um assunto *fundamental* no Enem) e a Unidade 10 promove uma revisão geral do volume, por meio da análise de textos.

Se estudar bem esse material, bem como os textos e atividades complementares disponíveis na plataforma *on-line* do PVS, você terá meio caminho andado para se sair super bem nas provas de Português dos exames de acesso às universidades (a outra metade do caminho está lá no Volume 2). Então, mãos à obra e bons estudos!

Estudo do texto (I): funções da linguagem

01

meta

Fornecer ferramentas para que você interprete e analise textos à luz da noção de *funções da linguagem*.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- reconhecer os elementos e o esquema da comunicação;
- reconhecer as funções da linguagem, tais como propostas por Roman Jakobson, incluindo as marcas linguísticas tipicamente associadas a cada função;
- identificar as funções da linguagem em textos de variados gêneros textual-discursivos;
- analisar e interpretar textos de variados gêneros textual-discursivos, sendo capaz de observar as múltiplas funções que eles podem desempenhar e a relação entre essas funções e sua estrutura formal.

Introdução

Para que serve a linguagem?

Suponha que uma criança se depare com um apagador e pergunte: “para que serve isso?”. Ao fazer essa pergunta, ela está questionando *qual é a função do apagador*. E a resposta aqui é simples: a função do apagador é apagar o quadro.

Se podemos indagar sobre a função de um apagador, nada nos impede de fazer o mesmo com a linguagem. Em outras palavras, nada nos impede de fazer a seguinte pergunta: para que serve a linguagem? Qual é sua função, sua utilidade?

A resposta parece simples: a linguagem serve para transmitir informações. Por exemplo: você vê que está chovendo lá fora e deseja comunicar esse fato a um amigo. Para isso, reúne algumas palavras e diz: “Está chovendo lá fora”. Ótimo: nesse exemplo, a linguagem serviu, muito simplesmente, para *transmitir uma informação*.

Mas as coisas não são tão simples. Por exemplo: digamos que alguém lhe pergunte se você quer algo da rua e que você responda “ah, eu estou com dor de cabeça”. Ao falar isso, você não deseja simplesmente que a outra pessoa fique ciente do seu infortúnio. O que espera é que seu interlocutor *faça alguma coisa para ajudar* – por exemplo, comprar um remédio na farmácia. Então, nesse caso, você não utilizou a linguagem simplesmente para transmitir uma informação. Você a utilizou com o objetivo de *influenciar o comportamento de alguém*.

Moral da história: a linguagem não tem apenas uma função. Tem pelo menos duas: *transmitir uma informação* e *influenciar o comportamento de alguém*. A má notícia (para você, vestibulando) é que essas duas funções ainda não esgotam a lista. Para sermos precisos, a linguagem pode desempenhar, exatamente, *seis funções*.

Quais são elas? Como podemos identificá-las em diferentes textos? É isso que você vai aprender nesta unidade.

Elementos e esquema da comunicação

Antes de apresentarmos as seis funções da linguagem, precisamos caracterizar o evento de comunicação. Para isso, vamos começar com a seguinte pergunta: que elementos devem estar presentes para que seja possível estabelecer comunicação entre duas (ou mais) pessoas?

Podemos começar do básico: não há comunicação sem, pelo menos, um *emissor* (alguém que transmite uma informação) e um *receptor* (alguém que a recebe). Na situação típica, emissor e

receptor são pessoas diferentes: por exemplo, se o professor está explicando a Teoria da Evolução e o resto da turma está em silêncio, então, nesse momento, o professor é o *emissor* e os alunos são os *receptores*. Mas pode até acontecer de esses dois papéis serem representados pela mesma pessoa – por exemplo, quando você escreve segredos inconfessáveis em seu diário. Nesse caso, você é o emissor no momento em que escreve e o receptor no momento em que lê o que escreveu.

Mas isso basta? Claro que não. Em geral, quando duas pessoas se comunicam, elas falam *sobre* alguma coisa – isto é, sobre algum assunto. Tecnicamente, o assunto de uma interação comunicativa é chamado de *referente*. Por exemplo: se João estiver contando para José que Maria passou no vestibular, o *emissor* é João, o *receptor* é José e o *referente* é a aprovação de Maria no vestibular.

Emissor, receptor, referente... Agora acabou? Ainda não. Para comprovar isso, imagine o seguinte cenário: (i) João e José estão no mesmo cômodo; (ii) João tem a informação de que Maria foi aprovada e sabe que essa informação interessa a José; e (iii) João permanece em silêncio. Nesse caso, é evidente que a comunicação não se efetiva. Moral da história: não basta que exista um emissor e um receptor (potenciais) e um referente (assunto) de interesse comum. Para haver comunicação, é preciso que alguém produza *sinais físicos capazes de expressar uma ideia*.

Como assim “sinais físicos”? É isso mesmo. Suponha que João abra a boca e enuncie a frase “A Maria passou no vestibular!”. Ao fazer isso, ele gerou *sinais sonoros*, que foram captados pelos ouvidos de José. Se preferir, João pode optar por fazer um desenho ou uma mímica que representem a aprovação de Maria. Não importa: desenho e mímica, assim como os sons linguísticos, são *sinais físicos que veiculam uma ideia*. Quando um emissor produz sinais desse tipo, dizemos que ele produziu uma *mensagem*.

Até aqui, então, você já foi apresentado a quatro elementos da comunicação: emissor, receptor, referente e mensagem. Mas a lista ainda não acabou. Sigamos.

Voltando à nossa situação original, mas alterando ligeiramente o cenário, imagine, agora, o seguinte: (i) João e José estão no mesmo cômodo; (ii) João sabe que Maria passou no vestibular e que essa informação interessa a José; e (iii) a fim de expressar essa ideia, João enuncia uma frase em inglês: “Maria passed her university entrance exam”. Caso José não fale inglês, ele vai ficar olhando com cara de ponto de interrogação – e a comunicação irá por água abaixo. Ou seja: aqui temos emissor (João), receptor (José), referente (a aprovação de Maria no vestibular) e mensagem (o texto concretamente produzido, isto é, “Maria passed her university entrance exam”). Ainda assim, a comunicação não se efetivou.

Desse cenário, podemos extrair uma lição importante: para que a comunicação aconteça, não basta que haja um emissor, um receptor, um referente e uma mensagem. Se houver tudo isso mas os interlocutores não compartilharem um código comum, nada feito. Tanto o português quanto o inglês são códigos que podem ser utilizados para expressar uma ideia, mas, em uma conversa, é preciso que todos dominem o código escolhido. Isso mostra que nossa lista precisa ser acrescida de um quinto elemento: um *código* comum a todos os interlocutores.

Lá no início, nós dissemos que os elementos da comunicação são exatamente seis. Pois é. Isso significa que só falta um: aquele que nós chamamos de *canal*. Para compreendê-lo, voltemos ao nosso cenário de sempre: João conversando com José sobre a aprovação de Maria. Imagine que, desta vez, João fale, em português mesmo: “A Maria passou no vestibular!”. Só que tem um problema: desta vez, João está no Rio de Janeiro e José, em São Paulo – e ninguém está usando internet ou telefone. Ou seja, João simplesmente resolveu abrir a boca e enunciar uma frase na esperança (vã) de que ela fosse ouvida por José. Ok, concordamos que essa é uma atitude pouco sensata. Mas o importante aqui é que ela nos ajuda a identificar qual é o elemento que está faltando para que a comunicação se efetive: o *meio físico de propagação ou circulação da mensagem*. Esse meio físico é o que nós chamamos de *canal*.

Moral da história? A comunicação não é uma coisa tão simples assim. Afinal, para que ela seja bem-sucedida, exatamente seis elementos devem estar presentes: o emissor, o receptor, o referente, a mensagem, o código e o canal. Esses são, portanto, os *elementos da comunicação*.

// atenção

Elementos da comunicação

- *Emissor* – responsável pela codificação e emissão da mensagem.
- *Receptor* – responsável pela recepção e decodificação da mensagem.
- *Referente* – conteúdo informativo (fatos, sentimentos, conceitos) do evento de comunicação.
- *Código* – sistema de linguagem compartilhado pelo emissor e pelo receptor.
- *Mensagem* – expressão concretamente produzida (texto, desenho etc.).
- *Canal* – meio ou ambiente físico por meio do qual a mensagem circula.

No Boxe de Atenção, os seis elementos da comunicação estão simplesmente listados, um seguido do outro. Mas de que maneira eles se relacionam em uma dada situação comunicativa? Assim: um *emissor* utiliza um *código* para criar uma *mensagem* sobre um *referente* e transmiti-la, por meio de um *canal*, a um *receptor*. Esse é o esquema da comunicação, que pode ser representado visualmente da seguinte forma:



Figura 1.1: Esquema da comunicação.

Agora que você já conhece os elementos e o esquema da comunicação, podemos cumprir a promessa feita no início da unidade: apresentar as seis *funções da linguagem*.

Funções da linguagem

Como dissemos no início desta unidade, a linguagem pode desempenhar seis funções, e o mais interessante é que cada uma delas está associada a um dos elementos da comunicação que você acabou de estudar. O quadro a seguir sintetiza as correspondências entre elementos e funções.

Quadro 1.1: Correspondência entre elementos da comunicação e funções da linguagem.

ELEMENTO DA COMUNICAÇÃO	FUNÇÃO DA LINGUAGEM
Emissor	Emotiva
Receptor	Conativa
Referente	Referencial
Mensagem	Poética
Código	Metalinguística
Canal	Fática

A coluna da esquerda você já conhece bem – tratamos desses elementos na seção anterior. Agora, então, nossa tarefa é apresentar, separadamente, cada uma das funções da linguagem listadas na coluna da direita.

Função referencial

A *função referencial* se caracteriza pelo foco no *referente*: falamos nela quando a linguagem é utilizada com o objetivo de *transmitir uma informação objetiva*.

Para entender isso na prática, imagine a seguinte situação: seu amigo, que estava ajudando você a procurar sua carteira perdida, avista, de relance, o objeto. Ele, agora, dispõe de uma informação que você ainda não tem (a localização da carteira) e quer transmiti-la a você. Para isso, produz a seguinte frase:

A carteira está no chão do banheiro.

Pronto: seu amigo usou a linguagem com o objetivo de *transmitir uma informação objetiva*. Logo, esse enunciado é um bom exemplo da função referencial da linguagem.

Do ponto de vista linguístico, a função referencial tende a ser marcada pela presença de pronomes e verbos em 3ª pessoa (como “ele”, “seu” etc.) e pela presença de linguagem denotativa. Mas atenção: essas propriedades não são, de modo algum, obrigatórias – trata-se apenas de tendências gerais, que podem ou não estar presentes em um texto particular.

// atenção

A linguagem denotativa *diz respeito ao uso literal das palavras, ao passo que a linguagem conotativa se refere ao uso figurativo (não literal)*. Veja dois exemplos simples:

- *Linguagem denotativa*: João está estressado.
- *Linguagem conotativa*: João está subindo pelas paredes.

Quando se trata de textos escritos, a função referencial é frequente em gêneros como verbetes de enciclopédias, notícias de jornais e artigos científicos. Vejamos um exemplo:

“Setenta e cinco presos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) fugiram neste domingo (19) da Penitenciária Regional de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, próximo à fronteira com o Brasil” (PM DE SP..., 2020).

Na passagem, como você pode ver, a linguagem está sendo usada para transmitir informações objetivas sobre um evento específico: a fuga de membros do PCC de um presídio paraguaio. Além disso, do ponto de vista formal, estão presentes nela as características que nós mencionamos anteriormente: verbo na 3ª pessoa (“fugiram”) e linguagem denotativa.

Função emotiva

A *função emotiva* se caracteriza pelo foco no *emissor*: falamos nela quando a linguagem é utilizada com o objetivo de *expressar as opiniões, emoções ou atitudes do emissor*.

Para entender essa ideia, compare as seguintes frases:

Ela perdeu a carteira.

Ela perdeu a carteira, infelizmente.

A primeira frase desempenha tão-somente uma função referencial: quem a emprega pretende apenas transmitir uma informação (a perda da carteira). A segunda frase, embora continue comunicando o mesmo fato objetivo, acrescenta um elemento novo: o advérbio “infelizmente”. Note que esse advérbio não altera em nada a situação comunicada pela frase original. Ele serve, na verdade, para *revelar como o emissor se sente em relação a essa situação* (ele se sente mal, lamenta o ocorrido). Isso caracteriza com precisão a função emotiva da linguagem.

Do ponto de vista linguístico, a função emotiva tende a apresentar pronomes e verbos em 1ª pessoa (como “eu”, “meu”, “amo” etc.), interjeições (como “ai”, “eba” etc.), advérbios e adjetivos avaliativos (“infelizmente”, “bom”, “ruim” etc.) e pontuação expressiva (como ponto de exclamação e reticências).

Quando se trata de textos escritos, o exemplo mais óbvio de função emotiva são os diários pessoais, mas essa função também é frequente na literatura, como podemos ver a seguir:

Já da noite o palor me cobre o rosto
 Nos lábios meus o alento desfalece
 Surda agonia o coração fenece
 E devora meu ser mortal desgosto!
 (AZEVEDO, 20--).

Os versos correspondem à primeira estrofe do poema “Soneto”, de Álvares de Azevedo. Trata-se de um poema confessional, em que o eu poético (ou seja, o emissor) revela seus estados emocionais internos (ele diz sentir agonia e desgosto). Só isso já é suficiente para atestarmos a centralidade da função emotiva nesse texto – mas, se quiser, você pode observar ainda a presença dos pronomes de 1ª pessoa (“me”, “meus”) e a pontuação expressiva, reveladora de estados emocionais.

// atenção

A diferença entre função referencial e função emotiva está ligada à oposição entre objetividade e subjetividade. A função referencial se caracteriza pelo uso objetivo da linguagem – isto é, o emissor usa a linguagem para falar sobre o mundo externo. Já a função emotiva se caracteriza pelo uso subjetivo da linguagem – isto é, o emissor a usa para expressar algo sobre seu mundo interior (suas opiniões, emoções ou atitudes).

Função conativa (ou apelativa)

A função conativa se caracteriza pelo foco no receptor: falamos nela quando a linguagem é usada com o objetivo de *induzir o receptor a realizar uma determinada ação*.

Considere, a título de exemplo, a seguinte frase:

Compra leite para mim, por favor.

Qual é o objetivo de quem produz esse enunciado? Claramente, não é transmitir uma informação objetiva (logo, não se trata da função referencial), nem expressar as próprias emoções, opiniões ou atitudes (logo, não se trata da função emotiva). Nesse exemplo, na verdade, a linguagem está sendo utilizada com o objetivo de *induzir o receptor a realizar uma determinada ação* (especificamente, comprar leite). Por isso, a função da linguagem predominante aqui é a *conativa*.

Do ponto de vista formal, a função conativa tende a ser marcada por verbos e pronomes em 2ª pessoa, verbos no modo imperativo e vocativos. Mas lembre-se: isso são apenas tendências, e não marcas obrigatórias.

Em textos escritos (ou multimodais), o exemplo mais evidente dessa função são as peças publicitárias – afinal, propagandas têm, por definição, o objetivo de influenciar o comportamento do receptor (levando-o, por exemplo, a comprar um produto, votar em um candidato ou tomar uma vacina). Veja este exemplo:



Figura 1.2: Peça publicitária com função conativa. Fonte: <https://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/cevejaria-substitui-campanha>. Acesso em: 30 set. 2021.

A peça mostrada na **Figura 1.2** é parte de uma campanha da marca Skol contra o assédio no Carnaval. Como você pode ver, seu objetivo é influenciar o comportamento dos leitores, levando-os a agir de uma maneira específica durante os festejos carnavalescos. É possível notar, ainda, a presença de uma das marcas formais que, com frequência, aparecem em textos nos quais a função conativa é predominante: o emprego do imperativo (“tire”, “respeite”).

Função poética

A *função poética* se caracteriza pelo foco na *mensagem*: falamos nela quando a linguagem é usada com o objetivo de *tornar a mensagem mais expressiva ou mais elaborada do ponto de vista estético*.

Para entender essa ideia, compare as seguintes frases:

Sou uma pessoa emotiva.

“Meu coração é um balde despejado”, Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa (CAMPOS, 20--).

As duas frases veiculam, aproximadamente, a mesma ideia. Apesar disso, a primeira soa mais banal e a segunda, mais expressiva (e mais elaborada do ponto de vista estético). Por essa razão, dizemos que a segunda frase exemplifica a *função poética* da linguagem.

Em poucas palavras, podemos dizer que essa função reflete uma preocupação com os *aspectos formais* da *construção da mensagem*. Esse cuidado meticuloso na composição do texto tem um objetivo claro: provocar prazer estético.

Para isso, o produtor do texto pode contar com diversos recursos, dentre os quais se destacam o ritmo, a rima e um amplo leque de figuras de linguagem (metáforas, metonímias, aliteraões, assonâncias etc.).

// atenção

Enquanto o foco da função referencial é o conteúdo (o que eu desejo comunicar), o foco da função poética é a forma (como estruturar o texto de maneira a torná-lo mais expressivo).

A título de exemplo, analise, novamente, a peça publicitária que nós mostramos na seção anterior. Você poderá constatar que, além de evidenciar a função conativa da linguagem, ela também manifesta a função poética.

E por quê? A chave aqui é o emprego criativo e expressivo das metáforas. No contexto de uma campanha contra o assédio no Carnaval, todo mundo entende que “Não deu jogo?” e “Tire o time de campo” não são expressões literais, e sim metafóricas: elas se referem à (im)possibilidade de um relacionamento amoroso ou sexual entre duas pessoas, e não a uma disputa entre dois times. Seria muito diferente se o texto fosse algo como “Se ela não quiser, não insista” – a mensagem seria a mesma, mas sua expressividade seria bem menor. Ao optar por uma formulação metafórica, o redator revela sua preocupação com a expressividade do texto – o que é próprio da função poética da linguagem.

Função metalinguística

A *função metalinguística* se caracteriza pelo foco no *código*: falamos nela quando usamos determinado código comunicativo para falar sobre esse mesmo código.

Por exemplo: a língua portuguesa, como você já sabe, é um código. Então, se eu uso a língua portuguesa para falar sobre ela própria, estou usando um código para falar dele mesmo. É o que acontece, por exemplo, com os dicionários. Veja:

“lâmpada

1 Bulbo de vidro, redondo, em forma de pera, de tubo etc., que envolve um dispositivo capaz de transformar energia elétrica em energia luminosa” (LÂMPADA, 2020).

Aqui, temos um fragmento do verbete da palavra “lâmpada” em um dicionário da língua portuguesa. Como você pode ver, essa é a língua em que o texto é produzido. Ao mesmo tempo, qual é o assunto dele? Isso mesmo: a própria língua portuguesa – especificamente, o significado de uma palavra dessa língua. Moral da história: o verbete traz informações *em* língua portuguesa *sobre* a língua portuguesa. Logo, trata-se de um claro exemplo de *função metalinguística*.

Mas essa função não está restrita a dicionários: ela também pode marcar presença na comunicação cotidiana. Por exemplo:

JOÃO: Um tsunami destruiu uma usina nuclear no Japão.

JOSÉ: O que é um tsunami?

JOÃO: É uma onda gigante, causada por abalos sísmicos ou erupções vulcânicas.

A primeira fala de João exemplifica a função referencial: João está transmitindo uma informação sobre um fato do mundo exterior. José, no entanto, em vez de comentar sobre o *assunto* da fala de João, pergunta sobre o significado de uma *palavra* usada por ele. Com isso, a conversa muda de rumo: deixa de ser sobre o *evento* tsunami e passa a ser sobre a *palavra* “tsunami”, isto é: deixa de ser sobre o mundo externo e passa a ser sobre a própria linguagem. Por isso, podemos afirmar que, na resposta de João, a função da linguagem predominante é a metalinguística.

Vejamos, agora, um terceiro exemplo:



Figura 1.3: Rene Magritte, A Perspicácia, 1936. Fonte: <http://cadaumnasualua.blogspot.com/2013/03/a-travessura-semiotica-de-rene-magritte.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

Esse quadro, do pintor francês René Magritte, chama-se *A perspicácia*. Para compô-lo, o artista utilizou um código de comunicação determinado: a pintura, composta por elementos como traços, cores, sombras, para falar sobre esse mesmo código. E qual é o tema do *quadro*? Isso mesmo: a própria pintura. Por isso, trata-se de uma obra metalinguística.

Função fática

A *função fática* se caracteriza pelo foco no *canal*: falamos nela quando a linguagem é utilizada com o objetivo de *estabelecer, manter ou interromper o contato entre os interlocutores*.

Para entender esse ponto, veja o exemplo:

JOÃO: *Bom dia.*

JOSÉ: *Bom dia.*

JOÃO: *Você sabe por que está tudo engarrafado?*

JOSÉ: *Teve um acidente ali na frente.*

Quando João diz “Bom dia”, ele não está, de fato, *informando* nada a José: está apenas sinalizando que deseja iniciar uma interação, ou seja, *estabelecer um vínculo comunicativo temporário* com ele. Da mesma forma, quando José responde “Bom dia”, ele está apenas sinalizando que ouviu o cumprimento de João e aceita estabelecer o vínculo comunicativo proposto. Assim, nas duas primeiras falas do diálogo anterior, a função da linguagem predominante é a fática. Uma vez estabelecido o vínculo, contudo, a coisa muda de figura: nas duas últimas falas, as funções predominantes passam a ser, nesta ordem, a conativa e a referencial.

Mas seria possível que houvesse um diálogo inteiro no qual a linguagem estivesse sendo usada unicamente com função fática? É raro (e um pouco cômico), mas pode acontecer. Por exemplo:

JOÃO: *Bom dia.*

JOÃO: *E aí?*

JOÃO: *Estamos aí, né?*

JOSÉ: *Pois é.*

JOÃO: *Então é isso.*

JOÃO: *Então beleza... fui.*

JOSÉ: *Tchau.*

Como você pode ver, o conteúdo informativo dessa conversa é nulo (ou quase). Aqui, em vez de trocarem informações, os interlocutores usam a linguagem para fazer três coisas: primeiro, eles iniciam um contato (as duas primeiras falas); depois, simplesmente mantêm esse contato, isto

é, sustentam um vínculo comunicativo sem compartilhar informações (a segunda e a terceira falas); por fim, sinalizam a interrupção desse vínculo (as três últimas falas). Nesse exemplo, portanto, a linguagem está sendo usada simplesmente para *estabelecer, gerenciar e interromper uma interação comunicativa*. É isso que caracteriza a função fática.

Do ponto de vista formal, essa função é marcada, sobretudo, pela presença de expressões de saudação (“bom dia”, “oi”, “alô” etc.) e de certos elementos que servem para gerenciar o andamento da conversa (“entendeu?”, “tá certo?” etc.).

Resumindo tudo

Todas as informações apresentadas até este momento estão resumidas no quadro a seguir.

Quadro 1.2: Síntese global das funções da linguagem e suas características

FUNÇÃO	CENTRADA NO/NA...	A LINGUAGEM É USADA PARA...	MARCAS LINGÜÍSTICAS TÍPICAS	APARECE FREQUENTEMENTE EM...	EXEMPLO
Referencial	Referente	Transmitir uma informação objetiva	Verbos e pronomes em 3ª pessoa; linguagem denotativa	Notícias, verbetes de enciclopédias, artigos científicos	O livro está em cima da mesa.
Emotiva	Emissor	Expressar as opiniões, emoções ou atitudes do emissor	Verbos e pronomes em 1ª pessoa; interjeições; pontuação expressiva; advérbios e adjetivos avaliativos	Diários pessoais, poesia do Romantismo	Infelizmente, eu fiquei ansioso.
Conativa (ou apelativa)	Receptor	Induzir o receptor a realizar uma determinada ação	Verbos e pronomes em 2ª pessoa; verbos no modo imperativo; vocativos	Peças publicitárias, manuais de instrução	Venha aqui!
Poética	Mensagem	Tornar a mensagem mais expressiva ou mais elaborada do ponto de vista estético	Rimas, metrificacão, figuras de linguagem (metáforas, metonímias, aliteraões, assonâncias etc.)	Poemas, letras de músicas, peças publicitárias	“Meu coração é um balde despejado.”
Metalingüística	Código	“Falar sobre” o próprio código	Não há	Verbetes de dicionários	A palavra “código” tem seis letras.
Fática	Canal	Estabelecer, manter ou interromper o contato entre os interlocutores	Saudaçoes (“oi”, “bom dia”), palavras e expressões que servem para gerenciar a conversa (“entendeu?”, “tá certo?”)	Conversas espontâneas	Bom dia!

Resumo

Nesta unidade, você aprendeu que a linguagem pode servir a seis finalidades distintas: *transmitir uma informação objetiva* (função referencial); *expressar as opiniões, emoções ou atitudes do emissor* (função emotiva); *levar o receptor a ter determinado comportamento* (função conativa ou apelativa); *tornar o texto mais expressivo ou mais elaborado do ponto de vista estético* (função poética); *“falar sobre” o próprio código comunicativo* (função metalinguística); e *estabelecer, manter ou encerrar um contato comunicativo* (função fática). Viu, ainda, que cada uma dessas finalidades – as chamadas funções da linguagem – corresponde a um elemento específico dentro do esquema da comunicação e tende a apresentar certas marcas gramaticais típicas. Por último, a atividade final mostrou de que maneira um texto concreto pode ser analisado levando-se em consideração a noção de *funções da linguagem*.

Atividade

Agora, sua tarefa é analisar o poema a seguir e tentar entender quais são as funções da linguagem predominantes nele. Para isso, leia-o pelo menos três vezes. Na primeira, concentre-se nos aspectos formais (número de estrofes, rimas etc.). Na segunda, foque no conteúdo (qual é o tema do texto?). Na terceira, tente associar o poema ao assunto estudado nesta unidade, observando as funções da linguagem predominantes nele.

Soneto VII

(Claudio Manuel da Costa)

Onde estou? Este sítio desconheço:
Quem fez tão diferente aquele prado?
Tudo outra natureza tem tomado;
E em contemplá-lo tímido esmoreço.

Uma fonte aqui houve; eu não me esqueço
De estar a ela um dia reclinado:
Ali em vale um monte está mudado:
Quanto pode dos anos o progresso!

Árvores aqui tão florescentes,
Que faziam perpétua a primavera:
Nem troncos vejo agora decadentes.

Eu me engano: a região esta não era;
 Mas que venho a estranhar, se estão presentes
 Meus males, com que tudo degenera!

(COSTA, 2020).

>> *saiba mais*

O eu poético, ou eu lírico, é a voz que fala nos poemas. Esse termo é usado para evitar a confusão entre o autor (pessoa real que escreve o texto) e o personagem ficcional.

Resposta comentada

Começamos pela forma. Como você pode ver, esse poema é composto de dois quartetos (estrofe de quatro versos) e dois tercetos (estrofe de três versos). Isso caracteriza uma forma poética fixa conhecida como *soneto*.

Nesse soneto, temos os quartetos e tercetos formatados em decassílabos (dez sílabas métricas) em todos os versos. Você não pode acreditar que isso tenha sido por acaso – certamente, houve um grande trabalho intencional para que todos os versos se encaixassem nessas dez sílabas métricas.

Observando os quartetos, percebemos que há um esquema de rima ABBA, ou seja, os versos 1, 4, 5 e 8 rimam entre si e os versos 2, 3, 6 e 7 rimam entre si. Já nos tercetos, há um novo esquema de rima, que podemos chamar de CDC-DCD. Ou seja, os versos 9, 11 e 13 rimam entre si e os versos 10, 12 e 14 rimam entre si (“primavera”, “era”, “degenera”).

Essa primeira análise mostra que houve um trabalho intencional do autor ao escolher as palavras e montar as frases. Afinal, ele se preocupou em selecionar, diligentemente, palavras que rimassem (nos pontos exatos em que essas rimas deveriam aparecer) e que permitissem criar versos com exatamente dez sílabas métricas. Esse tipo de trabalho com a construção formal do texto é próprio da *função poética da linguagem*.

No que diz respeito ao conteúdo, o poema pode ser dividido em dois blocos desiguais: um que vai do início do texto até o fim da terceira estrofe e outro que se limita à última estrofe. Tratemos de cada bloco separadamente.

Ao lermos o primeiro bloco, temos a impressão de que o tema do poema são as *mudanças sofridas pela paisagem ao longo do tempo*. Afinal, o eu poético menciona fatos como a transformação de um prado (“Quem fez tão diferente aquele prado?”) e o sumiço de uma fonte (“Uma fonte aqui houve”).

Mas, lendo melhor, vemos que o poema não se limita a apresentar as mudanças objetivas na paisagem. Mais do que isso, ele nos revela a *atitude negativa do eu poético em relação a tais mudanças*. Isso pode ser notado, por exemplo, no emprego do verbo “esmorecer” (que significa algo como ficar sem ânimo, sem entusiasmo) e no contraste entre dois adjetivos utilizados no primeiro terceto: “florescentes”, usado em referência à paisagem do passado, e “decadentes”, usado em referência à paisagem do presente.

Nós dissemos que o poema se divide em dois blocos. Em relação ao primeiro, o segundo, composto apenas pela última estrofe, traz uma reviravolta: aqui, o eu lírico parece perceber que o tempo modificou não apenas a paisagem externa, mas também a *si próprio* – e, conseqüentemente, sua visão de mundo. Isto é, ele toma consciência de que as mudanças observadas na paisagem são o resultado de uma mudança interna, causada pelas experiências negativas que vivenciou ao longo da vida (“Mas que venho a estranhar, se estão presentes / Meus males, com que tudo degenera!”). É como se ele percebesse, em suma, que a paisagem lhe parece diferente porque ele mesmo está diferente.

Resumindo: no primeiro bloco, o tema é a *atitude negativa do eu poético em relação às transformações do espaço físico*; no segundo, passa a ser *as próprias mudanças internas do eu poético* (e o modo como isso afeta sua percepção do espaço físico). Ou seja: o que não muda de um bloco para o outro é que, em ambos os momentos do poema, o eu poético está falando *sobre si mesmo*. E você já sabe que, quando o emissor usa a linguagem para falar de si mesmo (suas emoções, impressões, opiniões), a função da linguagem em destaque é a *emotiva*.

Uma análise das marcas linguísticas ajuda a reforçar essa análise. Vejamos: os verbos em primeira pessoa são frequentes (“desconheço”, “esmoreço”, “esqueço”); há pontuação expressiva, isto é, reveladora de estados emocionais internos (como a exclamação); e há, pelo menos, um adjetivo subjetivo, isto é, revelador de julgamento pessoal (“decadentes”). Todas essas são características formais da função emotiva, como você já estudou.

Moral da história: do ponto de vista da forma, o texto desempenha, crucialmente, a *função poética* da linguagem; já do ponto de vista do conteúdo, desempenha, crucialmente, a *função emotiva*.

Referências

AZEVEDO, Álvares de. Soneto. In: AZEVEDO, Álvares de. *Lira dos vinte anos*. Belém: Nead/Unama, 20--. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00025a.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CAMPOS, Álvaro de. Tabacaria. In: ARQUIVO PESSOA. 20---. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/163>. Acesso em: 23 jul. 2020.

COSTA, Claudio Manuel da. *Obras poéticas de Gauceste Satúrnio*. 2020. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000040.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

LÂMPADA. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/l%C3%A2mpada/>. Acesso em: 28 maio 2020.

PM DE SP REFORÇA policiamento nas divisas e em rodovias após fuga no Paraguai. *Estadão*, São Paulo, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/21/pm-de-sp-reforca-policiamento-nas-divisas-e-em-rodovias-apos-fuga-no-paraguai.htm>. Acesso em: 28 maio 2020.

Estudo do texto (II): tipos textuais

02

meta

Desenvolver autonomia para a análise de textos à luz do conceito de tipo textual.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- compreender o conceito de tipo textual;
- conhecer a taxonomia de tipos textuais;
- aplicar o conhecimento adquirido na análise de textos, com foco sobre a relação entre marcas linguísticas e construção de sentidos.

Introdução

Imagine o seguinte diálogo entre você e um amigo:

VOCÊ: Ontem fui comprar um casaco, mas deu tudo errado.

SEU AMIGO: Sério? Por quê?

VOCÊ: Assim que eu pisei fora de casa, começou a chover. Decidi, então, ir de ônibus e acabei ficando 40 minutos no ponto. Pior: enquanto esperava, um carro passou em cima de uma poça e me molhou todo. Mas, no fim das contas, consegui comprar o casaco.

SEU AMIGO: Que bom. Ele é bonito, pelo menos?

VOCÊ: Ele é lindo: todo cinza com uma estampa vermelha. Tem um capuz e o tecido é bem macio.

Observe que suas duas respostas são bem diferentes. Na primeira, você relata uma série de eventos em ordem cronológica (sair de casa, começar a chover, esperar o ônibus etc.). Na segunda, você lista as características de determinado objeto (lindo, cinza, macio etc.). Esse exemplo mostra que, quando falamos (ou escrevemos), podemos organizar nosso discurso de diferentes maneiras: por exemplo, sob a forma de um encadeamento cronológico de situações (como em sua primeira resposta) ou sob a forma de uma enumeração de atributos (como em sua segunda resposta).

Tecnicamente, dizemos que cada modo de organizar o discurso corresponde a um *tipo textual*. Por exemplo, quanto o texto toma a forma de uma sequência de situações encadeadas, dizemos que ele pertence ao *tipo narrativo* (ou que se trata de uma *narração*). Já quando ele consiste em uma apresentação de características, dizemos que pertence ao *tipo descritivo* (ou que se trata de uma *descrição*).

Nesta unidade, você vai aprender que existem (pelo menos) cinco tipos textuais, isto é, cinco modos distintos de organizar nossa fala ou escrita. Além da *narração* e da *descrição*, há ainda a *exposição*, a *argumentação* e a *injunção*. Para saber como identificar e diferenciar esses tipos, é só continuar a leitura. Bons estudos!

Os cinco tipos textuais: uma visão geral

Imagine, agora, uma nova situação, na qual você está conversando com um amigo sobre seu primeiro dia de aula na faculdade. Empolgado com a experiência, você começa contando como foi o trajeto até a universidade.

VOCÊ: Eu esperei o ônibus por meia hora. Quando ele finalmente chegou, não tinha lugar para sentar. Fiquei mais de uma hora em pé, no trânsito. Assim que o ônibus parou no meu ponto, desci correndo e entrei feito um louco na sala, porque já estava atrasado.

Aqui, você encadeou, em ordem cronológica, uma sequência de exatamente seis eventos: (i) você ficou esperando o ônibus; (ii) o ônibus chegou; (iii) o ônibus realizou o percurso até a faculdade; (iv) o ônibus parou no seu ponto; (v) você saltou do ônibus; (vi) você entrou na sala. Quando estruturamos nosso texto sob a forma de uma *sequência de dois ou mais eventos encadeados cronologicamente*, com o objetivo de *narrar uma história*, dizemos que esse texto pertence ao *tipo narrativo* (isto é, trata-se de uma *narração*).

Mas vamos dar continuidade ao diálogo. Imagine que seu amigo não está muito interessado em suas aventuras, e sim nas características do prédio onde você estuda – afinal, ele nunca foi a uma faculdade antes e tem curiosidade para saber se é muito diferente do espaço de uma escola. Você, claro, fica feliz em esclarecer.

VOCÊ: O prédio é grande, antigo e mal conservado. Tem cinco andares, um pátio central e várias livrarias. As salas são amplas e bem ventiladas. E a biblioteca é incrível: deve ter mais de 5 mil livros.

Desta vez, você não relatou uma sequência de eventos em ordem cronológica. Em vez disso, o que você fez foi enumerar as características de um determinado local. Estas são algumas das características que você listou: (i) grande; (ii) antigo; (iii) mal conservado; (iv) composto por cinco andares, e por aí vai. Note-se que, aqui, trata-se de atributos de um lugar (o prédio da faculdade), e não mais de um objeto, como era o caso do exemplo da Introdução (em que você caracterizava um casaco). Mas isso não importa. O importante é o seguinte: sempre que *apresentamos as características de uma entidade (seja um objeto, um lugar, um ser vivo) ou mesmo de uma cena estática*, com o objetivo de levar o interlocutor a *construir uma imagem mental dessa entidade ou cena*, estamos diante do *tipo descritivo* (isto é, trata-se de uma *descrição*).

Mas a conversa não acabou. Depois de aprender sobre seu novo local de estudos, seu amigo quer saber mais sobre o curso que você acaba de começar – o curso de Letras, é claro. Mais uma vez, você se sente feliz em saciar a curiosidade dele.

VOCÊ: O curso de Letras cobre duas grandes áreas: estudos de língua e estudos de literatura. Quem se forma em Letras pode atuar como professor, pesquisador, tradutor, editor, revisor, entre outras profissões.

Observe: aqui, você nem encadeou uma sequência de eventos em ordem cronológica (como no tipo narrativo), nem apresentou as características de um lugar, objeto, ser vivo ou cena (como no tipo descritivo). Em vez disso, você expôs dados e fatos a respeito de um tema previamente estabelecido: o curso de graduação em Letras. Quando um texto consiste simplesmente na *apresentação de dados e fatos sobre um determinado tema*, com o objetivo de *transmitir informações e conhecimento*, dizemos que ele pertence ao *tipo dissertativo-expositivo* (isto é, trata-se de uma *dissertação expositiva*).

Mas, neste momento, a conversa esquentou. Ao ouvir sua resposta, seu amigo fez cara de desprezo e disse que o curso de Letras “não serve pra nada”. Foi aí, é claro, que sua alegria acabou – e você decidiu reagir.

VOCÊ: O curso de Letras é fundamental. Afinal, sem ele não teríamos professores de português, tradutores e intérpretes.

E agora? Pensando em termos de tipo textuais, o que você acabou de fazer? Relatou fatos encadeados cronologicamente? Enumerou atributos de algo ou alguém? Transmitiu informações objetivas sobre determinado tópico? Nada disso: você defendeu uma tese, isto é, um ponto de vista (“o curso de Letras é fundamental”), e respaldou sua posição com argumentos (“sem ele não teríamos professores de português, tradutores e intérpretes”). Quando um texto é estruturado por meio da *apresentação de tese e argumentos*, com o objetivo de *convencer o interlocutor de um determinado ponto de vista*, dizemos que corresponde a um *texto dissertativo-argumentativo* (isto é, trata-se de uma *dissertação argumentativa*).

A conversa com seu amigo está quase acabando. Um pouco constrangido com sua resposta incisiva, ele decide desviar o rumo da conversa. Diz que quer tentar o vestibular no fim do ano, mas nunca fez uma prova de concurso e não sabe por onde começar, por isso, precisa de conselhos. Nesse ponto, sua alegria voltou.

VOCÊ: Em primeiro lugar, inscreva-se no Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj. Além disso, acesse o site do Inep e baixe provas anteriores do Enem – assim você vai saber quais assuntos são mais cobrados. E não se esqueça de montar um plano de estudos diário e segui-lo à risca.

Observe: aqui, não há sequência de eventos encadeados (narração), enumeração de atributos de algo ou alguém (descrição), apresentação de informações objetivas sobre um assunto (exposição) ou defesa de um ponto de vista (argumentação). O que há são conselhos, dicas, instruções, orientações (inscrever-se no PVS, baixar provas do Enem, montar um plano de estudos). Textos desse tipo, construídos a partir de *instruções dirigidas ao ouvinte/leitor*, com o *objetivo de instruir e orientar diretamente o interlocutor*, pertencem ao *tipo injuntivo* (isto é, trata-se de uma *injunção*).

Para organizar os cinco tipos textuais, podemos pensar em dois critérios. Primeiro: por que tipo de sequência linguística o texto é constituído? Segundo: qual é o objetivo do texto? Aplicando esses dois critérios aos cinco tipos que nós estudamos, chegamos à seguinte síntese:

Quadro 2.1: Tipos textuais e suas características

TIPO TEXTUAL	COMO O TEXTO É CONSTITUÍDO?	QUAL É O OBJETIVO DO TEXTO?
Narração	Sequência de eventos encadeados cronologicamente	Contar uma história
Descrição	Características de algo (objeto, lugar, cena) ou alguém	Criar uma imagem mental de algo (objeto, lugar, cena) ou alguém, listando seus atributos
Dissertação expositiva	Informações objetivas sobre determinado tópico	Dar informações; transmitir conhecimentos sobre um assunto
Dissertação argumentativa	Tese (ponto de vista) e argumentos que a sustentam	Convencer o interlocutor; defender um ponto de vista
Injunção	Instruções, ensinamentos, ordens, conselhos etc.	Instruir alguém sobre como agir, estabelecendo contato direto com o interlocutor

Análise de exemplos

Para que você compreenda melhor como os tipos textuais funcionam, analisemos alguns textos retirados de vestibulares.

___ *texto 1*

(ENEM, 2015, reprodução).

15 cenas do descobrimento de Brasis

Primeiro surgiu o homem nu de cabeça baixa. Deus veio num raio. Então apareceram os bichos que comiam os homens. E se fez o fogo, as especiarias, a roupa, a espada e o dever. Em seguida se criou a filosofia, que explicava como não fazer o que não devia ser feito. Então surgiram os números racionais e a História, organizando os eventos sem sentido. A fome desde sempre, das coisas e das pessoas. Foram inventados o calmante e o estimulante. E alguém apagou a luz. E cada um se vira como pode, arrancando as cascas das feridas que alcança.

BONASSI, F. 15 cenas do descobrimento de Brasis. In: MORICONI, Í. (Org.). *Os cem melhores contos do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

__ texto 2

(CONSÓRCIO CEDERJ, 2017, adaptação)

A viuvinha (fragmento)

Nesse momento, viu ajoelhada ao pé da grade que separa a capela, uma menina de quinze anos, quando muito: o perfil suave e delicado, os longos cílios que vedavam seus olhos negros e brilhantes, as tranças que realçavam a sua fonte pura, o impressionaram.

(Fragmento de “A viuvinha”, de José de Alencar. In: ALENCAR, José de. Cinco minutos e A viuvinha. Série Bom Livro. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 53-54)

__ texto 3

(ENEM, 2016, reprodução)

Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos – modelo pendular a partir das ideias de Claude Bayer (fragmento)

É possível considerar as modalidades esportivas coletivas dentro de uma mesma lógica, pois possuem uma estrutura comum: seis princípios operacionais divididos em dois grupos, o ataque e a defesa. Os três princípios operacionais de ataque são: conservação individual e coletiva da bola, progressão da equipe com a posse da bola em direção ao alvo adversário e finalização da jogada, visando a obtenção de ponto. Os três princípios operacionais da defesa são: recuperação da bola, impedimento do avanço da equipe contrária com a posse da bola e proteção do alvo para impedir a finalização da equipe adversária.

DAOLIO, J. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos — modelo pendular a partir das ideias de Claude Bayer. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, out. 2002 (adaptado).

__ texto 4

(ENEM, 2018, reprodução)

Futebol ao sol e à sombra (trecho)

A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever. [...] O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia. Por sorte ainda aparece nos campos, [...] algum atrevido que sai do roteiro e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho, além do juiz e do público das arquibancadas, pelo puro prazer do corpo que se lança na proibida aventura da liberdade.

GALEANO, E. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM Pockets, 1995 (adaptado).

___ texto 5

(UERJ, 2020, adaptação)

Gota d'água (fragmento)

JASÃO:

Puxa, mestre, o senhor é cimento
 Eu já lhe falei pra levantar
 grana num banco. Aí moderniza
 a oficina, põe pra trabalhar
 uns empregados e nem precisa
 forçar a vista. Fica ali só
 na administração... (*Levantando*)

EGEU:

(*Com autoridade*) Presepada,
 menino... Tira esse paletó
 e senta aí. Que banco que nada!
 Senta duma vez, eu tou mandando
 Pega o alicate e a chave de fenda
 e vai matutando, matutando,
 até que você um dia aprenda
 a ser dono da sua consciência

BUARQUE, C.; PONTES, P. *Gota d'água: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Primeira análise: quadro esquemático

Vamos começar classificando os Textos de 1 a 5 de acordo com o tipo textual predominante:

Quadro 2.2: Síntese da análise dos exemplos

TEXTO	TIPO TEXTUAL PREDOMINANTE
"15 cenas do descobrimento de Brasis"	Narrativo
<i>A viuvinha</i>	Descritivo
"Jogos esportivos coletivos..."	Expositivo
<i>Futebol ao sol e à sombra</i>	Argumentativo
<i>Gota d'água</i>	Injuntivo

Segunda análise: exame de cada texto

O primeiro texto é um conto muito curto que utiliza recursos literários para contar a história da humanidade em poucas linhas. O objetivo do enunciador é *narrar uma história*, ou seja, relatar uma série de acontecimentos que se sucederam na linha do tempo. Narrar é contar uma história, que envolverá um ou mais personagens, se passará em um ou mais locais e se desenrolará ao longo do tempo.

Uma maneira de fixar o conceito de narração é pensar nas narrações de futebol ou de outras modalidades esportivas. O que faz um narrador senão relatar, na ordem em que acontecem, a sucessão de eventos que se desenrolam no campo (ou na quadra, na pista...)?

No Texto 1, podemos acompanhar a seguinte sequência de eventos:

1. surge a espécie humana;
2. surgem animais ferozes que ameaçam os homens;
3. para sobreviver, o homem domina o fogo, faz armas, roupas, cria leis;
4. são criados os elementos da cultura (Filosofia, História, Matemática);
5. as sociedades crescem e inventam muitas coisas;
6. alguém “apaga a luz” e cada um passa a se virar como pode.

O texto apresenta, ainda, marcas que indicam a sucessão no tempo, tais como “primeiro”, “então”, “em seguida” e “e”, além de verbos que exprimem ações, como “criar” e “fazer”. Essas marcas nos ajudam a concluir que esse texto deve ser classificado como *narrativo*.

* * *

Diferentemente do Texto 1, o Texto 2 não relata uma sequência de acontecimentos. Em vez disso, o objetivo principal dessa passagem parece ser levar o leitor a *construir uma imagem* de uma personagem a partir da apresentação de suas características. Por isso, podemos considerá-lo como *descritivo*.

Descrever é caracterizar. Note que um texto descritivo nem sempre caracteriza personagens – também é possível caracterizar locais, objetos, sensações, ou mesmo cenas. Devemos admitir, contudo, que o verbo “caracterizar” é um pouco vago. Por isso, é importante acrescentar que uma caracterização pode envolver três operações distintas: identificar (por exemplo, “João é engenheiro”), localizar (por exemplo, “A igreja fica em cima do morro”) e qualificar (por exemplo, “João é excessivamente temperamental”). Nesses três casos – quando identificamos, localizamos ou qualificamos –, estamos procedendo a uma caracterização.

No caso do Texto 2, a caracterização de uma menina envolve, especificamente, a operação de qualificação (e não as operações de identificação e localização). Especificamente, que qualidades (isto é, que características) são atribuídas à menina no texto?

1. a idade aproximada: cerca de 15 anos;
2. a aparência: perfil suave e delicado; cílios longos, olhos negros, tranças nos cabelos;
3. a devoção religiosa: “ajoelhada ao pé da grade que separa a capela”.

Não à toa, essa passagem é repleta de elementos gramaticais com função adjetiva – sejam eles adjetivos propriamente ditos (“suave”, “delicado” etc.), locuções adjetivas (“de quinze anos”) ou orações adjetivas (“que realçavam a sua fonte pura”).

Em resumo, pode-se notar que o objetivo desse trecho é levar o leitor a construir uma imagem mental da moça.

* * *

Os Textos 3 e 4 abordam temas muito semelhantes: o esporte coletivo, no primeiro caso, e o futebol, no segundo. Eles, porém, não descrevem nada nem narram uma história. Vejamos.

No caso do Texto 3, somos apresentados a um conjunto de informações técnicas acerca do tema *esportes coletivos*:

1. os esportes coletivos possuem uma estrutura comum;
2. essa estrutura se baseia em seis princípios: três de ataque e três de defesa;
3. quais são os princípios de ataque;
4. quais são os princípios de defesa.

Como você já sabe, esse tipo de texto, no qual simplesmente recebemos informações a respeito de um determinado tema, é chamado de *dissertação expositiva* – ou, simplesmente, *exposição*. Ele é comum, por exemplo, em enciclopédias, livros didáticos e seminários escolares.

Já o Texto 4, apesar de abordar um tema muito parecido, tem uma estrutura bem diferente. Nele, o autor apresenta uma opinião polêmica acerca do tema futebol e procura demonstrar que ela está correta. Trata-se, portanto, de um texto *dissertativo-argumentativo* (ou, se preferir, de uma *argumentação*). Esse tipo textual é marcado pela defesa de um ponto de vista, que chamamos de *tese*, por meio de vários recursos, chamados *argumentos*.

No caso do Texto 4, qual é o ponto de vista defendido pelo autor – isto é, sua tese? Simples: a tese é a de que o futebol perdeu sua dimensão de prazer e foi tomado por interesses econômicos. E quais são os argumentos usados para sustentá-la? Vamos listá-los nos itens a seguir.

1. o jogo de futebol, atualmente, se caracteriza pela força e pela velocidade (e não pela técnica, habilidade, criatividade e ousadia);
2. o objetivo do jogo passou a ser anular o adversário (e não impor o próprio jogo), a fim de assegurar vitórias;
3. ao se profissionalizar e tornar-se lucrativo, o futebol passou a atender a interesses econômicos e, com isso, tornou-se avesso ao risco.

* * *

Por fim, temos o tipo textual *injuntivo*. Textos injuntivos têm, de modo geral, o papel de transmitir ordens, orientações, instruções ou conselhos. Na prática, isso significa que esse tipo de texto se organiza sob a forma de uma conversa com o interlocutor – isto é, nele, o enunciador se dirige diretamente a seu leitor ou ouvinte. Um exemplo típico é o manual de instruções, que se propõe a orientar o usuário quanto ao funcionamento ou instalação de algum aparelho.

No caso do Texto 5, temos um trecho de diálogo em que um personagem procura mobilizar o outro, estimulá-lo a fazer alguma coisa, tomar uma decisão. Por exemplo, Jasão fala a Egeu para “levantar grana num banco”, modernizar a oficina e pôr empregados para trabalhar; Egeu, por sua vez, responde a esses conselhos dando ordens a Jasão: “*Tira esse paletô e senta aí*”, “*pega o alicate e vai matutando*”. Repare como, em um texto injuntivo, é comum utilizarmos o modo verbal *imperativo*: “tira”, “senta”, “pega”, “vai”. Isso não surpreende, na medida em que o modo imperativo é tipicamente usado para ordens, pedidos e conselhos – precisamente as funções comunicativas que um texto injuntivo desempenha.

Tipos textuais (em geral) não aparecem isolados

Agora que você já viu os cinco tipos textuais separadamente, precisamos fazer uma confissão: em geral, *textos reais não apresentam um tipo textual único*. Na verdade, quanto maior e mais complexo é um texto, maior a probabilidade de ele conter sequências dos mais variados tipos – descritivas, narrativas, expositivas, argumentativas ou injuntivas. Isso significa que, quando classificamos um texto segundo seu tipo, o que fazemos é apenas indicar o tipo textual *predominante*.

Para que você veja isso na prática, vamos analisar o texto a seguir, que trata de um tema que dominou o noticiário internacional nos anos de 2020 e 2021, a pandemia de Covid-19.

As luzes estavam apagadas e a casa estava em silêncio. De repente, ouvi uma tosse insistente seguida de um som agonizante, como se alguém estivesse com dificuldade para puxar o ar. Olhei para o João e ele sinalizou que não estava conseguindo respirar. Corremos para o hospital.

Muitos diziam que a pandemia de Covid-19 mudaria a sociedade para melhor. Mas a verdade é que ela não traz nada de bom: apenas angústia, recessão econômica e perdas humanas. Afinal, a pressão emocional gerada por um problema de tal proporção impede que as pessoas sejam produtivas e solidárias.

O texto se inicia por uma sequência descritiva: “As luzes estavam apagadas e a casa estava em silêncio”. Sabemos que se trata de uma descrição porque não há aqui passagem de tempo, mas tão somente a caracterização estática de um local (a casa).

Em seguida, no trecho que vai de “De repente” até “hospital”, temos uma sequência narrativa. Sabemos disso porque há aqui diversos eventos encadeados cronologicamente: (i) uma pessoa tosse; (ii) a mesma pessoa tenta respirar e produz um som agonizante; (iii) uma segunda pessoa se vira; (iv) a primeira pessoa faz um sinal; (v) as duas pessoas correm para o hospital.

Se o autor tivesse dado continuidade à história, estaríamos diante de um texto predominantemente narrativo. Mas não é isso que acontece: a história acaba no momento em que os dois personagens se dirigem ao hospital. Por essa razão, no segundo parágrafo, não estamos mais diante de uma sequência narrativa. Nesse ponto, o texto se torna claramente argumentativo.

Lembre-se: argumentar é defender uma posição, um ponto de vista. Muitas vezes, isso é feito estabelecendo-se um confronto entre a posição do autor e posições contrárias a ela. Essa é precisamente a estrutura que vemos aqui. Primeiro, o autor evoca a tese da qual ele discorda (“Muitos diziam [...] para melhor”); em seguida, apresenta a sua tese (“Mas a verdade é que [...] perdas humanas”); por fim, apresenta um argumento capaz de sustentá-la (“Afinal, a pressão emocional [...] solidárias”). Estão presentes aqui, portanto, os dois elementos que nós identificamos como constitutivos do texto argumentativo: tese e argumento.

Em resumo, o texto apresentado se estrutura por meio de sequências pertencentes a três tipos textuais distintos, que se encadeiam linearmente: uma sequência descritiva seguida de uma sequência narrativa, seguida de uma sequência argumentativa. Isso imediatamente levanta um problema: se precisássemos classificar esse texto, como faríamos?

Nesses casos, é preciso levar em conta o tipo textual predominante. Mas atenção: predominante não significa aquele que ocupa o maior número de linhas. Para identificar o tipo predominante, você deve se fazer a seguinte pergunta: qual era o objetivo primário da pessoa que escreveu o texto? Ela queria contar uma história (narração) ou a história só estava a serviço da defesa de uma tese (argumentação)? Neste caso, a resposta correta é a segunda opção. Por isso, podemos afirmar que se trata de um texto predominantemente argumentativo.

lá na plataforma

O texto que você acabou de ler foi inventado por nós e tem uma estrutura bastante simples. Os textos do mundo real, porém, tendem a ser mais complexos. Para ler a análise de um texto mais longo e elaborado, acesse a Plataforma do PVS.

Resumo

Nesta unidade, você foi apresentado a cinco tipos textuais. Nesse processo, aprendeu o que caracteriza cada um deles em termos de seu objetivo comunicativo e do tipo de sequência que constitui internamente o texto. Por fim, aprendeu, ainda, que a maior parte dos textos inclui sequências pertencentes a mais de um tipo. Por isso, sua classificação (como texto narrativo, texto descritivo etc.) é feita com base no modo de organização predominante.

Atividade

O texto a seguir é o começo de um longo poema narrativo chamado *Morte e vida severina*, do poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto. Leia-o com bastante atenção e procure refletir sobre as questões que apresentamos na sequência.

Morte e vida severina (Auto de Natal pernambucano)

O retirante explica ao leitor quem é e a que vai

O meu nome é Severino,
 não tenho outro de pia.
 Como há muitos Severinos,
 que é santo de romaria,
 deram então de me chamar
 Severino de Maria;
 como há muitos Severinos
 com mães chamadas Maria,
 fiquei sendo o da Maria

do finado Zacarias.
 Mas isso ainda diz pouco:
 há muitos na freguesia,
 por causa de um coronel
 que se chamou Zacarias
 e que foi o mais antigo
 senhor desta sesmaria.
 Como então dizer quem fala
 ora a Vossas Senhorias?

Vejamos: é o Severino
da Maria do Zacarias,
lá da serra da Costela,
limites da Paraíba.
Mas isso ainda diz pouco:
se ao menos mais cinco havia
com nome de Severino
filhos de tantas Marias
mulheres de outros tantos,
já finados, Zacarias,
vivendo na mesma serra
magra e ossuda em que eu vivia.
Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido

sobre as mesmas pernas finas,
e iguais também porque o sangue
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

(MELO NETO, 2012, p. 75-76).

1. Sua primeira tarefa é ler o texto com atenção e identificar duas funções da linguagem que se destaquem nele – uma ligada ao *conteúdo* e outra ligada à *forma*. Que funções são essas? Que relação podemos estabelecer entre elas e o conteúdo do texto? (*Anote as respostas em seu caderno*)
2. Quando atentamos para o que é dito pelo retirante, vemos que ele tenta resolver um problema: como não ser confundido com outros Severinos, já que, naquela região, há vários como ele. Isto é, está em jogo aqui um processo de identificação do retirante. Que tipo textual se encaixa melhor com o objetivo desse personagem? E como o problema que Severino enfrenta pode se relacionar a um aspecto desse tipo textual? (*Anote as respostas em seu caderno*)

Respostas comentadas

1. Como o texto se estrutura sob a forma de um diálogo, pressupõe-se a existência de um *emissor* e um *receptor*. O emissor é o próprio retirante que se chama Severino. O receptor é o leitor a quem Severino se dirige. Lembremos de que se trata de uma peça teatral, o que significa que o personagem se apresenta para a plateia quando o auto é encenado, criando uma aproximação entre personagem e público.

No que tange ao conteúdo, vê-se que a função da linguagem em destaque é a *emotiva*. Como sabemos? A pista mais clara é a recorrência de verbos e pronomes em primeira pessoa (tanto do singular quanto do plural): “O *meu* nome é Severino”, “não *tenho* outro de pia”, “*fiquei* sendo o da Maria”, “deram então de *me* chamar”, “*Somos* muitos Severinos”, “*Morremos* de morte igual”.

O que esses verbos e pronomes mostram é que o narrador está falando *sobre si mesmo*, o que vem a ser, como você já sabe, o traço central da função emotiva (lembre-se: foco no emissor).

Mas veja que interessante: o uso da 1ª pessoa do singular ou do plural não é aleatório. Longe disso: o singular é recorrente no início do texto (“meu”, “tenho” etc.) e o plural se torna o padrão na parte final (“somos”, “morremos” etc.). O que explica essa mudança? Simples: no decorrer do texto, o narrador percebe que ele não é um indivíduo único – na verdade, faz parte de um vasto grupo de pessoas que vivem nas mesmas condições. Isso fica especialmente claro quando se contrastam os versos “O meu nome é Severino” e “Somos muitos Severinos”.

Passemos, agora, para questões de forma. O texto é composto de versos que rimam (por exemplo, nas palavras “pia”, “romaria”, “Maria” etc). Essa é uma das razões pelas quais encontramos expressões como “não tenho outro de pia”, em vez de “não tenho sobrenome”, ou então “o sangue/que usamos tem pouca tinta”, em vez de “somos subnutridos”. O autor precisa encontrar palavras que rimem, a fim de manter o padrão de composição formal do texto.

Mas não é só isso: o recurso a imagens surpreendentes, de caráter metafórico, também contribui para a expressividade textual. Isso pode ser visto em versos como “o sangue / que usamos tem pouca tinta”, em que um ser humano é metaforicamente comparado a algo que contém tinta (uma caneta, talvez?), ou “serra / magra e ossuda”, em que um acidente geográfico (uma serra) é comparado, metaforicamente, a um ser vertebrado.

Tanto a preocupação com o esquema de rimas como a busca por metáforas surpreendentes mostram que o autor não está apenas preocupado em contar sua história – mas, também, em *como* apresentá-la. Esse tipo de preocupação, como você já sabe, é próprio da *função poética da linguagem*.

2. Na segunda questão, vemos que o retirante procura se identificar, revelando traços de sua vida que possam caracterizá-lo. É o Severino da Maria do Zacarias da Serra da Costela. Como você já estudou, a identificação é uma das operações associadas ao tipo textual *descrição*.

Ora, a função da descrição é criar uma imagem na mente das pessoas para que elas possam reconhecer algo ou alguém (uma pessoa, animal, planta, lugar, objeto ou cena) por suas características distintas. Severino tenta se mostrar como um indivíduo para não ser confundido com outros. O problema é que, em seu caso, é impossível se diferenciar dos outros Severinos das Marias dos Zacarias, porque são todos iguais, todos passam pelas mesmas dificuldades e todos têm, inclusive, o mesmo corpo: “a mesma cabeça grande”, “o mesmo ventre crescido”, “as mesmas pernas finas” (já verificamos esse aspecto da leitura do poema na resposta à Questão 1).

A crítica social do texto se localiza, precisamente, nessa impossibilidade de tornar Severino um indivíduo único, pois as condições extremas em que ele vive – fome, seca, miséria – vão igualando as pessoas, desumanizando-as. Severino deixa de ser *um* para ser *só mais um*, que irá morrer de modo igual a tantos que vieram antes dele.

Referências

- CONSÓRCIO Cederj; graduação a distância. *Vestibular 2017-2*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj; Universidade Aberta do Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/Vestibular-Cederj-2017-2.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.
- ENEM. *Prova de redação e de linguagens, códigos e suas tecnologias; prova de matemática e suas tecnologias*. Brasília, DF: Inep; MEC, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2015/CAD_ENEM%202015_DIA%20_05_AMARELO.pdf. Acesso em: 19 out. 2021
- ENEM. *Prova de redação e de linguagens, códigos e suas tecnologias; prova de matemática e suas tecnologias*. Brasília, DF: Inep; MEC, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2016/CAD_ENEM_2016_DIA_2_05_AMARELO.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.
- ENEM. *Prova de linguagens, códigos e suas tecnologias e redação; prova de ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília, DF: Inep; MEC, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2018/1DIA_01_AZUL_BAIXA.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.
- MELO NETO, João Cabral de. Morte e vida severina. In: MELO NETO, João Cabral de. *O rio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 75-76.
- UERJ. *Vestibular estadual 2020: 2º exame de qualificação*. Rio de Janeiro: Uerj; DSEA, 2020. Disponível em: https://www.vestibular.uerj.br/wp-content/uploads/2019/09/2EQ_2020-p.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

Estudo do texto (III): argumentação

03

meta

Oferecer as ferramentas para que você saiba analisar textos argumentativos.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- compreender o conceito de *argumentação*;
- reconhecer os elementos da argumentação, as estratégias argumentativas e os métodos de raciocínio;
- aplicar o conhecimento adquirido na análise de textos.

Introdução

Na unidade anterior, ao estudar os tipos textuais, você foi apresentado ao tipo argumentativo (ou dissertativo-argumentativo). Agora, teremos uma unidade dedicada inteiramente a ele. Mas por que essa atenção especial?

Em primeiro lugar, porque, nos vestibulares e no Enem, esse tipo textual é cobrado duas vezes: nas provas de línguas e na redação. Em segundo, porque há muito mais a ser dito sobre ele do que o que você viu na unidade anterior. Este é o momento, portanto, de nos aprofundarmos no estudo da argumentação: agora, você vai conhecer todos os elementos que podem compor um texto argumentativo, as estratégias que podem ser adotadas para defender um ponto de vista e os métodos de raciocínio que podem ser usados para construir uma argumentação. Está pronto? Mãos à obra!

O que é argumentar?

Toda argumentação é fruto de uma polêmica. Se você, ao ver seu professor entrar na sala, afirma que “ele tem dois olhos”, não está argumentando – simplesmente porque isso não é uma questão controversa. Da mesma maneira, se alguém disser que “Engenharia é um curso de graduação”, não há argumentação nenhuma aí, porque não se trata de uma polêmica.

Por outro lado, se você disser que “o professor tem olhos bonitos” ou que “é melhor cursar Engenharia que Letras”, estará adentrando o terreno da argumentação. Isso porque, nesses casos, você está *assumindo uma posição em relação a um tema controverso*. No primeiro exemplo, o tema é a beleza dos olhos do professor, e a posição assumida é a de que os olhos dele são bonitos. No segundo, o tema são as vantagens e desvantagens de cursar Engenharia e Letras, e a posição assumida é a de que cursar Engenharia é melhor que cursar Letras.

Mas observe que o argumentador não pode se limitar a expressar uma posição – ele precisa, ainda, *fundamentá-la*, o que equivale a apresentar as motivações para ter escolhido uma das posições possíveis, em detrimento das demais. Por exemplo: “os olhos dele são bonitos *porque expressam alegria e têm uma cor incomum*”. Ou então: “cursar Engenharia é melhor que cursar Letras *porque os salários são mais altos e o prestígio social da profissão é maior*”.

Para entender melhor esse ponto, imagine a seguinte situação: um aluno do Ensino Médio quer fazer graduação em Letras, mas o pai dele acha que Engenharia seria uma escolha melhor. Se o pai dissesse, muito simplesmente, “Você tem que cursar Engenharia, e não Letras”, a pergunta seguinte, provavelmente, seria: “Por quê?”. E aí, caso a resposta fosse, simplesmente, “Porque

sim!” ou “Porque eu sou seu pai”, ela seria bem pouco convincente. Por outro lado, se fossem apresentadas razões objetivas – como o salário ou o prestígio social de cada carreira –, o filho talvez ficasse seriamente tentado a reconsiderar sua decisão.

Esta é a ideia central da argumentação: ela só funciona quando uma parte não exerce poder sobre a outra – isto é, quando se baseia na apresentação de evidências e no raciocínio lógico, e não no autoritarismo. Caso contrário, estaremos na lógica do texto injuntivo, com ordens e comandos. O texto argumentativo, diferentemente, precisa persuadir, o que significa que o argumentador precisa levar seu interlocutor a ficar do “seu lado”, sem forçá-lo a isso.

Depois dessa explicação toda, já podemos responder à pergunta que inicia esta seção: afinal, o que é argumentar?

// atenção

Argumentar é tomar partido em uma polêmica, apresentando e sustentando uma posição com o objetivo de convencer o interlocutor de sua validade. Quando a argumentação é bem-sucedida, ela leva o oponente a reavaliar algum aspecto de sua visão de mundo.

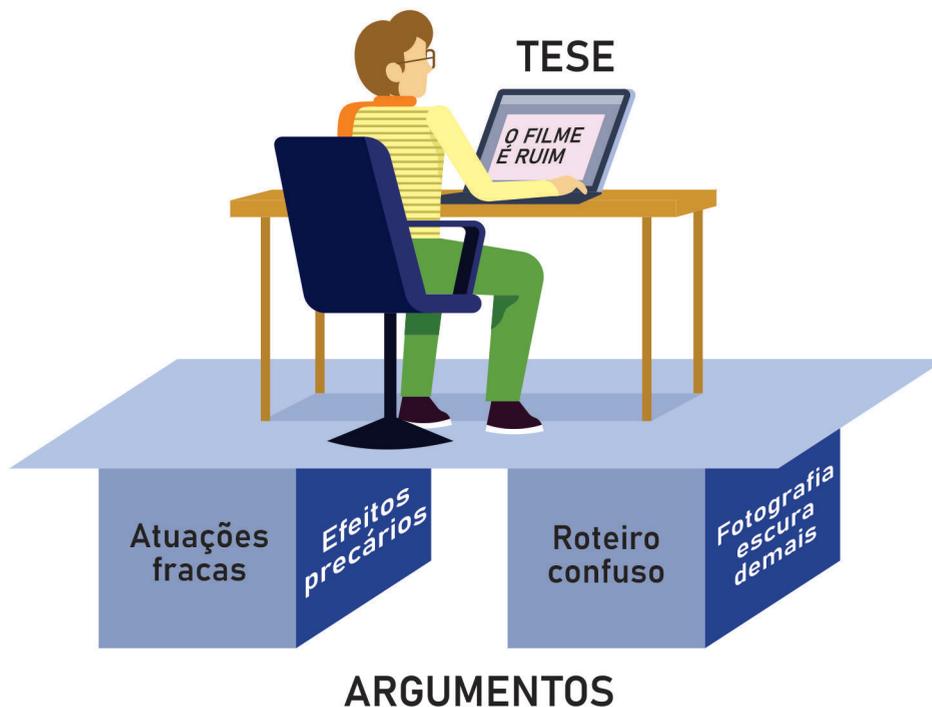
Elementos da argumentação

Imagine que você está assistindo a uma resenha, em vídeo, daquele filme que você amou. Qual seria sua reação se o autor da resenha só dissesse que o filme é horrível, sem graça, chato e demorado? Provavelmente, você pensaria: mas por que ele acha isso?! E, convenhamos: se a resenha não fosse além disso, você dificilmente iria levá-la a sério.

As coisas seriam diferentes, contudo, se o autor da resenha fundamentasse suas opiniões. Isto é, se, além de afirmar que “o filme é horrível e chato”, ele argumentasse que “as atuações são fracas, a história não vai para lugar nenhum, a filmagem é muito escura e os efeitos especiais são mal utilizados”. Nesse caso, você poderia até discordar do resenhista, mas certamente levaria a avaliação dele mais em conta.

Esse exemplo mostra que dois elementos são indispensáveis em texto argumentativo: a *tese* e os *argumentos*. A tese corresponde à *posição defendida pelo argumentador em relação a um tema controverso*; já os argumentos são os *elementos apresentados para fundamentar a tese*, isto é, para justificar a posição assumida. No exemplo que demos, a tese é *o filme é ruim* e os argumentos são *tem atuações fracas, o roteiro é confuso, a fotografia é escura e os efeitos especiais são mal utilizados*.

Para fazer uma analogia, você pode pensar que a tese é como o teto de uma casa: embora seja parte indispensável da construção, ele não se sustenta no ar e precisa de colunas e paredes para apoiá-lo. Essas paredes são os argumentos.



Neste ponto, vamos lembrar algo que dissemos na seção anterior: toda argumentação é fruto de uma polêmica. Isso significa que, ao argumentar, você, necessariamente, está tomando partido em um embate, uma disputa. É por isso que, ao se posicionar a favor de uma tese, você, automaticamente, está se posicionando, também, *contra* todas as outras teses possíveis para o mesmo tema. Em português claro: ao se posicionar a favor da tese de que um filme é ruim, você, automaticamente, se posiciona também *contra* a tese (defendida por seus oponentes) de que esse filme é bom.

Muito bem: se a posição defendida em um texto argumentativo é chamada de tese, a posição *combatida* por esse mesmo texto é chamada de *contratese*. E, pela mesma lógica, os argumentos utilizados para sustentar a *contratese* são chamados de *contra-argumentos*.

Mas, atenção: diferentemente da tese e dos argumentos, que são elementos estruturais obrigatórios em um texto argumentativo, a *contratese* e os *contra-argumentos* podem ou não aparecer de forma explícita no texto. Por exemplo: se eu digo, simplesmente, que “o filme é ruim porque tem atuações fracas e roteiro confuso”, explícito, no texto, apenas minha tese (“o filme é ruim”) e meus argumentos (“tem atuações fracas e roteiro confuso”), sem fazer qualquer referência à tese e aos argumentos de meus rivais. Esse texto, portanto, não incluirá os elementos *contratese* e *contra-argumento*.

No entanto, suponha que o texto produzido pelo resenhista tenha sido o seguinte:

Eu sei que muitos acharam o filme bom, principalmente porque ele ajuda a distrair a cabeça, esquecer os problemas... mas a verdade é que é um filme fraco – basta observar as atuações constrangedoras, a história sem pé nem cabeça, a filmagem escura e os efeitos especiais precários.

No exemplo, encontramos, é claro, a tese e os argumentos do próprio autor do texto: a tese está na frase “a verdade é que é um filme fraco” e os argumentos estão contemplados no trecho que vai de “basta observar” até o final. Note, porém, que, nesse caso, o resenhista faz questão de evocar a posição contrária à sua (“muitos acharam o filme bom”), bem como um dos argumentos utilizados para sustentá-la (“ele ajuda a distrair a cabeça, esquecer os problemas...”). Em outras palavras, ele inclui, em seu texto, dois novos elementos: a *contratese* e o *contra-argumento*.

Essa análise está sintetizada no quadro a seguir:

Quadro 3.1: Breve análise de um texto argumentativo

TESE	O filme é ruim	“Mas a verdade é que é um filme fraco”
ARGUMENTO	As atuações são ruins, o roteiro é confuso, a fotografia é escura e os efeitos especiais são precários	“basta observar as atuações constrangedoras, a história sem pé nem cabeça, a filmagem escura e os efeitos especiais precários”
CONTRATESE	O filme é bom	“muitos acharam o filme bom”
CONTRA-ARGUMENTO	Funciona como entretenimento e válvula de escape das dificuldades da vida	“ele ajuda a distrair a cabeça, esquecer os problemas”

Em resumo, a estrutura de um texto argumentativo inclui dois elementos obrigatórios (a tese e o argumento) e dois elementos opcionais (a contratese e o contra-argumento).

// atenção

Elementos do texto argumentativo

Obrigatórios

Tese: posição defendida pelo argumentador.

Argumentos: todos os elementos usados pelo argumentador para fundamentar sua tese e, assim, justificar sua posição.

Opcionais

Contratese: posição defendida pelos oponentes do argumentador.

Contra-argumentos: elementos usados pelos oponentes do argumentador para sustentar a contratese.

Estratégias argumentativas

Dissemos, anteriormente, que toda argumentação é um embate. Ora, em uma luta física, os lutadores têm à sua disposição uma variedade de golpes e táticas: eles podem tentar atingir o oponente com a mão ou com o pé, podem tentar levá-lo ao chão, encurralá-lo etc. Na argumentação – que não é um embate físico, mas, sim, um embate de ideias –, algo semelhante acontece: os argumentadores têm à sua disposição um repertório de diferentes *estratégias argumentativas*, de que poderão se valer para sustentar a validade da sua tese e, com isso, “ferir o adversário”. Nesta seção, vamos conhecer seis dessas estratégias.



Antes de começarmos, porém, vale um adendo: você verá que, ao longo da explicação, todos os textos usados para exemplificar as estratégias argumentativas dirão respeito a um mesmo tema – a pandemia de Covid-19, que, durante os anos de 2020 e 2021, mobilizou a opinião pública mundial, gerando intensos debates – e, conseqüentemente, muitos textos argumentativos – sobre questões de saúde pública.

Exemplificação

Como o próprio nome indica, a exemplificação consiste em apresentar um ou mais exemplos que confirmem a tese. Vejamos o texto a seguir:

Para combater a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, e evitar o colapso dos sistemas de saúde, são necessárias ações rápidas e incisivas. Países como a Alemanha e a Coreia do Sul, que investiram sem hesitação na testagem em massa dos habitantes e no isolamento social amplo, conseguiram bons resultados, controlando o número de casos diários e de mortes.

Esse texto pode ser dividido, de maneira bastante simples, em duas partes: no primeiro período, o argumentador apresenta sua tese (a reação à Covid-19 deve ser rápida e incisiva); no seguinte, ele faz referência a dois exemplos concretos que parecem validá-la (os casos específicos da Alemanha e da Coreia do Sul).

Esse tipo de estratégia se baseia em uma lógica extremamente simples (e, ao mesmo tempo, eficaz): a de que uma tese pode ser demonstrada de modo satisfatório caso o argumentador consiga apontar, no mínimo, duas situações concretas que pareçam corroborá-la. No exemplo, as experiências da Alemanha e da Coreia do Sul parecem suficientes para sustentar a ideia de que a reação à pandemia deve ser rápida e incisiva.

Argumento de autoridade

É o argumento baseado na opinião de um especialista. Quando falamos em especialista, isso inclui tanto profissionais de determinada área quanto organismos governamentais e não governamentais, como instituições e órgãos da imprensa, por exemplo. Além disso, contempla, ainda, o testemunho de pessoas que tenham participado diretamente dos fatos mencionados. Em todos esses casos, a força do argumento se apoia na credibilidade da autoridade evocada. Vejamos um exemplo:

A medida mais eficaz no combate ao novo coronavírus é o isolamento social, a chamada quarentena. Quem afirma isso são órgãos de respeitabilidade internacional, como a OMS (Organização Mundial da Saúde), universidades, secretarias e ministérios que são compostos por cientistas e médicos experientes na área de infectologia e controle de doenças. Devemos, portanto, dar ouvidos a essas instituições, pois elas representam nossa melhor chance no enfrentamento da Covid-19.

Nesse exemplo, mais uma vez, o argumentador começa explicitando sua tese (“A medida mais eficaz no combate ao novo coronavírus é o isolamento social, a chamada quarentena”) e, na sequência, apresenta um argumento (“Quem afirma isso...”). Note que esse argumento apela para a autoridade de uma instituição reconhecida e prestigiada na área da saúde – a OMS.

Dessa forma, o argumentador mostra que sua visão não saiu “do nada” nem consiste em mera opinião; em vez disso, ela está alinhada à posição das mais altas autoridades no assunto.

Perceba que é muito importante validar seu argumento de autoridade por meio da palavra de um especialista no assunto em questão. Por exemplo, no caso de uma pandemia, é mais seguro confiar em médicos infectologistas ou em um cantor famoso? Por outro lado, para julgar se um instrumento musical está afinado, confiaremos mais em quem?

Contra-argumentação

A estratégia da contra-argumentação consiste em explicitar e desconstruir o ponto de vista do adversário. Ou seja: em vez de o autor do texto argumentar diretamente *a favor* de sua tese, ele argumenta *contra* o posicionamento do rival. Aqui, portanto, a ideia é convencer o interlocutor de determinada tese, mostrando por que a posição contrária é incoerente, frágil e superficial. Vejamos um exemplo:

Há, no momento, uma discussão a respeito das melhores medidas a serem tomadas para conter o avanço do novo coronavírus. Alguns defendem o chamado “isolamento vertical”, que consistiria em isolar apenas as pessoas que pertencem ao grupo de risco, ou seja, idosos e portadores de doenças crônicas. Com isso, os demais grupos poderiam trabalhar normalmente e a economia não sairia prejudicada. Ora, além de não contar com comprovação científica, tal ideia demonstra uma tremenda ingenuidade, ao imaginar que a população em risco não entraria em contato com quem contrairia o vírus na rua, no trabalho, no comércio. Dessa forma, o isolamento vertical não passa de um sonho no qual a sociedade seria capaz de separar perfeitamente os grupos infectados dos mais vulneráveis e, com isso, conseguiria superar a crise do vírus. Como isso é inviável, só nos resta apostar na quarentena generalizada para todos os grupos – isto é, o isolamento horizontal.

Podemos ver que, inicialmente, o argumentador apresenta uma tese com a qual ele *não concorda* (“Alguns defendem o chamado ‘isolamento vertical’”). Como você viu, essa tese rival é chamada de *contratese*.

Após explicitar a *contratese*, o autor do texto começa a desconstruir os argumentos que a sustentam. Para isso, ele questiona sua credibilidade (ao afirmar que não tem comprovação científica) e a representa como uma ideia ingênua. Como resultado dessa argumentação, a *contratese* é desconstruída. Assim, o caminho fica livre para que o argumentador exponha sua tese, segundo a qual “só nos resta apostar na quarentena generalizada para todos os grupos – isto é, o isolamento horizontal”.

Concessão

Uma variante da contra-argumentação é a chamada *concessão*. Essa estratégia é executada em duas etapas. Em um primeiro momento, o argumentador dá a impressão de concordar com seu rival – ou seja, ele parece *conceder* a razão a seu adversário (daí o nome “concessão”). Logo em seguida, contudo, a tese adversária é combatida e devidamente refutada. Vejamos um exemplo:

No meio desta nova pandemia, uma preocupação em comum de cidadãos e governantes é a economia. Alega-se que a quarentena provocará uma onda de desemprego violenta, que levará milhões à miséria e colocará a economia em frangalhos, inclusive, aumentando o número de mortes por fome e suicídio. É fato que a economia é um ponto delicado diante dessa crise, mas, na atual situação, não há qualquer indício de que o afrouxamento da quarentena vá impedir a recessão econômica e a avalanche de demissões e falências. Ou seja, o fim da quarentena não resolveria o problema econômico, mas aumentaria exponencialmente o número de mortos.

Nesse texto, a preocupação com a situação econômica do país é compartilhada tanto pelo argumentador quanto por seu oponente. O argumentador ressalta a importância dessa preocupação (“É fato que a economia é um ponto delicado diante dessa crise”) e, com isso, parece dar a entender que irá se posicionar contra a quarentena. Na sequência, contudo, ele frustra essa expectativa, ao argumentar que a preocupação com a economia não leva a uma rejeição do isolamento social. Para sustentar essa ideia, afirma não haver qualquer garantia de que a economia seria salva caso as pessoas continuassem vivendo suas vidas normalmente (“não há qualquer indício de que o afrouxamento da quarentena vá impedir a recessão econômica e a avalanche de demissões e falências”).

Como se vê, a argumentação está, aqui, estruturada em dois movimentos: inicialmente, o argumentador parece conceder razão ao oponente (concordando com a existência de um grave problema econômico); na sequência, porém, torna explícita sua discordância em relação a ele (afirmando que, apesar disso, o isolamento social é a melhor alternativa). Essa estratégia dupla, que segue a lógica do “dar com uma mão e tirar com a outra”, corresponde precisamente ao que nós chamamos de *concessão*.

Redução ao absurdo

Outra variante da contra-argumentação é a *redução ao absurdo*. Essa estratégia consiste em levar o argumento contrário até o limite, de maneira tal que ele resulte em uma situação impossível ou inconcebível. O exemplo a seguir nos ajuda a entender essa ideia:

Para algumas pessoas, os governantes deveriam encerrar o isolamento social a fim de preservar o crescimento econômico. Ora, se é assim, por que não matar todos aqueles que estiverem contaminados pelo vírus e, assim, garantir o crescimento da economia no resto do ano? Porque é isso o que o fim da quarentena vai significar.

O texto começa pela apresentação da contratese (“os governantes deveriam encerrar o isolamento social”) e de um contra-argumento (“a fim de preservar o crescimento econômico”). Na sequência, o argumentador *parece* sugerir uma solução radical (e criminosa) para a pandemia de Covid-19: o extermínio da população brasileira.

É fácil perceber, no entanto, que a sugestão não é séria: o autor não está, de fato, propondo um genocídio, e sim evidenciando o absurdo da contratese. A lógica é a seguinte: (i) a contratese parece pressupor que a economia é mais importante que as vidas humanas; (ii) levado ao limite, esse pressuposto conduz à ideia de que exterminar a população infectada é uma boa medida, já que isso permitiria reabrir a economia; (iii) como qualquer pessoa sabe que isso é desumano e impraticável, fica claro que a contratese não é válida e que, portanto, a quarentena deve ser mantida.

Negação

Em uma argumentação, atacar frontalmente a tese rival pode ser pouco eficiente. Ao iniciar a leitura de um texto argumentativo, todo leitor se coloca na defensiva caso perceba que será defendida uma tese da qual ele discorda. Com essa postura, o leitor fica negativamente predisposto em relação àquele texto.

Existe, porém, um meio de tentar driblar essa predisposição, desarmando o leitor: trata-se da negação. Esse recurso consiste na estratégia – não muito honesta, é verdade – *de negar que se vá defender a posição a favor da qual, de fato, se pretende argumentar*. O exemplo a seguir ilustra essa tática:

Neste momento, muita coisa está sendo dita e muitas informações sendo veiculadas num ritmo alucinante, exigindo que as pessoas tomem uma decisão, escolham um lado, como se fosse uma disputa entre clubes de futebol. Eu não estou relativizando a importância das vidas humanas dizendo que não devemos nos importar com a saúde das pessoas, porque isso é óbvio, mas precisamos olhar para o futuro, para quando a pandemia passar. Como estará nossa economia? Como ficarão os empregos? Não podemos salvar o mundo de hoje sacrificando o de amanhã. Por isso, é necessário que o isolamento social seja revisto enquanto ainda é tempo.

Nesse trecho, vemos que o argumentador se encontra em uma posição pouco confortável: ele quer defender o fim do isolamento social, mas corre o risco de, com isso, ser taxado de insensível, desumano. Por isso, ele procura suavizar seu discurso desde o início, afirmando, de imediato, que não é indiferente ao sofrimento causado pela perda de vidas humanas (“Eu não estou dizendo que não devemos nos importar com a saúde das pessoas, porque isso é óbvio”). Esse tipo de afirmação tem o efeito de “desarmar” o leitor, estabelecendo com ele uma relação de identificação.

No entanto, logo na sequência, o argumentador defende que não podemos pensar apenas no presente e esquecer os prejuízos econômicos que a quarentena pode acarretar (“Não podemos salvar o mundo de hoje sacrificando o de amanhã”). Ocorre que, ao defender essa ideia, o

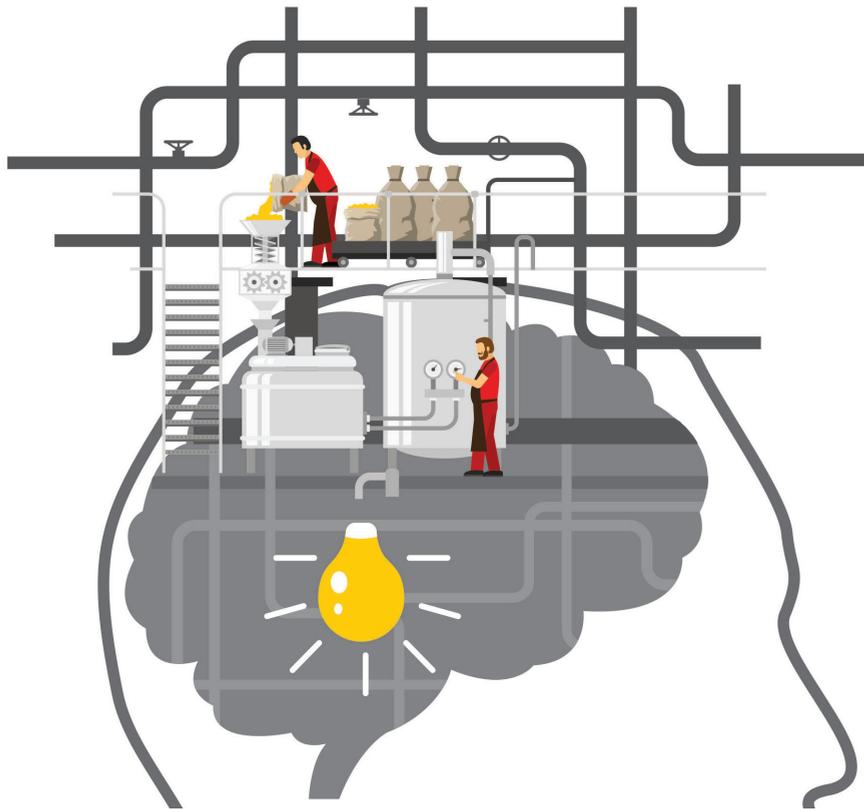
argumentador está, automaticamente, relativizando a importância de assegurar a saúde da população – ou seja, exatamente o que ele havia dito que *não* iria fazer. Com isso, fica claro que a parte inicial do texto não era exatamente honesta – tratava-se apenas de uma tática utilizada para levar os leitores a “baixar a guarda”. É precisamente isso que caracteriza a estratégia argumentativa conhecida como *negação*.

lá na plataforma

Ao longo desta seção, analisamos apenas textos verbais. Mas, na plataforma do PVS, você pode ir além: lá, estão disponíveis análises de estratégias argumentativas em textos multimodais (isto é, textos que combinam a linguagem verbal com elementos imagéticos).

Métodos de raciocínio

Para argumentar bem, é preciso raciocinar bem. Afinal, todo bom texto argumentativo é fruto de um raciocínio lógico consistente, isto é, da articulação adequada de premissas, fatos e conclusões. Nesta seção, você vai estudar cinco métodos de raciocínio que podem embasar um bom texto argumentativo.



Indução

A indução é um tipo de raciocínio que parte de casos particulares e extrai deles uma regra geral. Por exemplo: imagine que um estrangeiro se muda para o Rio de Janeiro no ano de 2021 e se depara com chuvas fortes no mês de março. Um ano depois, em 2022, ele observa o mesmo fenômeno: tempestades violentas em março. Com base nessas duas experiências particulares (a de 2021 e a de 2022), ele pode, então, chegar a uma generalização: *sempre chove forte no Rio de Janeiro em março*. Pronto: o estrangeiro acaba de raciocinar de modo indutivo.

Muito simples, certo? Mas como, na prática, a indução se verifica em textos argumentativos? Vejamos um exemplo:

Assim que o novo coronavírus começou a se espalhar, a Coreia do Sul adotou como política a testagem maciça de sua população. A Alemanha seguiu pelo mesmo caminho, realizando testes até mesmo em pessoas assintomáticas. Hoje, esses dois países estão entre aqueles com maior índice de sucesso no combate à Covid-19. Moral da história: testar amplamente a população é uma medida eficaz contra o avanço da pandemia.

Observe que o autor começa fazendo referências a dois exemplos concretos (Coreia do Sul e Alemanha) e, só depois, com base nesses exemplos, chega a uma generalização (“testar amplamente a população é uma medida eficaz contra o avanço da pandemia”). Esse é, como você viu, o caminho típico do raciocínio indutivo: o ponto de partida são os *fatos particulares* e o ponto de chegada é a *regra geral*. Diante disso, podemos afirmar que o texto argumentativo que acabamos de ler se fundamenta em um raciocínio indutivo.

Dedução

Ao contrário da indução, a dedução é o raciocínio que parte de uma afirmação geral tida como verdadeira e, então, a aplica a um caso particular – como acontece, por exemplo, nos silogismos. O tipo clássico de silogismo se apoia em três enunciados: primeiro, a premissa maior, de caráter universal; em seguida, a premissa menor, de caráter particular; e, por fim, a conclusão:

Todos os homens são mortais.

Sócrates é homem.

Sócrates é mortal.

Esse mesmo método de raciocínio pode aparecer em gêneros argumentativos como redações de vestibular ou editoriais jornalísticos. Por exemplo:

De acordo com autoridades em saúde pública, o isolamento social é fundamental em países com sistemas de saúde deficientes. Ora, em todo o planeta, o Brasil é um dos países com menor índice de leitos hospitalares por habitante. Logo, não há dúvidas de que as autoridades brasileiras deveriam adotar, imediatamente, medidas rígidas de distanciamento social.

Note que a estrutura desse parágrafo é idêntica à do silogismo sobre a mortalidade de Sócrates: começa-se por uma informação de caráter geral (“o isolamento social é fundamental em países com sistemas de saúde deficientes”); em seguida, apresenta-se um caso particular (aqui, o caso do Brasil, que é identificado como um país com sistema de saúde deficiente); por fim, extrai-se, da junção entre as duas premissas, uma conclusão (no exemplo, a de que o Brasil deve adotar o isolamento social).

O método dedutivo parece bastante simples, sem dúvida, mas tenha cuidado: às vezes, os silogismos são apenas sofismas disfarçados. Um sofisma é um raciocínio pretensamente lógico, mas que leva a conclusões equivocadas. Um exemplo clássico de sofisma é este:

“Todo abacate é verde. O Incrível Hulk é verde. O Incrível Hulk é um abacate” (PRATA, 2015).

Apesar de semelhante, na forma, ao anterior, o raciocínio exposto neste texto conduz a uma conclusão absurda. O erro consiste em fazer uma inferência a partir de uma generalização que não se aplica: mesmo que todos os abacates sejam verdes, nem tudo o que é verde é um abacate.

Analogia

Estabelecer analogias é realizar comparações entre dois domínios, em princípio, independentes. Esse tipo de recurso pode ser bastante útil para provar uma tese em um texto argumentativo. Por exemplo, talvez alguém queira defender a tese de que, em uma escola, os alunos nunca devem contrariar seus superiores. Para isso, essa pessoa poderia produzir o seguinte texto:

Um colégio é como um quartel: o diretor é o comandante, os professores desempenham o papel de oficiais e os alunos são soldados. Por isso mesmo, estes últimos devem se limitar a obedecer e agir disciplinadamente.

Nesse caso, a analogia se dá entre os domínios militar (quartel) e educacional (escola). A ideia, aqui, é induzir o leitor a pensar em uma escola nos mesmos termos em que ele pensa em um quartel. Afinal, fazendo isso, será mais fácil levá-lo a aceitar a tese de que os alunos “devem se limitar a obedecer e agir disciplinadamente”.

Dialética

O raciocínio dialético se processa a partir da confrontação de duas teses opostas (a tese e a antítese), o que resultará em uma verdade nova, chamada de *síntese*. As etapas do raciocínio dialético são as seguintes:

1. a formulação de uma tese, apoiada em argumentos;
2. a formulação de uma tese contrária à anterior;

3. a formulação da síntese, com a conciliação entre os pontos válidos das duas teses previamente formuladas.

É o que vemos neste exemplo:

Por ser uma forma de assassinato, o aborto é, de modo geral, uma prática condenável (TESE). No entanto, há situações em que ele permite preservar a vida da gestante (ANTÍTESE). Conclui-se, assim, que o aborto deve ser permitido, mas apenas nos casos em que há risco de vida para a mulher (SÍNTESE).

Nesse caso, os pontos de vista divergentes (um contrário ao aborto e outro favorável a ele) são igualmente levados em consideração, em um esforço de conciliação de contrários. Aqui, portanto, não se trata de apresentar uma tese para, em seguida, derrubá-la com uma contrária: trata-se de aproximar duas teses opostas e extrair dessa aproximação uma espécie de meio termo.

A dialética é um tipo de raciocínio que tem uma longa tradição no pensamento ocidental, remetendo ao filósofo grego Platão. De lá para cá, muita coisa pode ter mudado, mas sua essência permanece a mesma: ela não é unilateral, um “eu estou certo e você está errado”, mas um esforço conjunto para chegar a um novo saber, por meio de perspectivas contrastantes sobre determinado tema.

Resumo

Nesta unidade, você mergulhou no texto argumentativo: conheceu seus elementos obrigatórios e opcionais (tese e argumentos; contratese e contra-argumentos), foi apresentado a seis estratégias argumentativas (exemplificação, argumento de autoridade, contra-argumentação, concessão, redução ao absurdo e negação) e, por fim, estudou quatro métodos de raciocínio (indução, dedução, analogia e dialética).

Em uma visão mais geral, você percebeu que a argumentação não é fruto de inspiração ou um dom concedido a poucos, mas uma forma de texto bem estruturada, que obedece a certas regras e tem um fim determinado: persuadir o interlocutor a adotar um novo ponto de vista – aquele que você defende. Assim, vimos que ela só pode funcionar em situações nas quais um lado não exerce poder sobre o outro; afinal, é só nesses casos que se pode operar com o convencimento.

Atividade

O texto a seguir foi utilizado em uma questão do Enem de 2018. Leia-o com atenção.

(ENEM, 2018, reprodução)

A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo

Resumo: Este artigo tem por finalidade discutir a representação da população negra, especialmente da mulher negra, em imagens de produtos de beleza presentes em comércios do nordeste goiano. Evidencia-se que a presença de estereótipos negativos nessas imagens dissemina um imaginário racista apresentado sob a forma de uma estética racista que camufla a exclusão e normaliza a inferiorização sofrida pelos(as) negros(as) na sociedade brasileira. A análise do material imagético aponta a desvalorização estética do negro, especialmente da mulher negra, e a idealização da beleza e do branqueamento a serem alcançados por meio do uso dos produtos apresentados. O discurso midiático-publicitário dos produtos de beleza rememora e legitima a prática de uma ética racista construída e atuante no cotidiano. Frente a essa discussão, sugere-se que o trabalho antirracismo, feito nos diversos espaços sociais, considere o uso de estratégias para uma “descolonização estética” que empodere os sujeitos negros por meio de sua valorização estética e protagonismo na construção de uma ética da diversidade.

Palavras-chave: Estética, racismo, mídia, educação, diversidade.

SANT'ANA, J. A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo. Dossiê: trabalho e educação básica. *Margens Interdisciplinar*. Versão digital. Abaetetuba, n. 16, jun. 2017 (adaptado).

Esse texto, que consiste em um resumo de artigo científico, pertence ao tipo argumentativo; afinal, ele apresenta uma tese e a sustenta com argumentos. Sua tarefa é redigir uma breve análise desse resumo, na qual devem estar contempladas, necessariamente, as cinco questões a seguir:

1. Qual é a tese defendida e quais são os argumentos apresentados?
2. Qual é a estratégia argumentativa utilizada?
3. Qual método de raciocínio foi seguido pelo autor?
4. Qual é a função da linguagem predominante no texto?
5. Qual é a relação entre essa função da linguagem e o tipo textual argumentativo?

Note que, desses cinco pontos, os três primeiros dizem respeito a conteúdos desta unidade, o quarto diz respeito a um conteúdo da Unidade 1 e o quinto a relaciona com a Unidade 2. Dessa forma, você fica sempre em contato com assuntos anteriores e evita que algum conteúdo se apague da sua cabeça. Bom trabalho!

Resposta comentada

A tese central do texto está sintetizada na seguinte passagem: “Evidencia-se que a presença de estereótipos negativos nessas imagens dissemina um imaginário racista apresentado sob a forma de uma estética racista que camufla a exclusão e normaliza a inferiorização sofrida pelos(as) negros(as) na sociedade brasileira”. Para sustentar essa tese, o texto menciona “imagens de produtos de beleza presentes em comércios do nordeste goiano” – isto é, ele faz referência a *exemplos concretos* de produtos que veiculam estereótipos racistas. Dessa maneira, pode-se afirmar que a estratégia argumentativa em jogo é a da exemplificação: a tese é fundamentada pela referência a exemplos concretos que demonstram sua validade.

Ao mesmo tempo, é importante notar que os exemplos são mencionados *antes* da tese propriamente dita. Ou seja, o desenvolvimento do raciocínio segue, no texto, o seguinte caminho: primeiro, faz-se referência a um conjunto de exemplos particulares; e só depois se propõe uma generalização a partir desses exemplos (essa generalização vem a ser a própria tese do texto). Como você já estudou, esse caminho mental caracteriza o raciocínio *indutivo*.

Por fim, observe que a função da linguagem predominante é a referencial. Como você viu na Unidade 1, essa função é marcada pela objetividade e pela impessoalidade, uma vez que o elemento da comunicação privilegiado é o referente. Isso se relaciona com o tipo textual argumentativo, porque o argumentador não pode se ancorar em opiniões ou visões estritamente pessoais para construir seus argumentos. É necessário, em vez disso, que se priorizem os fatos e elementos verificáveis por qualquer pessoa. Essa é, portanto, a relação que existe entre o tipo textual argumentativo e a função referencial da linguagem (ambos identificáveis no texto da atividade).

Referências

ENEM. *Prova de linguagens, códigos e suas tecnologias e redação; prova de ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília, DF: Inep; MEC, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2018/1DIA_01_AZUL_BAIXA.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

PRATA, Antonio. Terrorismo lógico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 jan. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2015/01/1573334-terrorismo-logico.shtml>. Acesso em: 9 jul. 2020.

SANT’ANA, Jonathas. A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo. *Margens Interdisciplinar*, Abaetetuba, n. 16, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/5391>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Estudo do texto (IV): gêneros textuais

04

meta

Tornar o aluno apto a analisar e interpretar textos, tendo em vista as propriedades definidoras de seu gênero textual.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- reconhecer diferentes gêneros textuais, identificando sua forma típica, sua função comunicativa e sua situação de produção;
- analisar e interpretar textos à luz do conceito de *gênero textual*.

Introdução

O que são gêneros textuais?

Pense numa receita culinária (por exemplo, uma receita de bolo ou de macarronada). Agora, imagine um manual de instruções. Também uma bula de remédio. E, ainda, uma notícia de jornal. Certamente, você irá concordar que se trata de formatos textuais muito diferentes. Tecnicamente, dizemos que cada um desses formatos corresponde a um *gênero textual* distinto.

Se olhar em volta, você perceberá que estamos cercados por textos pertencentes aos mais variados gêneros textuais: receita culinária, receita médica, manual de instruções, bula de remédio, notícia de jornal, horóscopo, charge, anúncio de classificados, poema, redação escolar (como aquela que você aprende na aula de Redação), bilhete, carta pessoal, *e-mail*, sermão, cardápio de restaurante, tuíte, *post* (por exemplo, em *blogs* ou redes sociais), lista de compras, mensagens pessoais de aplicativo eletrônico (por exemplo, Whatsapp, Telegram), romance, edital de concurso... A lista é virtualmente infinita.

Para começarmos a conversa, vamos comparar dois desses gêneros: a mensagem pessoal de WhatsApp e a bula de remédio. De imediato, é fácil notar que são formatos de texto bastante distintos. Por exemplo, podemos dizer que mensagens pessoais de WhatsApp apresentam as seguintes características: (i) são usadas para estabelecer e manter interações de natureza pessoal; (ii) consistem em textos curtos; (iii) empregam, normalmente, linguagem informal; e (iv) dirigem-se a interlocutores específicos e conhecidos. As bulas de remédio, por outro lado, têm características diferentes: (i) são usadas para informar e advertir o paciente; (ii) trazem textos longos (em comparação com a mensagem pessoal de WhatsApp); (iii) empregam linguagem formal e técnica; e (iv) dirigem-se a um interlocutor genérico e abstrato: qualquer potencial comprador ou usuário do remédio. Com isso, fica claro que *temos aqui dois gêneros textuais diferentes: mensagem pessoal de WhatsApp e bula de remédio*. O **Quadro 4.1** resume as diferenças entre eles.

Quadro 4.1: Comparação entre dois gêneros textuais

MENSAGEM PESSOAL DE WHATSAPP	BULA DE REMÉDIO
Usado para estabelecer e manter interações de natureza pessoal	Usado para informar e advertir o paciente
Textos curtos	Textos longos (em comparação com a mensagem pessoal de Whatsapp)
Linguagem informal	Linguagem formal e técnica
Dirige-se a interlocutores específicos e conhecidos	Dirige-se a um interlocutor genérico e abstrato

O quadro dá dois *exemplos* de gêneros textuais. Mas, neste momento, precisamos ir um pouco além e *definir* esse conceito. Isto é, precisamos responder à seguinte pergunta: afinal, *o que são gêneros textuais?*

Simplificando um pouco, podemos dizer que um gênero textual é um formato de texto que se caracteriza por apresentar certas propriedades de *forma*, desempenhar determinada *função* e se inserir em determinada *situação de produção*. Ou seja: para caracterizar qualquer gênero textual (seja um bilhete na porta da geladeira ou um romance literário, seja um texto de horóscopo ou um verbete da Wikipédia), é preciso caracterizar sua forma, sua função e a situação de produção na qual ele se insere.

É por aí que vamos começar. Na próxima seção desta unidade, você vai aprender a analisar textos pertencentes a diferentes gêneros textuais, levando em conta estes três parâmetros: forma, função e situação de produção. Na sequência, vai estudar a relação entre o conceito de gêneros textuais e a noção de tipos textuais, que foi tema da Unidade 2. Bons estudos!

Analizando os gêneros textuais: forma, função e situação de produção

Como dissemos, para caracterizar um gênero textual, precisamos levar em conta três dimensões: a forma, a função e a situação de produção. Neste momento, estudaremos cada uma delas, separadamente.

Forma

Quando falamos na *forma* de um gênero textual, estamos nos referindo à *estrutura* do texto e à *linguagem* empregada. O termo “estrutura” se refere à maneira como o texto é organizado. Veja alguns exemplos:

- O texto está escrito em prosa (como um manual de instruções) ou em versos (como um poema)?
- Trata-se de uma enumeração (como uma lista de supermercado) ou de um texto corrido (como uma notícia)?
- Divide-se em parágrafos (como uma redação escolar) ou sua estruturação não é feita por meio deles (como um cardápio de restaurante)?
- Tem título (como um *post* de *blog*), ou é escrito sem ele (como um tuíte)?

- Quantas partes estruturais é possível identificar – por exemplo: seriam três, como em uma redação escolar (introdução, desenvolvimento e conclusão), ou duas, como em uma receita (ingredientes e modo de fazer)?

O termo “linguagem”, por sua vez, se refere às palavras e construções empregadas no texto. Esse termo engloba aspectos como os seguintes:

- Qual é a variedade linguística utilizada – por exemplo: seria uma variedade formal (como um edital de concurso) ou informal (como um bilhete ou uma mensagem pessoal de WhatsApp)?
- Quais são as estruturas sintáticas mais comuns – por exemplo, seriam frases nominais (sem verbos), como em uma lista de compras, ou seriam orações (estruturas com verbos), como em uma notícia de jornal?
- Há algum tempo, modo ou forma verbal característica – como no caso das receitas, cujos verbos vêm no imperativo (“bata”, “misture”, “acrescente”) ou no infinitivo (“bater”, “misturar”, “acrescentar”)?

Em resumo, quando falamos na *forma* de determinado gênero textual, estamos nos referindo tanto à *estrutura* do texto (seu esquema geral de organização) quanto à *linguagem* empregada (tipos de palavras e construções escolhidas).

Função

Você já entendeu o que queremos dizer quando fazemos referência à *forma* de um gênero textual. E o que dizer de sua *função*?

Quando perguntamos, por exemplo, qual é a função de um apagador, estamos perguntando para que o apagador serve, ou seja, para que fins (ou com que objetivos) ele é utilizado. O mesmo pode ser dito em relação aos gêneros textuais. Para que serve uma receita médica? E uma receita culinária? E um poema? E um *post* de Facebook, uma lista de compras, uma bula de remédio?

Certamente, cada um desses gêneros serve a um propósito diferente. Quem escreve uma receita culinária tem o objetivo de *transmitir um tipo específico de conhecimento* (de que maneira se deve proceder para preparar certo prato). Trata-se, portanto, de *ensinar* alguma coisa ao leitor. Já a receita médica é usada como uma forma (socialmente aceita e reconhecida) de *autorizar* o receptor final (o funcionário da farmácia) a vender um medicamento. A notícia de jornal, por sua vez, é diferente: ela não tem a função nem de ensinar nem de autorizar. Seu papel é, simplesmente, *informar*.

Moral da história: os gêneros textuais não se diferenciam apenas quanto à *forma* (estrutura, linguagem), mas também quanto à *função* (objetivos, propósitos, finalidade).

Situação de produção

Para ficarmos com os mesmos exemplos, pense numa receita médica. Em que *contexto* ela é produzida? Quem a produz e a que leitor se destina? A resposta é fácil. Ela só pode ser escrita por um médico em um tipo de suporte criado especificamente para isso: a folha do receituário. Caso seja assinado por alguém que não é médico, o documento não tem valor como receita – na melhor das hipóteses, é uma brincadeira; na pior, uma fraude (mas, de todo modo, não é, de fato, uma receita). Caso seja escrito e assinado por um médico, mas em um guardanapo, o documento também não terá valor como receita, ou seja, não poderá cumprir sua função (que é autorizar a venda de algum remédio).

Essa explicação nos dá uma ideia da *situação de produção* de um texto pertencente ao gênero *receita médica*: esse texto deve ser escrito por um médico – no suporte apropriado e socialmente reconhecido (a folha do receituário) – e se dirige aos funcionários das farmácias, que são seu destinatário final.

Por outro lado, qual seria a situação de produção de um tuíte? Note que há uma série de particularidades. Por exemplo, o tuíte tem que ser escrito por meio de um aparelho conectado à internet e, necessariamente, dentro da plataforma digital conhecida como Twitter. Se você redigir o mesmo conteúdo à mão, num pedaço de papel, e pregá-lo na porta da geladeira, o resultado será um bilhete – e não um tuíte. Além disso, dentro do *site* ou aplicativo da rede social, o tuíte deverá ser escrito no espaço apropriado e será publicado na *timeline* dos seguidores. Diferentemente da receita médica, que se destina a pessoas de um segmento específico (profissionais que trabalhem em farmácias), os tuítes se dirigem a um público amplo, definido como o conjunto de seguidores de seu autor.

Em síntese, vimos que há uma grande diferença entre as situações de produção da receita médica e do tuíte. Resumindo essa diferença: enquanto a primeira deve ser escrita por um médico, numa folha de receituário, e se dirige a um leitor específico de um segmento profissional (qualquer um que venda medicamentos em uma farmácia), o segundo deve ser produzido dentro de um *site* da internet, no espaço apropriado, e se destina a um público genérico de “seguidores” (conhecidos ou não).

O que essa comparação revela? Simples: que os gêneros textuais não se diferenciam apenas quanto à *forma* e à *função*, mas também quanto a sua *situação de produção*.

Juntando tudo: situação de produção + função + forma

Até aqui, você estudou, separadamente, cada um dos três parâmetros que definem um gênero textual: a forma, a função e a situação de produção. Agora, a título de revisão e fixação da matéria, veja o quadro comparativo a seguir, que reúne, em uma só análise, esses três parâmetros.

Quadro 4.2: Comparação entre dois gêneros textuais, considerando as três dimensões de caracterização

	Mensagem pessoal de whatsapp	Bula de remédio
Situação de produção	Produzida por um internauta, por meio de um aplicativo, no espaço apropriado de sua interface gráfica, e destinada a pessoas específicas e conhecidas	Escrita por funcionários do fabricante do medicamento, é inserida em sua caixa e se destina a qualquer cliente em potencial
Função	Estabelecer e manter interações de natureza pessoal	Informar e alertar sobre os riscos do medicamento
Forma	Linguagem tipicamente informal, incluindo peculiaridades da linguagem da internet (como abreviações específicas, <i>emojis</i> etc.)	Linguagem formal e técnica

Relacionando gêneros e tipos textuais

Na Unidade 1, você estudou os *tipos textuais*; nesta, conheceu os *gêneros textuais*. Agora, portanto, podemos *relacionar* esses dois conceitos. Em outras palavras, podemos responder à seguinte pergunta: o que os gêneros textuais têm a ver com os tipos textuais lá da Unidade 2?

Quando analisamos gêneros textuais, vemos que alguns deles apresentam certos modos de organização – isto é, tipos textuais – predominantes. Pense, por exemplo, em um manual de instruções. Qual seria o modo de organização predominante em um texto desse gênero? Sem dúvida, trata-se do *modo injuntivo*. Isso não significa, é claro, que todas as passagens de um manual de instruções devam ser injuntivas; afinal, textos reais costumam incorporar uma variedade de tipos textuais (como você já viu na Unidade 2). Assim, é comum que textos do gênero *manual de instruções* contenham, também, *sequências descritivas*, apesar da predominância do *modo injuntivo*. Isso pode ser facilmente percebido no texto a seguir, que reproduz uma página do manual de instruções de um tocador de DVD. Observe que a primeira parte (“Como instalar o aparelho”) é marcadamente injuntiva, ao passo que a segunda (“Conexões do painel traseiro”), na qual se misturam imagem visual e texto verbal, tem caráter descritivo.

Como instalar o aparelho

Para aproveitar todos os recursos do seu aparelho, siga as instruções de instalação indicadas abaixo antes de ligá-lo:

As conexões devem ser feitas sempre com os aparelhos ligados.

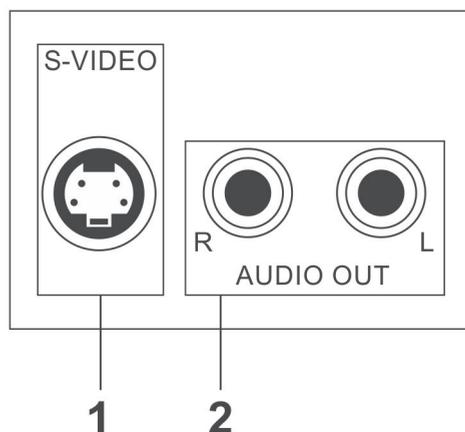
Instale o aparelho numa superfície plana e estável.

Nunca coloque este aparelho sobre uma área encarpada.

Certifique-se de que haja suficiente espaço para a fácil abertura do compartimento dos discos.

Conexões do painel traseiro

Estas são as saídas traseiras de áudio e vídeo do aparelho.



1. Saída S-VIDEO
 2. Saída de áudio analógico (estéreo)
- (MANUAL, 2009).

Pense, agora, em outros gêneros textuais. Gêneros como o *romance* e o *conto* são predominantemente *narrativos*, já que se prestam a contar uma história, que se organiza a partir de uma sequência de acontecimentos. A *receita culinária*, por sua vez, é claramente injuntiva, já que seu objetivo é transmitir ao leitor instruções acerca do preparo de um determinado prato. Veja, no quadro a seguir, quais são os tipos textuais predominantes em alguns gêneros textuais.

Quadro 4.3: Exemplos de relações entre gêneros textuais e tipos textuais

Gênero textual	Tipo textual predominante	Exemplo
Romance	Narrativo	<p>“Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei num trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu. Cumprimentou-me, sentou-se ao pé de mim, falou da lua e dos ministros, e acabou recitando-me versos.”</p> <p><i>Dom Casmurro</i> (ASSIS, 2020)</p>
Conto	Narrativo	<p>“Quase no fim da rua da Guarda Velha, o tálburi teve de parar; a rua estava atravancada com uma carroça, que caíra. Camilo, em si mesmo, estimou o obstáculo, e esperou. No fim de cinco minutos, reparou que ao lado, à esquerda, ao pé do tálburi, ficava a casa da cartomante, a quem Rita consultara uma vez, e nunca ele desejou tanto crer na lição das cartas. Olhou, viu as janelas fechadas, quando todas as outras estavam abertas e peçadas de curiosos do incidente da rua.”</p> <p>“A Cartomante” (ASSIS, 2020)</p>

Fábula	Narrativo	<p>“Um Leão pediu a filha de um lenhador em casamento. O pai, contrariado por não poder negar, já que o temia, viu na ocasião um excelente modo de se livrar de vez do problema.</p> <p>Ele disse que concordaria em ter o leão como genro, mas com uma condição: este deveria arrancar suas unhas e dentes; caso contrário, sua filha sentiria muito medo.”</p> <p><i>Fábulas de Esopo (ESOPO, 2019)</i></p>
Piada	Narrativo	<p>“Um açougueiro entra no escritório de um advogado e pergunta:</p> <p>Se um cachorro solto na rua entra num açougue e rouba um pedaço de carne, o dono da loja tem direito a reclamar o pagamento ao dono do cachorro?</p> <p>Sim, é claro – responde o advogado.</p> <p>Então você me deve 8 reais. Seu cachorro estava solto e roubou um filé da minha loja!</p> <p>Sem reclamar, o advogado preenche um cheque no valor de 8 reais e entrega ao açougueiro. Alguns dias depois, o açougueiro recebe uma carta do advogado, cobrando 200 reais pela consulta” (PIADA, 2020).</p>
Notícia de jornal	Narrativo	<p>“Uma criança de cinco anos morreu e outras três pessoas ficaram feridas, nesta sexta-feira, num acidente envolvendo um caminhão desgovernado, que invadiu uma calçada em Nilópolis, na Baixada Fluminense. As vítimas estavam na Rua Doutor Adolfo Bergamini, na frente de uma escola municipal, quando foram atropeladas. O motorista não estava no veículo” (CAMINHÃO..., 2010).</p>
Classificados	Descritivo	<p>“Vendo apartamento 2 quartos, sala, cozinha, banheiro social. Prédio de 3 andares e apenas 12 apartamentos. Excelente localização, cercado de comércio e condução para todos os lugares. Sem vaga” (LINDO..., 20--).</p>
Apresentação de autor de blog	Descritivo	<p>“Juca Kfourí é formado em Ciências Sociais pela USP. Diretor das revistas <i>Placar</i> (de 1979 a 1995) e da <i>Playboy</i> (1991 a 1994). Comentarista esportivo do SBT (de 1984 a 1987) e da Rede Globo (de 1988 a 1994). Participou do programa <i>Cartão Verde</i>, da Rede Cultura, entre 1995 e 2000, e apresentou o <i>Bola na Rede</i>, na RedeTV, entre 2000 e 2002” (SOBRE..., 2020).</p>
Verbetes de enciclopédia	Expositivo	<p>“A geopolítica considera a relação entre os processos políticos e as características geográficas (como localização, território, posse de recursos naturais, contingente populacional e geológico) – como topografia natural e clima e também os estudos intercontinental avaliativo e interpretativo em relações com a ecologia (aspectos animais, vegetais e humanos), nas relações de poder internacionais entre os estados e entre estado e sociedade” (GEPOLÍTICA, 2020).</p>
Texto didático	Expositivo	<p>“O que é geopolítica? É a ciência que se concentra na utilização de poder político sob determinado território. Em uma visão mais prática, a geopolítica compreende as análises de geografia, história e ciências sociais mescladas com teoria política em vários níveis, desde o Estado até o internacional-mundial” (A GEPOLÍTICA..., 20--).</p>

Redação do Enem	Argumentativo	“Portanto, o celular não pode ser considerado vilão, mas é vilã sua utilização imprópria. Deve esse aparelho nos servir nos momentos convenientes. É necessário que tenhamos maturidade para usá-lo e isso implica dizer que, para presentear nossos filhos com um aparelho, devemos saber se estes já podem utilizá-lo com consciência. Assim, cabe aos pais e à escola regulamentar o uso e aplicar medidas que visem corrigir vícios decorrentes do uso indiscriminado do celular” (CELULAR..., 20--).
Editorial	Argumentativo	“Além de inconstitucional, ao criar no Brasil cidadãos de segunda classe perante a lei, a cota racial agride as raízes da formação miscigenada da sociedade brasileira e virou um anacronismo mesmo na realidade americana, fonte inspiradora do racismo” (UFRJ..., 20--).
Manual de instruções	Injuntivo	“Instale o aparelho numa superfície plana e estável. Nunca coloque este aparelho em áreas externas onde ele possa ficar exposto à chuva ou umidade” (MANUAL..., 2009).
Receita culinária	Injuntivo	“Abra e verifique o cozimento e os temperos. Se tiver muito caldo, deixe em fogo baixo para secar um pouco” (COSTELA..., 20--).

O quadro mostra alguns gêneros textuais que estão sempre ligados a determinado modo de organização predominante. No entanto, deve ficar claro que esse não é o caso de todo gênero textual. Pense, por exemplo, no gênero poema. Não há qualquer obrigatoriedade de que um poema seja (predominantemente) narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo ou injuntivo. Em tese, poemas podem se fundamentar em todos esses tipos textuais. Como exemplos, vejamos os textos a seguir – respectivamente, um poema narrativo e um poema descritivo.

texto 1

Poema tirado de uma notícia de jornal

(Manuel Bandeira)

João Gostoso era carregador de feira livre e morava no morro da Babilônia num barracão sem número

Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro

Bebeu

Cantou

Dançou

Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado.

(BANDEIRA, 2007, p. 136).

texto 2**Cidadezinha cheia de graça**

(Mário Quintana)

Cidadezinha cheia de graça...
 Tão pequenina que até causa dó!
 Com seus burricos a pastar na praça...
 Sua igreja de uma torre só!
 [...]
 Cidadezinha tão pequenina
 Que toda cabe num olhar...

(QUINTANA, 2005, p. 106).

Observe que o *Texto 1* é um poema predominantemente narrativo – em que pese o fato de o primeiro verso se constituir como uma sequência descritiva. Esse caráter narrativo fica claro quando se observa que o poema apresenta, em ordem cronológica, uma sequência de eventos ocorridos com um personagem, identificado como João Gostoso: chegar ao bar, beber, cantar, dançar, atirar-se na lagoa, morrer. Seu título, portanto, não é gratuito. Como você pode imaginar, a notícia de jornal é um gênero predominantemente narrativo – e esse poema, tendo sido “tirado de uma notícia de jornal”, acaba por incorporar essa característica.

O *Texto 2* por seu turno, é um poema descritivo. Seu propósito é descrever uma cena e, a partir dela, caracterizar um lugar – uma cidade pequena, marcada por uma rotina tranquila e, presumivelmente, previsível. Observe que não há, aqui, passagem temporal: o poema consiste, a rigor, em uma espécie de retrato de um cenário.

Em resumo, a lição que deve ficar é a seguinte: *alguns gêneros textuais se caracterizam por estarem necessariamente associados a um determinado modo de organização predominante*. É o que acontece, por exemplo, com a notícia de jornal (modo narrativo), o anúncio de classificados (modo descritivo), o verbete de enciclopédia (modo expositivo), o editorial (modo argumentativo) e a receita culinária (modo injuntivo). Outros, porém, como o poema, podem ser construídos com base em mais de um tipo textual.

Resumo

Nesta unidade, você conheceu o conceito de *gêneros textuais*. Viu que, para caracterizar um gênero, usamos três parâmetros: sua *forma*, sua *função* e sua *situação de produção*. Por fim, aprendeu que existe uma relação entre gêneros e tipos textuais: alguns gêneros estão ligados, necessariamente, a um tipo predominante, mas, com outros, essa relação obrigatória não se verifica.

Atividade

(ENEM, 2010, reprodução).

Câncer – 21/06 a 21/07

O eclipse em seu signo vai desencadear mudanças na sua autoestima e no seu modo de agir. O corpo indicará onde você falha – se anda engolindo sapos, a área gástrica se ressentirá. O que ficou guardado virá à tona para ser transformado, pois este novo ciclo exige “desintoxicação”. Seja comedida em suas ações, já que precisará de energia para se recompor. Há preocupação com a família, e a comunicação entre os irmãos trava. Lembre-se: palavra preciosa é palavra dita na hora certa. Isso ajuda também na vida amorosa, que será testada. Melhor conter as expectativas e ter calma, avaliando as próprias carências de modo maduro. Sentirá vontade de olhar além das questões materiais – sua confiança virá da intimidade com os assuntos da alma.

Revista Cláudia, número 7, ano 48, 2009.

O reconhecimento dos diferentes gêneros textuais, seu contexto de uso, sua função social específica, seu objetivo comunicativo e seu formato mais comum relacionam-se aos conhecimentos construídos socioculturalmente. A análise dos elementos constitutivos desse texto demonstra que sua função é:

- a) vender um produto anunciado.
- b) informar sobre astronomia.
- c) ensinar os cuidados com a saúde.
- d) expor a opinião de leitores em um jornal.
- e) aconselhar sobre amor, família, saúde, trabalho.

Resposta comentada

É preciso observar, antes de tudo, que o texto corresponde a um gênero textual específico: o horóscopo. Como você já sabe, os gêneros textuais são caracterizados pela sua *forma* (estrutura e linguagem), *função* e *situação de produção*. O Enem costuma abordar com frequência esse tema e, de tudo o que pode ser explorado nos exercícios sobre gêneros, uma das perguntas mais comuns diz respeito, exatamente, a sua função.

Neste caso, pergunta-se sobre a função do gênero textual horóscopo. Provavelmente, você seria capaz de responder a essa pergunta a partir de sua própria experiência como leitor, mesmo que não houvesse o texto de apoio “Câncer – 21/06 a 21/07”. De modo geral, os textos de horóscopo cumprem dois objetivos: (i) prever o futuro e (ii) dar conselhos de comportamento.

Dentre as alternativas propostas pela questão do Enem, vemos apenas o segundo objetivo, apresentado na opção da letra e. No texto, os conselhos aparecem em trechos como os seguintes: “Lembre-se: palavra preciosa é palavra dita na hora certa” e “Melhor conter as expectativas e ter calma, avaliando as próprias carências de modo maduro”.

Referências

- A GEOPOLÍTICA na organização do espaço mundial. In: SÓ Geografia. 20---. Disponível em: <https://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaEconomica/geopolitica/geopolitica.php>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- ASSIS, Machado de. A cartomante. In: ASSIS, Machado de. *Várias histórias*: 1896. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/24-conto>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/23-romance>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CAMINHÃO mata criança de cinco anos em Nilópolis. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caminhao-mata-crianca-de-cinco-anos-em-nilopolis-2947424>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- CELULAR: mocinho ou vilão? In: UOL Educação. 20---. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/redacao/ult4657u631.jhtm>. Acesso em: 7 jul. 2020.

- COSTELA com linguíça na pressão. *In*: TUDO Gostoso. 20---. Disponível em: <http://tudogostoso.uol.com.br/receita/100806-costela-com-linguica-na-pressao.htm>. Acesso em: 23 set. 2010.
- ENEM. *Prova de redação e de linguagens, códigos e suas tecnologias; prova de matemática e suas tecnologias*. Brasília, DF: Inep; MEC, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2010/dia2_caderno5_amarelo_com_gab.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.
- ESOPHO. *Fábulas de Esopo*. Adaptação de Guilherme Figueiredo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- GEOPOLÍTICA. *In*: WIKIPÉDIA. 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Geopolitica>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- LINDO apartamento reformado porteira fechada. *In*: CLASSIFICADOS. 20---. Disponível em: http://classificados.com.br/rio_de_janeiro-b7355_0.html. Acesso em: 25 set. 2010.
- MANUAL do usuário. *In*: GERINGONÇAS e Gambiarras. 2009. Disponível em: http://ryan.com.br/manuais/dvdplayer/Gradiente20-20D680_06_6941_001_010FINALWEB.pdf. Acesso em: 25 set. 2009.
- QUINTANA, Mário. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.
- PIADA de advogados completa. *In*: PIADAS Engraçadas! 2020. Disponível em: <https://www.piadasnet.com/piada40advogados.htm>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- SOBRE o autor. *In*: BLOG do Juca Kfourir. 2020. Disponível em: <https://blogdojuca.uol.com.br/2020/07/especulacoes-sobre-o-flamengo-a-caminho-do-mercado/>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- UFRJ rejeita as insensatas cotas raciais. *In*: ANDIFES. 20---. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/ufjr-rejeita-as-insensatas-cotas-raciais>. Acesso em: 8 jul. 2020.

Estudo do texto (V): coesão

05

meta

Tornar o aluno apto a analisar textos de diferentes tipos e gêneros sob o ponto de vista de sua estrutura coesiva.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- compreender o conceito de coesão textual;
- conhecer diferentes mecanismos de coesão textual;
- aplicar o conhecimento adquirido na análise de textos.

Introdução

Como costurar um texto?

Imagine que você ganhou um prêmio e precisa fazer um discurso de agradecimento. Para isso, você anota num pedaço de papel, em tópicos, os pontos que pretende abordar, na ordem em que pretende tratá-los. Por exemplo:

- *Agradecimento*
- *Surpresa*
- *Felicidade pelo reconhecimento*
- *Novo agradecimento*

É claro que você não vai subir no palanque e pronunciar quatro tópicos soltos. Eles até funcionam como um roteiro, mas, na hora H, você precisará não apenas desenvolvê-los, como também costurá-los, a fim de produzir um texto completo. Por exemplo:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos que me acompanharam nessa conquista e ajudaram a torná-la possível. Em segundo lugar, queria dizer que para mim foi uma surpresa: mesmo trabalhando duro, eu não esperava receber um prêmio como esse. Apesar disso, fico muito feliz pelo reconhecimento do meu trabalho. Mais uma vez, muito obrigado a todos!

As expressões destacadas em itálico cumprem uma função fundamental: costurar as partes do texto, de modo que ele seja, de fato, um todo unificado, e não um amontoado de partes desconexas. Essa “costura” tem um nome técnico: coesão textual. É dela que falaremos nesta unidade. Boa leitura!

O que é coesão textual?

Para entender o que é *coesão textual*, vamos comparar os três textos a seguir. No primeiro, temos uma série de palavras soltas, à qual não conseguimos atribuir nenhum significado. No segundo, temos uma série de palavras soltas (assim como no primeiro), à qual conseguimos atribuir um significado global (diferentemente do primeiro). Já no terceiro, temos palavras explicitamente encadeadas, conectadas (diferentemente do segundo) e conseguimos atribuir um significado global ao texto (assim como no segundo).

Exemplo 1:

Copo. Desesperados. Flor. Sobrancelha. Santidade.

Exemplo 2:

Circuito fechado

(Ricardo Ramos)

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, telefone, agenda, copo com lápis, caneta, blocos de notas, espátula, pastas, caixa de entrada, de saída, vaso com plantas, quadros, papéis, cigarro, fósforo. Bandeja, xícara pequena. Cigarro e fósforo. Papéis, telefone, relatórios, cartas, notas, vales, cheques, memorandos, bilhetes, telefone, papéis. Relógio. Mesa, cavalete, cinzeiros, cadeiras, esboços de anúncios, fotos, cigarro, fósforo, bloco de papel, caneta, projetos de filmes, xícara, cartaz, lápis, cigarro, fósforo, quadro-negro, giz, papel. Mictório, pia, água. Táxi. Mesa, toalha, cadeiras, copos, pratos, talheres, garrafa, guardanapo. xícara. Maço de cigarros, caixa de fósforos. Escova de dentes, pasta, água. Mesa e poltrona, papéis, telefone, revista, copo de papel, cigarro, fósforo, telefone interno, gravata, paletô. Carteira, níqueis, documentos, caneta, chaves, lenço, relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. Mesa, cadeiras, xícara e pires, prato, bule, talheres, guardanapos. Quadros. Pasta, carro. Cigarro, fósforo. Mesa e poltrona, cadeira, cinzeiro, papéis, externo, papéis, prova de anúncio, caneta e papel, relógio, papel, pasta, cigarro, fósforo, papel e caneta, telefone, caneta e papel, telefone, papéis, folheto, xícara, jornal, cigarro, fósforo, papel e caneta. Carro. Maço de cigarros, caixa de fósforos. Paletô, gravata. Poltrona, copo, revista. Quadros. Mesa, cadeiras, pratos, talheres, copos, guardanapos. Xícaras, cigarro e fósforo. Poltrona, livro. Cigarro e fósforo. Televisor, poltrona. Cigarro e fósforo. Abotoaduras, camisa, sapatos, meias, calça, cueca, pijama, espuma, água. Chinelos. Coberta, cama, travesseiro (RAMOS, 2012).

Exemplo 3:

Primeiro, calçou os chinelos; em seguida, dirigiu-se vaso. *Ao terminar*, deu descarga. Foi até a pia, lavou o rosto e escovou os dentes. *Além disso*, fez a barba e tomou banho. *Logo depois*, escolheu a roupa, vestiu-a e foi para o trabalho.

No primeiro caso, temos apenas uma fileira de palavras que, juntas, não significam nada. Se não conseguimos enxergar essa sequência como um todo coerente, em que as palavras estabelecem algum tipo de vínculo, então não podemos dizer que se trata realmente de um *texto*. O exemplo 1, portanto, é apenas uma sequência aleatória de vocábulos; por não ter um sentido global apreensível, não chega a ser um texto.

O exemplo 2 é semelhante em um aspecto: também ele é composto por vocábulos superficialmente “soltos”, ou seja, sem encadeamento explícito. Mas há uma diferença crucial: nesse caso, é possível identificar um sentido global. Na prática, nós conseguimos perceber as relações entre as palavras, ainda que elas não estejam marcadas explicitamente. Por isso, podemos dizer que, ao contrário do que ocorre no exemplo 1, nesse caso temos, verdadeiramente, um *texto*.

Já o exemplo 3 é uma adaptação da parte inicial do miniconto “Circuito fechado”. Nessa versão, os vocábulos, originalmente soltos, foram “costurados” ou conectados por meio de palavras e expressões como “em seguida”, “e”, “além disso” e todos os demais termos destacados no texto. A “costura” ou conexão entre os vocábulos pode ser constatada também no uso do pronome “a” (em “vestiu-a”). Afinal, para entender o significado desse “a”, precisamos remeter para um termo anterior (“a roupa”). Nesse sentido, é como se construíssemos uma linha invisível ligando o pronome “a” à expressão “a roupa”. Aqui, portanto, temos palavras explicitamente encadeadas (diferentemente dos exemplos 1 e 2) e conseguimos atribuir um significado global ao texto (assim como no exemplo 2 e diferentemente do exemplo 1).

Agora que você já entendeu a análise dos três exemplos, podemos começar a usar os nomes técnicos. Quando conseguimos atribuir sentido a uma série de palavras, transformando-a, de fato, num texto (em vez de uma sucessão aleatória de vocábulos), dizemos que essa sequência linguística é coerente ou que apresenta *coerência*. Além disso, se as palavras são *explicitamente conectadas*, encadeadas (como no exemplo 3), dizemos que a sequência apresenta *coesão*. Conclusão: o exemplo 1 não tem nem coerência nem coesão; o exemplo 2 tem coerência, mas não coesão; o exemplo 3 tem coerência e coesão. O **Quadro 5.1** faz um resumo.

Quadro 5.1: Análise dos exemplos 1, 2 e 3

	TEM COERÊNCIA?	TEM COESÃO?
Exemplo 1	NÃO	NÃO
Exemplo 2	SIM	NÃO
Exemplo 3	SIM	SIM

Depois dessa explicação toda, já podemos responder à pergunta que abre esta seção: afinal, o que é coesão textual?

// atenção

O conceito de coesão textual diz respeito aos processos que evidenciam, na superfície textual, a ligação ou conexão entre duas ou mais partes de um texto.

Agora que você já sabe o que é coesão, podemos dizer que ela se divide em dois grandes tipos: a coesão referencial e a sequencial. Na sequência desta unidade, vamos estudar cada uma delas separadamente.

Coesão referencial

Algumas palavras ou expressões podem remeter a outras palavras e expressões citadas no texto. Quando isso acontece, dizemos que ocorre coesão referencial.

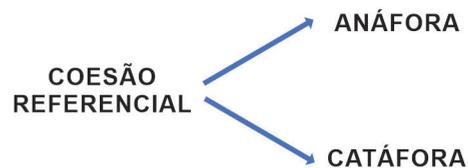
O João disse que dormiu bem, mas *ele* parece cansado.

No exemplo, o pronome “ele” retoma “O João”. Diremos, então, que “ele” é uma *forma remissiva* (porque *remete* para outro ponto do texto) e que “O João” é um *referente textual* (porque é a ele que o pronome se refere). Ao processo de remissão representado, em que um elemento do texto aponta ou remete para outro, chamamos de coesão referencial.

Esse tipo de coesão pode se dar em dois sentidos. Quando a forma remissiva aponta *para trás*, temos uma *anáfora* ou *coesão anafórica*. É o que acontece no exemplo anterior: o pronome “ele” remete para um elemento que havia sido mencionado *antes*. Já quando a forma remissiva aponta *para frente*, temos uma *catáfora* ou *coesão catafórica*. É o que ocorre no exemplo a seguir:

Naquele momento, ele entendeu *tudo*: as cabeças baixas, os olhares apreensivos, os sorrisos amarelos.

Nesse exemplo, note que o pronome “tudo”, atuando como forma remissiva, aponta para frente, ou seja, faz referência a um elemento que será mencionado mais adiante: o referente textual “as cabeças baixas, os olhares apreensivos, os sorrisos amarelos”.



Coesão sequencial

Existem diversos tipos de coesão sequencial. Em nosso curso, vamos estudar, especificamente, o processo conhecido como encadeamento, no qual operadores linguísticos são utilizados para relacionar diferentes sequências textuais e promover a progressão temática. O encadeamento pode ser realizado com *conectivos*, que estabelecem relações lógico-semânticas, ou com *sinais de articulação*, que ajudam a organizar e estruturar o conteúdo do texto. O primeiro caso será estudado na próxima unidade, intitulada “Recursos linguísticos (I): conectivos”. Por isso, neste momento, vamos nos restringir aos sinais de articulação.

Sinais que delimitam partes do próprio texto (uso metacomunicativo)

Nesse caso, o autor do texto usa elementos de coesão para fazer referência a partes do próprio texto.

Em virtude do exposto acima, podemos afirmar que...

Para concluir, convém lembrar que...

Inicialmente, mostramos neste texto os efeitos nocivos do aquecimento global.

Em todos esses exemplos, o elemento de coesão faz referência ao próprio texto que está sendo escrito: “Em virtude do exposto acima” alude diretamente a algum conteúdo que foi apresentado em passagem anterior; “Para concluir” sugere que a passagem a ser apresentada na sequência funcionará como conclusão do texto; já “Inicialmente” indica que o conteúdo a ser apresentado na sequência corresponde ao primeiro tópico do texto.

Ordenadores

Podem ser de dois tipos: temporais e espaciais. Ordenadores temporais conectam episódios em uma sequência narrativa; os espaciais conectam blocos textuais que correspondem às diferentes partes de uma entidade ou cena que esteja sendo objeto de descrição.

Ordenadores temporais

Primeiro, ele vai discursar para o povo. Em seguida, fará um breve juramento. Por último, receberá a homenagem.

Eles se beijaram uma única vez e nunca mais se viram. Muitos anos depois, reencontraram-se por acaso.

No primeiro exemplo, temos uma sequência narrativa, isto é, uma sucessão de eventos encaixados cronologicamente. Ela é formada por três momentos: discurso, juramento e homenagem. Observe que cada um desses momentos é introduzido por um elemento de coesão. Dessa maneira, esses elementos servem não apenas para ligar as partes do texto (por exemplo, o “Em seguida” conecta o segundo momento narrativo ao primeiro), mas também para marcar, de forma didática, cada um dos episódios que compõem a sequência de eventos.

No segundo exemplo, a situação é muito semelhante (com a diferença de que a sequência narrativa se refere a eventos passados, e não futuros). Aqui, vemos uma narrativa curta, formada por apenas dois eventos: eles se beijaram e eles se reencontraram. Nesse exemplo, o ordenador temporal “Muitos anos depois” serve para ligar essas duas partes.

Ordenadores espaciais

Bem em frente, há um supermercado. Um pouco mais para a direita, uma grande banca de jornal. E, entre os dois, quem olhar bem verá um pequeno banco abandonado.

Nessa passagem, o autor está descrevendo uma cena estática (como em uma fotografia). Note que a cena é composta por três elementos: um supermercado, uma banca de jornal e um banco abandonado. Os ordenadores espaciais servem, precisamente, para marcar, de forma textual, cada uma dessas partes, e também para realizar conexão entre elas. Por exemplo, “Um pouco mais para a direita” liga a parte da cena que contém o supermercado à parte que contém a banca de jornal.

Sinais que funcionam como marcadores conversacionais

Esses sinais indicam a introdução de um novo tópico no texto. Veja:

Ainda bem que o fim de semana está chegando. Por falar nisso / Falando nisso / A propósito / Aliás, vamos ou não ao jogo, afinal?

É, pode ser uma boa ideia, sim. Mas, mudando de assunto, você já pensou na minha proposta?

Ok, essa parte está resolvida. Quanto à viagem, ainda preciso pensar melhor.

No primeiro exemplo, todos os elementos de coesão sublinhados marcam a introdução do tópico *ida ao jogo* (isto é, esse tópico não estava em pauta até aquele momento). Já no segundo e terceiro exemplos, os elementos de coesão servem para retomar um tópico antigo e introduzi-lo na conversa corrente.

Juntando tudo: os mecanismos de coesão em um texto real

Agora que você já conhece os diferentes tipos de elementos coesivos, vamos colocar a mão na massa. Juntos, nós iremos ler o texto a seguir – adaptado de uma notícia da revista *Superinteressante* – e analisar de que maneira suas diversas partes são interconectadas, dando origem a um texto coeso.

Strike for Black Lives: cientistas fazem greve para debater racismo na ciência

(Carolina Fioratti)

Na última quarta-feira (10), cientistas negros de todo o mundo pararam suas produções em forma de protesto contra o racismo na academia. A iniciativa, chamada de Strike for Black Lives (em português, “greve pelas vidas negras”), foi motivada pela onda de manifestações em reação ao assassinato de George Floyd por um policial em Minneapolis, nos EUA.

A greve foi organizada pelo grupo Partículas pela Justiça – uma piada nerd nível Big Bang Theory, já que as organizadoras são um grupo de especialistas em física de partículas que trabalham na Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern). O objetivo inicial desse coletivo, fundado em 2018, era combater o machismo no mundo acadêmico. Na época, o Partículas pela Justiça redigiu uma nota de repúdio contra o teórico Alexandre Strumia – que afirmou em uma palestra que as mulheres eram menos capazes do que os homens nas ciências exatas.

Outro movimento, chamado Pare a Stem (Stem é uma sigla em inglês que se refere às disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática) também colaborou. A iniciativa nas redes sociais seguiu pelas hashtags #Strike4BlackLives, #ShutDownSTEM e #ShutDownAcademia.

[...]

Mario Medeiros, professor do Departamento de Sociologia da Unicamp, defende que a luta antirracista não é tarefa exclusiva dos negros, independente do campo em que estejam. “É uma tarefa humana, de brancos e negros, para que possamos construir uma sociedade melhor do que a que temos vivido até aqui”.

O professor conta que, dos 2.200 professores da Unicamp, apenas 21 são autodeclarados pretos e pardos. No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em que Medeiros atua, há apenas três professores negros, dois homens e uma mulher. Porém, ele afirma que a diversidade entre alunos aumentou muito em relação à época em que ele era estudante, 20 anos atrás.

Em 2015, alguns cursos de pós-graduação do instituto começaram a implantar cotas para pretos, pardos e indígenas. Dois anos depois, a Universidade passou a considerar a reserva de vagas, que ocorreu pela primeira vez no vestibular para ingresso em 2019. “A universidade está se tornando mais inclusiva, mas continua longe de refletir o que temos na sociedade. A proporção não bate, mas tem havido mudanças.”

[...] (Adaptado de FIORATTI, 2020).

Vamos começar analisando as conexões entre parágrafos. Note que o segundo parágrafo se inicia pela expressão “A greve”. No momento em que o redator escreve isso, de que greve ele está falando? Evidentemente, da greve mencionada no parágrafo anterior: a paralisação das atividades científicas em forma de protesto contra o racismo na academia. Logo, essa sequência realiza coesão referencial anafórica e, com isso, ajuda a conectar o segundo parágrafo ao primeiro.

Observe, agora, que o terceiro parágrafo se inicia com a expressão “Outro movimento”. Ora, se falamos em *outro* movimento, é porque já mencionamos algum movimento anteriormente. Que movimento foi esse? Certamente, o “Strike for Black Lives”, introduzido no primeiro parágrafo e desenvolvido no segundo. Moral da história: essa expressão “Outro movimento” é um elemento de coesão sequencial, cuja função é evocar um tópico anterior do texto (a iniciativa “Strike for Black Lives”) e, ao mesmo tempo, introduzir um tópico novo, relacionado ao anterior (a iniciativa “Pare a Stem”).

No parágrafo seguinte, você pode pensar que há um problema de coesão: afinal, ele não se inicia com nenhum elemento textual que estabeleça um vínculo explícito com o parágrafo anterior. Mas, caso você siga lendo o primeiro período do parágrafo, verá a seguinte passagem: “a luta antirracista não é tarefa exclusiva dos negros”. Que “luta antirracista” é essa? Evidentemente, a luta mencionada nos três parágrafos anteriores, que trataram dos movimentos antirracistas “Strike for Black Lives” e “Pare a Stem”. Ou seja: assim como o “A greve” do segundo parágrafo, também este “a luta antirracista” é um elemento de coesão referencial anafórica, que ajuda a conectar o quarto parágrafo a todos os parágrafos anteriores.

A mesmíssima lógica se aplica à expressão “O professor”, no início do quinto parágrafo: ela se refere ao professor Mario Medeiros, introduzido no começo do parágrafo anterior. Mais uma vez, isso gera no leitor uma sensação de continuidade, assegurando que os parágrafos 4 e 5 sejam sentidos como partes subsequentes de um mesmo todo.

Por sua vez, o que acontece (em termos de coesão textual) no sétimo parágrafo é um pouco semelhante ao que observamos no quinto: ele não se inicia com nenhuma marca de conexão explícita com o parágrafo anterior, mas, no decorrer do primeiro período, essa marca aparece. Vejamos: “Em 2015, alguns cursos de pós-graduação do instituto...”. Opa: que instituto é esse? Evidentemente, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Unicamp, mencionado no parágrafo anterior. Mais uma vez, coesão referencial anafórica.

É evidente, porém, que a coesão não se verifica apenas entre parágrafos: também é importante conectar as partes de um mesmo parágrafo por meio de elementos de coesão. Para citarmos apenas um exemplo, observe que o último parágrafo constrói uma espécie de mininarrativa com dois eventos encadeados cronologicamente: a implantação de cotas na pós-graduação (em 2015) e a consideração de reserva de vagas na universidade (em 2019). Esses dois momentos são sinalizados textualmente por ordenadores temporais: “Em 2015” marca o primeiro momento, enquanto “Dois anos depois” cria a “ponte” entre os dois momentos, ao mesmo tempo que contribui para a progressão da narrativa.

Certamente, essa análise não esgota o emprego de elementos de coesão no texto apresentado. Mas isso não importa: o que queremos é que você consiga enxergar um texto como uma grade teia de tópicos entrelaçados por diferentes tipos de elementos de coesão. Se alcançamos esse objetivo, então está tudo certo.

Resumo

Nesta unidade, você aprendeu que o conceito de *coesão textual* diz respeito à “costura” que pode ser estabelecida entre as diferentes partes de um texto. Na sequência (olha um elemento de coesão metacomunicativo aqui!), viu que a coesão se divide em referencial (que pode ser anafórica ou catafórica) e sequencial (que inclui sinais metacomunicativos, ordenadores e marcadores conversacionais). Por fim, aprendeu a analisar a estrutura de um texto, tendo como base o papel de seus elementos de coesão.

Atividade

O texto a seguir é parte de uma reportagem da revista *Superinteressante*. Nele, há várias expressões destacadas em itálico. Todas cumprem uma função coesiva – isto é, ajudam a costurar as partes do texto, mantendo-as unidas. Depois de ler o texto, sua tarefa será analisar sua estrutura coesiva, mostrando de que maneira cada elemento destacado contribui para assegurar a coesão textual.

Covid-19: surtos esporádicos podem ser o “novo normal”?

(Bruno Carbinatto)

Um novo surto de Covid-19 em Pequim, capital da China, vem preocupando autoridades de saúde do país e do mundo, que temem uma segunda onda de infecções onde a pandemia teve início.

Nos últimos quatro dias, 79 casos da doença foram diagnosticados na cidade, incluindo 36 apenas no último domingo (14). Como resposta ao aumento, o governo chinês agiu e optou por colocar boa parte da zona sul de Pequim em ‘lockdown’ após os primeiros casos serem identificados.

[...]

Especialistas acreditam que o *episódio em Pequim* ilustra o cenário que vários países que estão reabrindo suas economias após controlar o vírus vão enfrentar: o de novos surtos esporádicos e localizados da doença, que podem evoluir para situações piores se não houver uma resposta veloz e eficiente.

Apesar das dezenas de casos identificados na capital chinesa não chegarem nem perto das centenas de casos registrados diariamente em Wuhan – ou, agora, no Brasil –, o *ressurgimento do vírus* preocupa, sobretudo, por três razões.

A *primeira* é o fato de o país ter conseguido controlar quase que integralmente a pandemia em seu território após o caos inicial na província de Hubei durante os primeiros meses de 2020. *Outra*: Pequim não registrava casos novos de Covid-19 há 56 dias. *Por fim*, a cidade é a capital do país e a sua segunda metrópole mais populosa, com mais de 20 milhões de pessoas. Ter um pico de casos por lá poderia levar a uma epidemia ainda maior do que a que se iniciou em Wuhan no início do ano.

Além disso, um grande número de pessoas entram e saem da cidade todos os dias – ainda mais com as medidas de isolamento quase inexistentes após a cidade zerar os casos. Isso significa que o vírus poderia rapidamente se espalhar pelo país e reiniciar a crise.

De fato: alguns poucos casos identificados fora da capital nos últimos dias parecem ter relação com pessoas viajando de Pequim para as províncias de Hebei, Liaoning e Sichuan. As autoridades temem que o vírus já possa ter viajado para outras regiões pela mesma rota, e observarão os números nacionais dos próximos dias (CARBINATTO, 2020).

Resposta comentada

As três primeiras expressões destacadas têm uma função referencial anafórica – isto é, elas retomam um elemento mencionado anteriormente. A expressão “a doença”, no segundo parágrafo, faz referência à palavra “Covid-19”, do primeiro parágrafo. Isso cria uma “linha invisível” entre esses dois parágrafos, mantendo-os unidos e produzindo uma percepção de unidade (e não de desconexão).

Algo semelhante acontece com as expressões “o episódio em Pequim” e “o ressurgimento do vírus”: ambas se referem ao novo surto de Covid-19 em Pequim, descrito no primeiro e segundo parágrafos. Isto é, a primeira expressão cria uma ligação, uma espécie de *link*, entre o terceiro parágrafo e os dois parágrafos anteriores, e a segunda expressão cria o mesmo tipo de ligação entre o quarto parágrafo e os parágrafos 1 e 2. Nos dois casos, o efeito é o mesmo: contribuir para a construção de um todo unificado.

Na sequência, vale observar a estruturação interna do quinto parágrafo. Observe que ele contém três informações: a China conseguiu controlar a epidemia; Pequim estava há muitos dias sem casos de Covid-19; Pequim é uma cidade muito populosa, o que tornaria muito arriscado um pico de contaminação no local. Observe que essas três informações são claramente marcadas, no texto, por elementos de coesão: respectivamente, “A primeira”, “Outra” e “Por fim”. Trata-se de elementos metacomunicativos, porque se referem a partes do próprio texto: “A primeira” retoma as “três razões” do parágrafo anterior, “Outra” evoca tanto “A primeira” quanto as “três razões” do parágrafo anterior, e “Por fim”, ao mesmo tempo que se refere às “três razões” mencionadas anteriormente, sinaliza que o motivo apresentado será o último da lista.

Mas veja que interessante: embora o texto tenha afirmado que havia três razões para a preocupação com o novo surto, o sexto parágrafo acrescenta mais um motivo (sugerindo que, na verdade, havia *quatro* aspectos preocupantes). Para encadear a quarta razão às três anteriores, é utilizado o elemento “Além disso”, que veicula ideia de adição – isto é, indica que um novo elemento vai ser *acrescentado* aos anteriores.

Por fim, note que o último parágrafo também se inicia com um elemento de coesão: a expressão “De fato”. É fácil entender por que ela funciona como elemento coesivo: serve para confirmar uma hipótese levantada anteriormente. Observe o seguinte: no final do parágrafo anterior, levanta-se a hipótese de que um surto iniciado em Pequim poderia se disseminar pelo país; depois disso, no último parágrafo, essa hipótese parece ser confirmada pela observação de casos concretos. E qual é o elemento usado para ligar esses dois pontos do texto (a hipótese e sua confirmação), marcando a ideia de que o segundo ponto confirma a veracidade do primeiro? Precisamente, o elemento de coesão “De fato”.

Em resumo, essa análise mostra que um texto pode ser concebido, em termos estruturais, como uma grande teia de informações interconectadas pelos mais diversos tipos de elementos coesivos. Graças a esses elementos, os diferentes tópicos informacionais que compõem o texto se mantêm unidos, dando origem a um todo unificado.

Referências

CARBINATTO, Bruno. Covid-19: Surtos esporádicos podem ser o “novo normal”? *Superinteressante*, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/saude/covid-19-surtos-esporadicos-podem-ser-novo-normal>. Acesso em: 6 ago. 2021.

FIORATTI, Carolina. Strike for Black Lives: cientistas fazem greve para debater racismo na ciência. *Superinteressante*, São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/strike-for-black-lives-cientistas-fazem-greve-para-debater-racismo-na-ciencia>. Acesso em: 6 ago. 2021.

RAMOS, Ricardo. Circuito fechado. In: BLOG da Macondo, 29 fev. 2012. Disponível em: <https://revistamacondo.wordpress.com/2012/02/29/conto-circuito-fechado-ricardo-ramos/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

Recursos linguísticos (I): conectivos

06

meta

Tornar o aluno apto a interpretar e analisar textos variados, considerando o papel dos conectivos para a construção dos sentidos.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- perceber o papel da semântica no estudo da língua;
- reconhecer o que são conectivos e diferenciar seus dois tipos;
- reconhecer os valores semânticos dos conectivos;
- relacionar esses valores à construção dos sentidos dos textos.

Introdução

Vamos começar imaginando a seguinte situação: você está conversando animadamente com uma amiga sobre a última *live* de um cantor que vocês adoram. Em determinado momento, ela, respirando fundo, se vira para você e diz:

Preciso um favor seu. Sei você não vai me desapontar, você gosta mim.

É verdade que você até consegue entender o que a sua amiga quis dizer: não dá para negar que o enunciado que ela proferiu é inteligível. Apesar disso, a frase soa decididamente estranha: parece que há palavras faltando, como se a fala tivesse sido produzida por um estrangeiro. De fato, o enunciado pareceria muito mais natural se fosse assim:

Preciso de um favor seu. Sei que você não vai me desapontar, porque você gosta de mim.

Para que o enunciado soasse mais natural, tudo o que fizemos foi acrescentar três curtas palavrinhas: “de” (duas vezes), “que” e “porque”. Embora esses elementos sejam pequenos, eles cumprem uma função essencial: conectar as partes de um texto, de modo que ele se pareça com um todo integrado (e não com um conjunto desconexo de palavras e frases). Por exemplo: na versão “consertada” da fala da sua amiga, o primeiro “de” conecta o verbo “preciso” ao complemento “um favor seu”.

No estudo de gramática, as palavras que têm função de conectar as partes de um texto – como o “de”, o “que” e o “porque” do exemplo que acabamos de ver – recebem um nome bastante óbvio: *conectivos*. É sobre essa categoria de elementos linguísticos que vamos falar nesta unidade.

Bons estudos!

Conectivos: preposições e conjunções

Na introdução desta unidade, dissemos que trataríamos de um grupo de palavras que é rotulado, genericamente, como o dos conectivos. Mas, para sermos precisos, devemos dizer que essa categoria engloba duas classes gramaticais distintas: as preposições e as conjunções. Veja os exemplos a seguir:

Mesa de madeira.

Copo com água.

O João só virá se você permitir.

Eu terminei o trabalho, mas o João está atrasado.

Talvez você se lembre, das aulas de Português na escola, de que “de” e “com” são preposições, ao passo que “mas” e “se” são conjunções. É muito comum, inclusive, que os alunos precisem decorar listas de preposições (a, ante, após, até...) e de conjunções (mas, porém, contudo; logo, portanto etc.). Mas a verdade é que, para o Enem e outros exames de vestibular, isso não é importante. O que importa mesmo é que, ao ler um texto, você saiba identificar o *valor semântico* de determinado conectivo.

Para quem não se lembra, valor semântico é o mesmo que *significado*. Ou seja, identificar o valor semântico de um conectivo equivale a reconhecer que significado ele produz em determinado contexto. Por exemplo: na expressão “mesa de madeira”, o “de” indica matéria (ou seja, introduz o material de que a mesa é feita); na frase “O João só virá se você permitir”, o “se” indica condição (ou seja, introduz uma condição que deve ser satisfeita para que o João venha); e por aí vai. É esse tipo de coisa que nós estudaremos ao longo desta unidade.

Valores semânticos das preposições

Em linhas gerais, chamamos de *preposições relacionais* aquelas que têm apenas a função de conectar outras palavras, sendo, portanto, esvaziadas de significado. Ao mesmo tempo, chamamos de *preposições nocionais* aquelas que veiculam algum tipo de valor semântico.

Vejamos, a seguir, algumas preposições e seus possíveis empregos relacionais e nocionais. Lembramos que o foco aqui são os usos nocionais, já que estamos interessados no *valor semântico* delas.

Quadro 6.1: Uso relacional e usos nocionais da preposição “de”

PREPOSIÇÃO “DE”	
Uso relacional: Gosto de sorvete.	Usos nocionais: mesa de madeira (matéria) Escreveu de lápis. (instrumento) gravata do chefe (posse) Vim de São Paulo. (origem/afastamento) Morreu de susto. (causa) Falou de futebol. (assunto)

Quadro 6.2: Uso relacional e usos nocionais da preposição “com”

PREPOSIÇÃO “COM”	
Uso relacional: Conto com a sua compreensão.	Usos nocionais: um copo com água (conteúdo) Sairei com a minha irmã. (companhia) Abriu a porta com a chave. (instrumento) Com a inflação, o poder de compra do trabalhador despenca. (causa)

Quadro 6.3: Uso relacional e usos nocionais da preposição “por”

PREPOSIÇÃO “POR”	
Uso relacional: Interesse-me por novidades.	Usos nocionais: A medalha foi conquistada por todos. (agente) O ônibus não passa por Botafogo. (lugar) Recebeu a notícia por telefone. (meio) Morreu por não querer lutar. (causa)

Quadro 6.4: Uso relacional e usos nocionais da preposição “a”

PREPOSIÇÃO “A”	
Uso relacional: Obedeci a meu pai.	Usos nocionais: Não fui a Pequim. (aproximação, destino) Emprestarei o livro a você. (beneficiário)

Quadro 6.5: Usos nocionais da preposição “para”

PREPOSIÇÃO “PARA”
Não fui para Pequim. (aproximação, destino) Emprestarei o livro para você. (beneficiário) Estudou para passar no concurso. (finalidade) Basta chover para ficar tudo alagado. (consequência)

Quadro 6.6: Usos nocionais da preposição “sem”

PREPOSIÇÃO “SEM”
um copo sem água (ausência)
Não vou à casa do João sem antes falar com ele. (condição)

Valores semânticos das conjunções

Apresentaremos, a seguir, alguns dos valores semânticos de conjunções e locuções conjuntivas (sequências de duas ou mais palavras com valor de conjunção).

Ao estudar as preposições, na seção anterior, nós partimos de cada palavra e verificamos seus diferentes valores semânticos. Agora, recorreremos à estratégia contrária: vamos partir do valor semântico para, então, verificar algumas conjunções que poderão exprimi-lo.

Contraste, oposição

As conjunções que exprimem valor de contraste ou oposição são chamadas de *adversativas*. Sua característica é introduzir uma *quebra de expectativa*. Em português claro, significa que elas introduzem uma situação que *não seria esperada*, considerando-se o que foi afirmado anteriormente. Isso pode ser visto nos exemplos a seguir:

Eu terminei o trabalho, mas o João está atrasado.

Eu terminei o trabalho; o João, porém, está atrasado.

Os obstáculos são muitos; contudo, nenhum deles me deterá.

Destacando apenas este último exemplo, podemos interpretá-lo da seguinte maneira: ora, (i) a função de um obstáculo é deter a trajetória de algo ou alguém; (ii) se há muitos obstáculos, nossa expectativa é a de que eles irão deter os que tentarem ultrapassá-los; (iii) logo, a afirmação de que “nenhum deles me deterá” envolve a quebra da expectativa gerada pela oração anterior.

A conjunção adversativa sinaliza, justamente, essa quebra de expectativa.

Conclusão

As conjunções que exprimem valor de conclusão são chamadas de *conclusivas*. O valor conclusivo faz parte do seguinte esquema de raciocínio: dado que eu conheço a premissa A, consigo chegar à conclusão B. Por exemplo: se você acorda e vê que a rua está molhada (premissa A), consegue compreender que choveu durante a noite (conclusão B). As conjunções conclusivas introduzem, portanto, uma conclusão decorrente de uma premissa. Veja:

Ele é um ser humano; logo, está sujeito a falhas.

Você estudou muito; por isso, não tem razão para ficar nervoso.

Você não fez nada de errado; não deve, portanto, ficar receoso.

Pelos exemplos apresentados, podemos perceber a diferença entre o valor conclusivo e o opositivo. Afinal, na conclusão, temos a *confirmação* de uma expectativa (quem estuda muito vai bem na prova; quem não faz nada de errado não tem o que temer), e não sua quebra, como no caso anterior.

Adição

As conjunções que exprimem valor de adição são chamadas de *aditivas*. Elas são usadas para enumerar tanto eventos (“José lavou o carro e tomou banho”) quanto propriedades (“João é alto e ágil”). Veja os exemplos a seguir:

João lavou e passou a roupa.

João não lavou nem passou a roupa.

João não só lavou a roupa, como também passou.

Enquanto o primeiro e o terceiro exemplos mostram duas ações realizadas por João, o segundo mostra justamente o contrário: o fato de que ele não fez nenhuma das duas coisas.

Alternância

As conjunções que exprimem valor de alternância são chamadas de *alternativas*. Diferentemente da adição, o valor semântico de alternância indica dois eventos que *não podem* acontecer juntos:

Ora ele está eufórico, ora está cabisbaixo.

Você pode viajar ou investir o dinheiro.

No primeiro exemplo, o sujeito alterna suas emoções entre eufórico e cabisbaixo, mas não sente ambas simultaneamente. No segundo, ele deve escolher apenas uma forma de gastar o dinheiro, entre as duas opções disponíveis – não é possível fazer as duas coisas.

Em alguns casos, o sentido de condição pode se somar à ideia básica de alternância:

Ou você me ajuda com esse plano, ou eu conto tudo o que sei sobre você.

Explicação

As conjunções que exprimem valor de explicação são chamadas de *explicativas*. Esse valor semântico emerge quando o falante fornece informações que ajudam a *justificar* uma afirmação anterior. Por exemplo:

Entre já em casa, porque está chovendo.

Entre já em casa, que está chovendo.

Entre já em casa, pois está chovendo.

Nos três exemplos apresentados, vemos uma justificativa para a ordem dada/pedido feito ao interlocutor para que entre em casa: o fato de estar chovendo. Como você já deve saber, a explicação é frequentemente utilizada em textos argumentativos, justamente porque os autores precisam demonstrar a validade de suas teses, isto é, responder aos *porquês* levantados por elas.

Causa

As conjunções que exprimem valor de causa são chamadas de *causais*. A causa é, fundamentalmente, um evento A que provoca a ocorrência de um evento B (sendo aquele, portanto, temporalmente anterior a este). Por exemplo:

O projeto foi um sucesso porque todos cooperaram.

Como todos cooperaram, o projeto foi um sucesso.

Visto que todos cooperaram, o projeto foi um sucesso.

Esses exemplos devem ser interpretados assim: o evento A (temporalmente anterior) é o fato de todos terem cooperado; esse evento provocou – isto é, causou – um evento B (temporalmente posterior), a saber, o fato de o projeto ter sido bem-sucedido.

>> *saiba mais*

Causa ou explicação?

A causa é um fato que gera ou produz outro; já a explicação é uma justificativa dada por alguém, a fim de legitimar um comentário anterior. Na prática, nem sempre é possível distinguir esses dois valores; algumas situações, porém, são bastante claras.

Por exemplo: quando o verbo da primeira oração está no imperativo, temos sempre uma explicação. Isso acontece porque, nesses casos, o imperativo será seguido de uma justificativa que procura legitimar a ordem, pedido ou conselho expressos anteriormente. Veja:

Venha agora, que preciso lhe contar algo urgente.

Além disso, é interessante comparar exemplos como estes dois:

Ele chorou porque apanhou do irmão.

Ele chorou, porque seus olhos estão vermelhos.

No primeiro exemplo, ter apanhado do irmão é a causa do choro; no segundo, o enunciado “porque seus olhos estão vermelhos” é a explicação (ou justificativa) apresentada pelo enunciador para legitimar a afirmação feita anteriormente (“Ele chorou”).

Consequência

As conjunções que exprimem valor de consequência são chamadas de *consecutivas*. Essa noção está, inevitavelmente, ligada à de causa – afinal, toda consequência pressupõe uma causa (assim como toda causa, por definição, produz uma consequência). A diferença entre as conjunções causais e consecutivas, porém, é simples: enquanto conjunções causais introduzem a causa (como você viu nos exemplos anteriores), conjunções consecutivas introduzem a consequência. Vejamos:

Correu tanto que desmaiou.

A porta estava fechada, de maneira que ele teve que entrar pela janela.

Como você pode perceber pelos exemplos, o que é introduzido pelas conjunções é o *efeito* – isto é, a *consequência* – do evento expresso na sequência anterior. Desmaiar (o evento introduzido pela conjunção consecutiva “que”) é consequência de ter corrido tanto; da mesma forma, entrar pela janela é consequência do fato de que a porta estava fechada.

Condição

As conjunções que exprimem valor de condição são chamadas de *condicionais*. Uma condição nada mais é do que uma exigência que deve ser satisfeita para que determinado evento ocorra. Por exemplo:

Se João ganhar na loteria, ele dará a volta ao mundo sem mala.

Caso João ganhe na loteria, ele dará a volta ao mundo sem mala.

Você pode sair hoje, desde que trabalhe amanhã.

Você pode sair hoje, contanto que trabalhe amanhã.

Nos dois primeiros exemplos, entendemos que João só poderá viajar pelo mundo sem bagagem se ganhar na loteria. Em outras palavras, a sequência introduzida pela conjunção (“João ganhar na loteria” / “João ganhe na loteria”) expressa uma exigência que deve ser satisfeita, para que o evento expresso na outra oração (“ele dará a volta ao mundo sem mala”) possa se concretizar.

Os outros dois exemplos funcionam da mesma forma: a exigência (condição) para o indivíduo sair é que ele se comprometa a trabalhar no dia seguinte. Essa exigência é introduzida por uma locução conjuntiva condicional (no terceiro exemplo, “desde que” e, no quarto, “contanto que”).

Concessão

As conjunções que exprimem valor de concessão são chamadas de *concessivas*. Assim como as conjunções adversativas, as concessivas também veiculam ideia de oposição, contraste. Por exemplo:

Embora tenha estudado, ele não passou.

Ainda que esteja fazendo 40 graus, não estou com calor.

Mesmo que nossos planos deem certo, nós teremos problemas.

Em todos os exemplos, é fácil identificar o confronto entre situações opostas: não passar parece se opor a ter estudado; o fato de estar fazendo 40 graus pressupõe sensação de calor, e não o contrário; ter êxito nos planos parece se opor a ter problemas.

Mas, se é assim, qual é a diferença entre as conjunções concessivas e as adversativas? Para entender, compare os exemplos a seguir:

Quero correr, mas meus pés estão doendo.

Quero correr, embora meus pés estejam doendo.

No primeiro caso, entendemos que a pessoa não pretende correr. Ou seja, a dor nos pés predomina sobre a vontade de correr. No segundo, entendemos que ela correrá de qualquer maneira – a vontade é mais forte que a dor nos pés. Por isso, podemos dizer que as conjunções adversativas (como “mas”) introduzem o argumento mais forte, ao passo que as concessivas (como “embora”) introduzem o mais fraco.

>> *saiba mais*

Por que “conjunção concessiva”?

De onde vem esse nome? O que significa dizer que o “embora”, o “ainda que” e o “mesmo que” exprimem concessão?

Para entender isso, imagine que duas pessoas estão debatendo sobre a legalização do aborto. Uma delas – aquela que defende a legalização – afirma:

[Embora o aborto possa ser visto como uma espécie de assassinato], ele é a melhor opção em muitas situações.

Por meio da oração entre colchetes, o falante parece conceder razão a seu ouvinte. Por isso, a conjunção que introduz esse tipo de oração ganha o nome de conjunção concessiva. É como se alguém dissesse: “Você está certo ao afirmar que o aborto pode ser considerado uma espécie de assassinato”.

No entanto, essa concessão não é forte o suficiente para mudar a opinião do falante, que, logo depois, afirma: “ele [o aborto] é a melhor opção em muitas situações”.

Em resumo: a conjunção se chama concessiva porque ela é usada para conceder razão ao interlocutor (mas apenas parcialmente!).

Finalidade

As conjunções que exprimem valor de finalidade são chamadas de *fnais*. Esse valor semântico envolve uma ação dirigida para um objetivo, meta ou fim. Por exemplo:

Falei alto para que todos me ouvissem.

O advogado revisou os autos do processo a fim de preparar a defesa de sua cliente.

Nos dois exemplos, temos casos em que o sujeito executou uma ação (falar alto; revisar os autos do processo), tendo em vista um objetivo específico – no primeiro caso, ser ouvido pelos interlocutores; no segundo, preparar uma defesa judicial.

Comparação

As conjunções que exprimem valor de comparação são chamadas de *comparativas*. Esse valor semântico tem a ver com a expressão de igualdade ou desigualdade entre dois termos. Por isso, dizemos que, na comparação, há três possibilidades de relação: superioridade (um elemento A é superior a um elemento B em relação a determinado parâmetro), igualdade (A é igual a B ou está no mesmo nível dele em relação a determinado parâmetro) ou inferioridade (A é inferior a B em relação a determinado parâmetro). Veja:

Eu escrevo melhor do que desenho.

Você está falando como seu pai falaria.

Nesses exemplos, percebe-se a ocorrência de uma relação de superioridade (escrevo > desenho) e de uma relação de igualdade (você = seu pai). Repare que, no segundo caso, pode-se omitir o verbo “falaria” sem grande prejuízo para a compreensão. Isso ocorre porque, quando um mesmo elemento aparece nos dois termos da comparação (nesse caso, a *fala*), ele pode ser omitido na segunda menção (“Você está *falando* como seu pai *falaria*” = “Você está *falando* como seu pai”).

Conformidade

As conjunções que exprimem valor semântico de conformidade são chamadas de *conformativas*. Esse valor está associado ao alinhamento entre um ponto de vista, previsão, crença etc. e os fatos concretos. Nesse sentido, a conformidade é o contrário da oposição: se esta envolve a quebra de uma expectativa, aquela tem a ver com sua *confirmação*.

Conforme havia sido anunciado, haverá demissões este mês.

Fez tudo como o chefe mandou.

Perceba, pelos exemplos, como há dois eventos sendo narrados. No primeiro caso, há, primeiro, o anúncio das demissões e, posteriormente, as demissões propriamente ditas. A relação se dá pelo fato de as demissões confirmarem a expectativa gerada pelo anúncio. O mesmo ocorre no segundo exemplo, em que os eventos de realização das tarefas e ordens do chefe estão alinhados, na medida em que o empregado confirmou a expectativa do chefe, ao fazer tudo da maneira como/conforme ele havia ordenado.

Proporção

As conjunções que exprimem valor de proporção são chamadas de *proporcionais*. Esse valor semântico expressa relações diretas ou inversas entre eventos ou estados (geralmente, dois). Tal como você deve ter visto em Matemática, uma relação de proporção indica que o aumento ou diminuição em um caso implica o aumento ou diminuição em outro caso, a ele relacionado. Para ter uma ideia mais clara de como isso aparece nos textos, vejamos os dois exemplos:

À medida que cresce o número de casos de Covid-19 no Brasil, mais esforços médicos são necessários para conter a pandemia.

Quanto mais cresce o número de casos de Covid-19 no Brasil, menos preocupada a população fica.

No primeiro exemplo, os elementos relacionados são casos de Covid-19 e esforços médicos. A relação entre eles é de proporção direta (isto é, *diretamente proporcional*), o que significa que o aumento de um lado implica, necessariamente, o aumento do outro. Assim, se a quantidade de casos sobe, a quantidade de esforços também precisa subir.

No segundo exemplo, ocorre o contrário. Aqui, temos uma relação de proporção inversa (em outras palavras, *inversamente proporcional*), em que os elementos envolvidos são o número de casos de Covid-19 e a preocupação da população. O aumento de um lado não implica o aumento do outro, e, sim, sua diminuição.

Tempo

As conjunções que exprimem valor de tempo são chamadas de *temporais*. Esse valor semântico envolve, como o nome indica, a marcação temporal de um ou mais eventos ou estados. Isso quer dizer que as frases e textos em que há conjunções temporais situam o interlocutor cronologicamente, indicando o que aconteceu primeiro, o que ocorreu em seguida, e assim por diante. Observe:

Quando cheguei, todos pararam de falar.

Assim que cheguei, todos pararam de falar.

Mal cheguei, todos pararam de falar.

Enquanto ela arrumava a casa, eu adiantava o almoço.

Dos valores semânticos aqui estudados, podemos dizer que o de tempo é o que mais apresenta nuances entre as conjunções utilizadas. Pense, por exemplo, no caso das conjunções explicativas ou condicionais: se você trocar “porque” por “visto que” (ambas explicativas) ou “se” por “caso” (ambas condicionais), o significado da frase não irá se alterar fundamentalmente. Com as temporais, no entanto, a coisa muda de figura: conjunções diferentes implicam significados bastante diferentes.

Dúvida? Então, repare nos três primeiros exemplos. As orações são todas iguais, certo? Mas você não sente que a duração dos eventos se altera pelo menos um pouco? Quando comparamos “quando cheguei” com “mal cheguei”, não parece que, no terceiro exemplo, o intervalo entre chegar e parar de falar é menor do que no primeiro? Isso mostra que, embora tanto “quando” quanto “mal” sejam conjunções temporais, seus significados estão longe de ser idênticos.

Além disso, o valor semântico de tempo também é utilizado para indicar eventos simultâneos, como podemos ver no último exemplo. Nele, as ações de arrumar a casa e adiantar o almoço ocorrem em uma mesma janela de tempo.

A esta altura, a quantidade de valores semânticos e conjunções pode estar incomodando um pouco. Talvez você esteja pensando como será capaz de gravar isso tudo para usar em uma prova. Mas não se preocupe! O importante não é tanto decorar os nomes, e, sim, prestar atenção (muita atenção!) às relações entre as situações descritas – interpretando o texto, você consegue descobrir se o valor expresso é de causa, consequência, concessão, condição etc.

Além disso, caso tenha dúvidas quanto à classificação, uma boa dica é tentar trocar as conjunções. Normalmente, essa troca também irá alterar os valores semânticos, e isso pode lhe dar mais confiança para a análise. Naturalmente, ao entender os valores semânticos, você saberá quais as conjunções mais adequadas para cada situação.

Resumo

Nesta unidade, você aprendeu que há palavras na língua que têm, como principal função, ligar outras partes do texto, podendo acrescentar ou não significados a elas. Tais palavras se chamam *conectivos* e se dividem em preposições e conjunções. Por fim, você conheceu os valores semânticos de algumas preposições e conjunções, observando como eles podem aparecer em diferentes exemplos.

Atividade

(CONSÓRCIO CEDERJ, 2018, reprodução).

O texto que você lerá a seguir caiu em um vestibular do Cederj, no ano de 2018. Nele, destacamos três casos em que os conectivos veiculam valores semânticos diferentes. A partir daí, você deve cumprir duas tarefas:

1. identificar o valor semântico do conectivo em cada exemplo;
2. explicar, a partir do tema do texto, que efeitos expressivos e argumentativos o autor obtém ao utilizar esses conectivos.

Os indiferentes

As escolas da comunidade ajudam a compreender, no desenho de meninos e meninas de apenas 10 anos, os limites da cidade e as feridas que não fecham, a leitura do presente e uma espera misteriosa. Em alguns desenhos não há sol. As árvores aparecem desertas de frutos e sem raiz, com a casa a poucos milímetros do chão. Algumas sem janela. Outras sem portas. *Sangram esses desenhos, como as crianças.* Numa cidade cujo estado diminuiu – em diversos sentidos –, nas redes solidárias que se despedaçaram e que desampara a infância.

Há também desenhos de morte e assassinatos, com um claro riacho de sangue, uma chuva de balas perdidas cruzando o céu, sem nuvens, com um sol pálido e triste. *E, mesmo assim, insistem nas brincadeiras de roda, no jogo de futebol.* As crianças confessam a própria dor, através do jogo, ao mesmo tempo que buscam aprisionar, em seus rabiscos eloquentes, a força do mal, quanto mais fortes o medo e o risco de perder. Lembro-me do desenho de um caveirão e de um traficante, igualmente aterradores. [...]

Nesses desenhos, há o esboço de uma biografia latente. Um destino que começa, literalmente, a ser desenhado. Não ainda irreversível, mas em marcha. [...]

Ou nos mobilizamos seriamente ou nos tornamos sócios de uma guerra surda e cruel, o crime imperdoável da indiferença diante da infância e do futuro.

Texto adaptado. Fonte: LUCCHESI, Marco. Os indiferentes. <http://infoglobo.pressreader.conto-globo/20180307/textview>. Acesso em 21 mar 2018.

Resposta comentada

1. Antes de qualquer coisa, vamos extrair as frases destacadas, para melhor analisá-las. São as seguintes:

- a) “Sangram esses desenhos, *como* as crianças.”
- b) “E, *mesmo assim*, insistem nas brincadeiras de roda, no jogo de futebol.”

c) “*Ou* nos mobilizamos seriamente *ou* nos tornamos sócios de uma guerra surda e cruel.”

Agora, vamos destacar os conectivos que ligam as orações. No primeiro caso, temos o “como”; no segundo, o “mesmo assim”; e, no terceiro, o par “ou... ou”. Para chegar ao valor semântico de cada um deles, é preciso analisar caso a caso, examinando as *relações* semânticas que existem entre as orações, em cada um dos exemplos.

Na primeira frase, temos uma relação entre dois elementos: desenhos e crianças. Nesse caso, está presente uma relação de igualdade, indicando que tanto os desenhos quanto as crianças sangram. Tem-se, portanto, uma aproximação entre esses dois elementos – isto é, o texto aponta algo que crianças e desenhos têm *em comum*. Por isso, podemos dizer que o valor semântico expresso pelo conectivo “como” é de comparação; afinal, o autor do texto está comparando desenhos e crianças.

Para entender plenamente o segundo conectivo analisado, precisamos voltar um pouco no texto e ler o que veio antes: “Há também desenhos de morte e assassinatos, com um claro riacho de sangue, uma chuva de balas perdidas cruzando o céu, sem nuvens, com um sol pálido e triste”. O que vem depois – isto é, a segunda frase – aparece como uma *contraposição* a essa afirmativa. Ou seja, aquela primeira parte elenca uma série de elementos negativos (morte, assassinatos, chuva de balas perdidas) e, a partir disso, faria sentido esperar que pessoas imersas nesse ambiente seriam tomadas por um estado emocional negativo. A continuação do texto, porém, contrasta essa imagem tão assustadora com elementos positivos, como brincadeiras de roda e jogos de futebol. Isso mostra que a expectativa gerada pela sequência anterior não se confirma. Com isso, é possível identificar a presença de um valor *concessivo*, expresso pelo conectivo “mesmo assim”.

Por fim, o terceiro conectivo, presente na conclusão do texto, coloca-nos diante de dois caminhos: *ou* nos mobilizarmos seriamente para mudar a situação *ou* nos tornarmos sócios de uma guerra surda e cruel. Perceba que, nesse caso, só é possível escolher um dos caminhos; portanto, há uma *alternância* de possibilidades, que é explicitada pelo par “ou... ou”.

2. Para a segunda resposta, basta notarmos que o texto é uma crítica às condições em que vivem as crianças de comunidades cariocas, que expressam suas vivências em desenhos marcados por elementos negativos, associados à violência e à morte presentes em seu cotidiano. O chocante é justamente o fato de que pessoas tão jovens tenham que lidar com situações tão dramáticas e complicadas, o que vai comprometer seus futuros e, também, o nosso, como sociedade.

Dessa forma, a primeira frase, ao comparar os desenhos e as crianças, a partir da imagem do sangrar, cria o efeito de dor, mostrando que as crianças foram feridas de tal maneira, que até seus desenhos sangram – afinal, são representações do que elas sentem e pensam. Nesse caso, o sangramento não é necessariamente literal, mas indica a ferida aberta que afeta a vida daquelas crianças.

Já a segunda frase nos mostra um contraste, indicando que, mesmo na pior das situações, há, ainda, um elemento lúdico, algo que consegue escapar ao ambiente violento e dar, ao menos, uma centelha de esperança para o futuro das crianças. Assim, o conectivo sinaliza o contraste entre a dureza do ambiente e a ingenuidade do comportamento infantil. Com isso, a frase marca o reconhecimento de que a situação não está perdida, ainda há o que fazer, desde que se faça urgentemente.

Por fim, a terceira frase representa uma busca de conscientização social, mostrando que há apenas dois caminhos: o da superação e o da morte. Nesse caso, não são apenas as vidas individuais das crianças que devem ser melhoradas, mas a sociedade como um todo. O texto apela, então, para um senso de responsabilidade, indicando que o caminho a ser seguido é o da mobilização e da ação efetiva, para que, mudando a realidade daquelas crianças, consigamos mudar a realidade social, seja da cidade, do estado ou do país.

Referências

CONSÓRCIO Cederj: graduação a distância. *Vestibular 2018-2*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj; Universidade Aberta do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/caderno-cecierj-2018-2.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

Recursos linguísticos (II): tempos e modos verbais

07

meta

Torná-lo apto a interpretar e analisar textos variados, considerando o papel dos tempos e modos verbais para a construção dos sentidos.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- conhecer o sistema de tempos e modos verbais da língua portuguesa;
- aplicar o conhecimento adquirido na interpretação e análise de textos.

Introdução

Você deve ter aprendido, na escola, que as palavras da língua portuguesa se dividem em dez classes gramaticais: substantivo, verbo, adjetivo, advérbio, pronome, artigo, numeral, preposição, conjunção e interjeição. Na unidade anterior, vimos duas delas: a preposição e a conjunção, reunidas sob o rótulo genérico de “conectivos”. Nesta unidade, vamos estudar mais uma: o verbo.

É provável que você já saiba identificar verbos em uma frase. Por exemplo, ao se deparar com a frase “O rato roeu a roupa do rei de Roma”, talvez você não tenha dificuldade em apontar que ela contém, precisamente, um verbo, que vem a ser a palavra “roeu”. Ou então, diante da frase “Ela chegou e eu saí”, talvez você consiga cravar com confiança que ela contém dois verbos: as formas “chegou” e “saí”.

Nesta unidade, contudo, nós vamos um pouco além. O foco aqui não será a *identificação* dos verbos, mas, sim, sua flexão em *tempos* e *modos*. Como você já aprendeu na escola, o verbo é a única classe gramatical que admite flexão de tempo (presente, passado, futuro) e de modo (indicativo, subjuntivo, imperativo). Por exemplo: em “O rato *roeu*”, o verbo está no tempo *pretérito perfeito* do modo *indicativo*; já em “se o gato *roesse*”, ele está no tempo *pretérito imperfeito* do modo *subjuntivo*.

Mas, afinal, como reconhecer cada tempo e modo verbal? E, o mais importante, que ideias são veiculadas pelos diferentes tempos e modos verbais do português? São exatamente essas as duas perguntas que nós vamos responder nesta unidade.

Preparado? Boa leitura!

Quais são os tempos e modos verbais do português – e como reconhecê-los?

A língua portuguesa conta com três modos verbais: *indicativo*, *subjuntivo* e *imperativo*. Os dois primeiros dividem-se em tempos verbais: o modo *indicativo* inclui os tempos *presente*, *pretérito perfeito*, *pretérito imperfeito*, *pretérito mais-que-perfeito*, *futuro do presente* e *futuro do pretérito*; já o modo *subjuntivo* inclui os tempos *presente*, *pretérito imperfeito* e *futuro*. Juntando tudo, o panorama completo de tempos e modos verbais do português contempla, portanto, *três modos* e *nove tempos*. Esse panorama está sintetizado nos dois quadros a seguir – o primeiro diz respeito ao modo *indicativo* e o segundo, ao *subjuntivo*.

Quadro 7.1: Modo indicativo e seus tempos verbais

MODO INDICATIVO	Pretérito	perfeito
		imperfeito
		mais-que-perfeito
	Presente	
	Futuro	do presente
		do pretérito

Quadro 7.2: Modo subjuntivo e seus tempos verbais

MODO SUBJUNTIVO	Pretérito imperfeito
	Presente
	Futuro

Ok, esses dois quadros resumem os tempos e modos verbais do português (com exceção do modo imperativo, que não foi representado porque não se subdivide em tempos). Mas o que você realmente deve estar se perguntando é: na prática, como eu vou conseguir reconhecer o tempo e o modo de uma forma verbal? Isto é, quando eu me deparar com uma forma verbal específica – digamos, “cantaríamos” –, como saber em que tempo e modo ela se encontra?

De maneira geral, é possível reconhecer o tempo e o modo de um verbo apenas olhando para ele, quer dizer, verificando sua forma. Por exemplo, quando vemos uma forma verbal como “cantava”, sabemos que ela está no pretérito imperfeito (tempo) do indicativo (modo) graças à presença do segmento -va. O mesmo vale para “olhávamos”, “procuravam”, “amavas”... Em outras palavras, podemos dizer que o pretérito imperfeito do indicativo tem uma marca – uma espécie de impressão digital – que o identifica: o segmento -va. Da mesma forma, a maior parte dos tempos verbais tem sua própria impressão digital. Conhecendo-as, você se torna capaz de dizer em que tempo/modo o verbo está.

O primeiro passo, portanto, é conhecer as marcas específicas de cada tempo verbal (quando elas existirem, naturalmente). Vamos começar pelos tempos do modo indicativo: o quadro a seguir lista todos eles, exemplificando-os com o verbo “cantar”, da primeira conjugação, e, por vezes, com o verbo “beber”, da segunda conjugação. Os verbos, como você pode observar a seguir, estão na terceira coluna do quadro; já as impressões digitais de cada tempo/modo – isto é, as marcas que os identificam – estão na segunda.

Quadro 7.3: Marcas dos tempos do modo indicativo

TEMPO	MARCA	CONJUGAÇÃO
Presente	Não há.	Eu canto Tu cantas Ele canta Nós cantamos Vós cantais Eles cantam
Pretérito perfeito	Não há.	Eu cantei Tu cantaste Ele cantou Nós cantamos Vós cantastes Eles cantaram
Pretérito imperfeito	1ª conjugação: -va (ou -ve) 2ª e 3ª conjugações: -ia (ou -ie)	Eu cantava / Eu bebia Tu cantavas / Tu bebias Ele cantava / Ele bebia Nós cantávamos / Nós bebíamos Vós cantáveis / Vós bebieis Eles cantavam / Eles bebiam
Pretérito mais-que-perfeito	-ra (ou -re) âtonos	Eu cantara Tu cantaras Ele cantara Nós cantáramos Vós cantáreis Eles cantaram
Futuro do presente	-rá (ou -re) tônicos	Eu cantarei Tu cantarás Ele cantará Nós cantaremos Vós cantareis Eles cantarão
Futuro do pretérito	-ria (ou -rie)	Eu cantaria Tu cantarías Ele cantaria Nós cantaríamos Vós cantaríeis Eles cantariam

Agora, passemos ao **Quadro 7.4**: ele é muito semelhante ao anterior, com a diferença de ser menos extenso. Isso porque reúne apenas os tempos do modo subjuntivo – que, como você já sabe, são apenas três. Observe:

Quadro 7.4: Marcas dos tempos do modo subjuntivo

TEMPO	MARCA	CONJUGAÇÃO
Presente	1ª conjugação: -e 2ª e 3ª conjugações: -a	(que) Eu cante / Eu beba (que) Tu cantes / Tu bebas (que) Ele cante / Ele beba (que) Nós cantemos / Nós bebamos (que) Vós canteis / Vós bebais (que) Eles cantem / Eles bebam
Pretérito imperfeito	-sse	(se) Eu cantasse (se) Tu cantasses (se) Ele cantasse (se) Nós cantássemos (se) Vós cantásseis (se) Eles cantassem
Futuro	-r	(quando/se) Ele cantar (quando/se) Tu cantares (quando/se) Ele cantar (quando/se) Nós cantarmos (quando/se) Vós cantardes (quando/se) Eles cantarem

Os **Quadros 7.3 e 7.4** têm uma função importante: ajudar você a reconhecer os tempos e modos quando se deparar com determinada forma verbal. Agora, portanto, quando você vir uma forma como “cantássemos”, vai poder consultar o segundo quadro e constatar que ela está flexionada no pretérito imperfeito do subjuntivo. Ou, então, quando esbarrar com um “cantara”, vai, rapidamente, verificar que se trata do pretérito mais-que-perfeito.

Isso é importante, mas não é o mais importante. O que nós queremos mesmo é que você saiba quais são os *significados* evocados pelos diferentes tempos e modos e verbais. Essa tarefa nos leva para a próxima seção.

Que significados são expressos pelos tempos e modos verbais?

Considere as seguintes frases:

1. *Todos os dias, o João canta no chuveiro.*
2. *O João canta bem.*
3. *Agora o João está cansado; amanhã ele canta mais um pouco.*

Nesses três exemplos, temos o mesmo verbo (“cantar”), flexionado no mesmo tempo e modo verbais (presente do indicativo – em caso de dúvida, confira o **Quadro 7.3**). No entanto, os valores semânticos – isto é, os significados – expressos em cada caso são bem diferentes.

Vejam os. Em 1, a sentença mostra um evento *rotineiro, habitual* – algo que acontece *todos os dias*. Em 2, fala-se de um evento *atemporal*: aqui, a ideia não é a de que João canta bem todos os dias (ou toda semana, ou todo mês), e sim a de que é uma verdade absoluta o fato de que ele canta bem. Já o exemplo 3 não envolve nem a ideia de rotina, nem a noção de uma verdade absoluta: trata-se de uma ação que acontecerá no *futuro* (amanhã).

Como você pode ver, um mesmo tempo/modo verbal (neste caso, o tempo presente do modo indicativo) pode expressar mais de um valor semântico (neste caso, os valores de *habitualidade, verdade absoluta e futuridade*). Diante dessa constatação, a pergunta que se impõe é a seguinte: seria possível listar todos os valores semânticos de todos os tempos e modos verbais do português?

A resposta honesta é: podemos tentar. Contemplar todos os significados é sempre difícil, porque novos valores semânticos estão constantemente sendo descobertos (além disso, a língua é viva, o que significa que novos valores podem surgir a qualquer momento). Mas podemos, sim, oferecer a você uma lista bastante satisfatória.

Para isso, vamos dividir esta seção em duas partes: começaremos pelos *modos verbais* e, na sequência, passaremos para os tempos.

Valores semânticos dos modos verbais

Como você já aprendeu, os modos verbais do português são três: indicativo, subjuntivo e imperativo. O interessante é que cada modo se especializa em um significado específico. Assim: *o modo indicativo expressa, de modo geral, um fato dado como certo; o subjuntivo expressa fatos que estão no domínio do incerto, duvidoso ou irreal; já o imperativo é usado para expressar comandos dirigidos diretamente ao interlocutor (sejam eles ordens, pedidos, conselhos, súplicas etc.).* Tudo isso pode ser verificado nos exemplos a seguir:

1. *O João vai à reunião.*
2. *O Carlos quer que o João vá à reunião.*
3. *Se o João for à reunião, ficarei feliz.*
4. *O João é pobre, mas, se ele fosse rico, continuaria sendo infeliz.*
5. *João, vá à reunião.*

Nos exemplos 1 e 2, o verbo sublinhado é o mesmo: “ir”. No entanto, o modo em que cada forma verbal está flexionada é diferente: em 1, o verbo está no indicativo; em 2, está no subjuntivo.

Por que essa diferença? Quando lemos a frase 1, temos a sensação de que a ida de João à reunião está confirmada: quem enuncia 1 está tratando o comparecimento de João como um fato certo. Em 2, por outro lado, a situação é outra: temos certeza de que Carlos *deseja* que João vá à reunião, mas a frase não nos dá qualquer garantia de que João, de fato, *comparecerá* ao evento. E note que isso tem tudo a ver com os modos em que os verbos estão flexionados: os fatos apresentados como certos (a ida de João, no exemplo 1, e o desejo de Carlos, no exemplo 2) são expressos por meio de verbos no indicativo (“vai”, “quer”); já o fato apresentado como duvidoso (possível, mas não certo) é expresso por meio de verbo no subjuntivo (“vá”).

Passemos, agora, para o exemplo 3. Pense conosco: pela maneira como a frase está formulada, ela dá a entender que a ida de João é certa ou que se trata de algo possível, porém incerto? Com certeza, você respondeu que se trata de um acontecimento incerto. Essa ideia de incerteza é evocada, precisamente, pelo modo verbal: a forma “for” está no futuro do *subjuntivo*.

No exemplo 4, embora a forma verbal “fosse” também esteja no modo subjuntivo (confira no **Quadro 7.4**: trata-se do pretérito imperfeito do subjuntivo), a ideia expressa aqui não é de incerteza, e sim de *irrealidade*. Isto é, o emprego do modo subjuntivo, nesse caso, sinaliza que estamos tratando de uma situação imaginária, hipotética, irreal (a riqueza do João), e não de um fato real.

Por fim, considere o exemplo 5. Aqui, diferentemente de todos os anteriores, o falante dirige um comando diretamente para seu interlocutor. Nesse caso, parece tratar-se de uma ordem, mas poderia também ser, por exemplo, uma súplica (por exemplo, se a frase fosse “Pelo amor de Deus, eu imploro, vá à reunião!”). De todo modo, a ideia de um comando dirigido diretamente ao interlocutor é evocada pelo fato de o verbo estar flexionado no modo *imperativo*.

Para facilitar sua vida (e a consulta posterior), vamos sintetizar tudo isso no quadro a seguir.

Quadro 7.5: Valores semânticos dos modos verbais

MODO	VALOR SEMÂNTICO	EXEMPLOS
Indicativo	Fato dado como certo	João <u>vai</u> à reunião.
Subjuntivo	Fato incerto, duvidoso, hipotético	Quero que o João <u>vá</u> à reunião. Se o João <u>for</u> , ficarei feliz.
Imperativo	Comando dirigido diretamente ao interlocutor (ordem, pedido, conselho, súplica etc.)	João, <u>vá</u> à reunião!

Valores semânticos dos tempos verbais

Agora que você já estudou os valores semânticos dos modos verbais, vamos conhecer os valores dos nove tempos verbais da língua portuguesa (lembre-se: seis do modo indicativo e três do subjuntivo). Eles estão sintetizados nos dois quadros a seguir – o primeiro se refere ao modo indicativo e o segundo, ao subjuntivo.

Quadro 7.6: Valores semânticos dos tempos verbais do modo indicativo

TEMPO	VALORES SEMÂNTICOS	EXEMPLOS
Presente	Fato rotineiro, habitual	Todo dia ela <u>faz</u> tudo sempre igual.
	Fato futuro	Amanhã <u>apareço</u> na sua casa.
	Fato passado	Em 58 a.C., César <u>invade</u> a Gália.
	Verdade absoluta	A Terra <u>gira</u> em torno do Sol.
	Fato que ocorre durante o momento da fala	Adriano <u>chuta</u> a bola... Gol!
Pretérito perfeito	Fato pontual no passado	Ontem eu <u>joguei</u> futebol.
Pretérito imperfeito	Fato que se repete ou se prolonga no passado	Todos os dias eu <u>jogava</u> futebol.
	Em registro informal, é usado no lugar do futuro do pretérito	Se eu pudesse, <u>comprava</u> um presente melhor.
Pretérito mais-que-perfeito	Fato passado anterior a outro fato passado	O pai chegou ao local onde o acidente <u>acontecera</u> .
	Desejo	Quem me <u>dera</u> ! <u>Quisera</u> eu poder viajar com vocês!
Futuro do presente	Fato futuro em relação ao momento da fala	Eu <u>vencerei</u> .
	Dúvida, questionamento	<u>Será</u> ele a pessoa certa?
	No lugar do imperativo	Não <u>cobiçarás</u> a mulher do próximo!
Futuro do pretérito	Fato futuro em relação a um fato passado	Ela acreditou que <u>chegaria</u> a tempo.
	Fato dependente de uma condição	Se eu ganhasse na loteria, <u>viaria</u> sem mala.
	Incerteza; ausência de comprometimento com a informação ou opinião expressas	Segundo alguns, o aquecimento global <u>resultaria</u> de causas naturais.
	Dúvida, questionamento	<u>Seria</u> ele a pessoa certa?
	Polidez	Você me <u>emprestaria</u> sua caneta?

Quadro 7.7: Valores semânticos dos tempos verbais do modo subjuntivo

TEMPO	VALORES SEMÂNTICOS	EXEMPLOS
Presente	Fato incerto	Espero que você <u>volte</u> logo.
Pretérito imperfeito	Condição improvável	Se eu <u>ganhasse</u> na loteria, daria a volta ao mundo sem mala.
Futuro	Condição com maior grau de probabilidade	Se eu <u>ganhar</u> na loteria, darei a volta ao mundo sem mala.

Conforme mostram os dois quadros, a situação normal é os tempos verbais serem polissêmicos – isto é, tipicamente, um tempo verbal veicula mais de um valor semântico. Em particular, o presente do indicativo pode veicular cinco valores distintos, enquanto o futuro do pretérito está associado a quatro valores.

Prática de leitura: dos tempos e modos para a interpretação de textos

Finalmente, chegamos ao ponto mais importante desta unidade: o momento de compreendermos como todo o conteúdo estudado até aqui se aplica à análise e à interpretação de textos. Para isso, vamos analisar dois textos que figuraram em exames de vestibular: (i) um fragmento do romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, do escritor brasileiro Lima Barreto (extraído do Exame de Qualificação da Uerj/2004), e (ii) o poema “Balada do rei”, de Manuel Bandeira (extraído do Exame de Qualificação da Uerj/2006).

__ texto 1

(UERJ, 2004, reprodução).

Recordações do escrívão Isaías Caminha

A minha situação no Rio estava garantida. Obteria um emprego. Um dia pelos outros iria às aulas, e todo o fim de ano, durante seis, faria os exames, ao fim dos quais seria doutor!

onímodo Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaría o suplício premente, cruciante e **onímodo** de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se **estorciam** no meu cérebro.

De todos os modos, irrestrito.

estorcer
Agitar

O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado, disfarçado...

Ah! Doutor! Doutor!... Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários polifórmicos... Era um **pallium**, era alguma coisa como **clâmide** sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. De posse dela, as gotas de chuva afastar-se-iam **transidas** do meu corpo, não se animariam a tocar-me nas roupas, no calçado sequer. O invisível distribuidor de raios solares escolheria os mais meigos para me aquecer, e gastaria os fortes, os **inexoráveis**, com o comum dos homens que não é doutor. Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, **inflado** e grosso, como um sapo-entanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, Doutor? Era sobre-humano!...

pallium

Capa

clâmide

Manto

transido

Assustado

inexorável

Inflexível

inflado

Vaidoso

(BARRETO, Lima. In: VASCONCELOS, Eliane (org.). *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.)

Com a leitura do texto, você pôde observar que a matéria narrada não é representada como um fato, mas como um *projeto*. A verdade é que todo o texto corresponde ao pensamento do narrador, que se põe a fazer planos para o futuro, com base na existência de uma condição – a obtenção do título de doutor.

Por exemplo: no primeiro parágrafo, fica claro que o projeto do narrador é obter um emprego, frequentar aulas, fazer os exames finais e se tornar “doutor”. Desse ponto em diante, ele começa a sonhar acordado, pensando como seria sua vida a partir do momento em que se formasse. Ele imagina que teria respeito e prestígio, tornando-se objeto da admiração de “toda a gente”.

Nada disso, porém, acontece em seu momento presente. Tudo não passa de planos, de projetos – de um desejo do narrador, em suma. Mas, afinal, como o leitor sabe que os fatos apresentados ao longo do texto são apenas planos, e não acontecimentos concretos?

A resposta é simples: pelo fato de os verbos estarem flexionados no *futuro do pretérito do indicativo*. Como você aprendeu ao longo desta unidade, o futuro do pretérito é o tempo verbal caracterizado pela terminação -ria, que pode ser vista em muitos dos exemplos que aparecem no texto: “obteria”, “resgataria”, “animariam”, “andaria” etc. Nesse caso, o uso desse tempo/modo verbal sugere que os eventos narrados estão no plano do *desejo*.

texto 2

(UERJ, 2006, reprodução).

Balada do rei das sereias

Manuel Bandeira

O rei atirou
Seu anel ao mar
E disse às sereias:
– Ide-o lá buscar,
Que se o não trouxerdes,
Virareis espuma
Das ondas do mar!

Foram as sereias,
Não tardou, voltaram
Com o perdido anel.
Maldito capricho
De rei tão cruel!

O rei atirou
Grãos de arroz ao mar
E disse às sereias:
– Ide-os lá buscar,
Que se os não trouxerdes,
Virareis espuma
Das ondas do mar!

Foram as sereias,
Não tardou, voltaram
Não faltava um grão.
Maldito o capricho
Do mau coração!

O rei atirou
Sua filha ao mar
E disse às sereias:
– Ide-a lá buscar,
Que se a não trouxerdes,
Virareis espuma
Das ondas do mar!

Foram as sereias...
Quem as viu voltar?...
Não voltaram nunca!
Viraram espuma
Das ondas do mar!

BANDEIRA, Manuel. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1974.)

O poema apresenta uma narrativa curta, em que o personagem central é caracterizado como um rei cruel e autoritário. Em parte, sabemos disso graças ao último verso da segunda estrofe: “De rei tão cruel!”. Mas, para além dessa adjetivação, outras escolhas linguísticas ajudam a pintar o rei da história como um vilão.

Uma delas é o verbo “atirar”, que se repete no primeiro verso das estrofes 1, 3 e 5 (“O rei atirou”). Como você sabe bem, esse verbo descreve uma ação que é, ao mesmo tempo, intencional e realizada com força, com o objetivo de fazer determinado objeto cair o mais longe possível. Assim, quando se afirma, repetidamente, que o rei *atirou* o anel ao mar, está-se declarando que ele arremessou o objeto de *propósito* (em oposição a deixá-lo cair) e *para muito longe* (em oposição a pousá-lo suavemente sobre as águas). Isso, é claro, reforça a ideia de que se trata de uma pessoa cruel, mesquinha, que sente prazer em ver as sereias sofrerem para cumprir ordens.

Adicionalmente, o poema nomeia a “brincadeira” do rei como um “capricho” (conforme vemos no quarto verso da segunda estrofe). Nesse contexto, esse termo sugere que a ordem do rei é despropositada, sem razão de ser: trata-se, simplesmente, de uma manifestação de crueldade, isto é, de um exercício arbitrário e mesquinho de poder, o que reforça a caracterização do personagem como vilão.

Finalmente, é fundamental focalizar o assunto desta unidade: os verbos. No poema, há duas formas verbais que ajudam a construir a ideia de autoritarismo: “ide” e “trouxerdes”. “Ide” é uma forma de imperativo do verbo “ir”. Como você já aprendeu, um dos valores semânticos expressos pelo modo imperativo é a ideia de *ordem*. Ao marcar a fala do rei dessa forma, o modo imperativo reforça seu autoritarismo.

Além dessa forma verbal, temos “trouxerdes” (quinto verso das estrofes 1, 3 e 5), que corresponde ao futuro do subjuntivo do verbo “trazer”. Ela exprime uma condição (trazer à praia o objeto arremessado), que deve ser satisfeita pelas sereias para que elas preservem suas vidas (isto é, não virem “espuma das ondas do mar”). Naturalmente, sabemos que impor uma condição complexa para que o interlocutor não sofra perdas é uma atitude profundamente cruel.

Em suma, o rei, personagem central do poema, é caracterizado como um indivíduo mesquinho e maldoso. Isso se manifesta não apenas por meio de uma adjetivação explícita, mas também por certas escolhas vocabulares e recursos gramaticais (verbo “atirar”, substantivo “capricho”, verbo “ir” no modo imperativo e verbo “trazer” no tempo futuro do subjuntivo).

>> saiba mais

Muitos textos dão a impressão de que o enunciador está se dirigindo diretamente a alguém (seja ao próprio leitor, seja a algum outro destinatário). Esse efeito de diálogo é provocado pela presença, no texto, de determinados elementos gramaticais. Vejamos quais são esses elementos, a partir de uma breve análise do poema a seguir, também de Manuel Bandeira:

O impossível carinho

Escuta, eu não quero contar-te o meu desejo
Quero apenas contar-te a minha ternura
Ah se em troca de tanta felicidade que me dás
Eu te pudesse repor
– Eu soubesse repor –
No coração despedaçado
As mais puras alegrias da infância

(BANDEIRA, 1993, p. 144)

Para verificar o efeito de diálogo, devemos nos concentrar nos verbos e pronomes, já que eles estão ligados às pessoas do discurso. Com relação a essas duas classes gramaticais, os seguintes mecanismos sugerem que o texto consiste em um diálogo, com o eu lírico dirigindo-se diretamente a alguém:

- verbo no modo imperativo: “escuta”. Esse imperativo exprime um pedido, e todo pedido, é claro, deve ser dirigido a alguém, a um interlocutor;
- verbos na segunda pessoa: “escuta”, “dás”. Como a segunda pessoa do discurso corresponde ao interlocutor, a existência desses verbos sugere a presença de um ouvinte ou leitor;
- pronomes de segunda pessoa: “te” (pronome pessoal oblíquo átono) e “tua” (pronome possessivo). A justificativa é idêntica à do item anterior.

Resumo

Nesta unidade, vimos que os verbos da língua portuguesa se dividem em três modos (indicativo, subjuntivo e imperativo) e nove tempos (no modo indicativo: presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito; no modo subjuntivo: presente, pretérito imperfeito e futuro). Mais especificamente, você aprendeu a reconhecer esses tempos e modos verbais a partir de suas *marcas formais* e, mais importante, conheceu os diferentes *valores semânticos* que eles podem expressar.

Atividade

Leia, mais de uma vez, o poema “O silêncio expectante e a voz inesperada”, do escritor português Joaquim Cardozo, extraído da prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Vestibular Uerj/2011. Em seguida, redija uma análise sobre o uso das formas verbais e seus respectivos tempos e modos na construção dos sentidos veiculados no texto.

O silêncio expectante e a voz inesperada

Na penumbra da sala do laboratório, uniforme e absolutamente fechada,
Isolada do som e da luz, isolada do tempo e do espaço,
Procedia-se à investigação memorável.

Procurava-se descobrir o espaço completo e geral
Onde se pudesse definir a pulsação originária;
Pulsação que seria a substância de todas as vibrações,
Desde as que iluminam as estrelas Cefeides
Até as que comovem o coração humano,
As que marcam, domesticamente, o tempo civil nos relógios
E as que passam ondulando nas cordas dos violoncelos;
Pulsação que fosse o sangue de futuros nascimentos e de novas cosmogonias
Dela viria a angústia da matéria dispersa em meio às nebulosas
E que ainda não pôde se converter em estrelas,
Viria a angústia das almas inascidas que, com o frio, e o medo de não nascer,
Se abrigam no ventre das mulheres.
Naquele ambiente inerte e indeterminado
Reinava um silêncio liso e sinistro:
Um silêncio que fora a consequência de rumores especiais e preciosos,
Um silêncio-fronteira de ruídos apagados em macios de paina e de veludo.

Temia-se, porém, a inversão do tempo ou o pânico da luz,
Temia-se, sim, temia-se alcançar a essência do milagre...

Foi então que uma onda ligeira, perdida e vagabunda,
Uma onda que rondava, que rondava na sombra do jardim,
Entrou sorradeira, inesperadamente,
Por uma fresta imperceptível no rádio:

Era uma voz de mulher cantando nas Antilhas.

CARDOZO, Joaquim. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Resposta comentada

Começamos pela observação do título, que já anuncia um embate ou conflito entre dois contrários: silêncio expectante x voz inesperada. Em outras palavras, ausência de som habitual, pleno de espera x presença de som não esperado. Cumprindo o anúncio do título, a estrutura desse texto literário se organiza em dois movimentos temáticos contrastantes. O primeiro, associado ao silêncio expectante e correspondente às estrofes 1, 2 e 3, apresenta a caracterização do espaço investigativo e das expectativas e medos em relação às possíveis descobertas. Já o segundo, associado à voz inesperada e correspondente às estrofes 4 e 5, retrata a ruptura do silêncio do laboratório pela voz de mulher, que chegou pelas ondas sonoras musicais do cotidiano. Podemos dizer que esse agrupamento de estrofes em movimentos temáticos fica claramente caracterizado por uma marca linguística bastante importante que estudamos nesta unidade – os tempos verbais.

Para confirmar isso, observe que, no primeiro movimento, há uma articulação recorrente do uso de formas verbais em três tempos diferentes do modo indicativo, com vistas à construção dos sentidos que se vão ampliando pelas três primeiras estrofes:

1. o pretérito imperfeito, para marcar os hábitos e rotinas do espaço investigativo “inerte e indeterminado” (“procedia”, “procurava”, “reinava” etc.);
2. o presente, para marcar os limites e características do objeto de busca (as “pulsações”), em um trabalho que é realizado no isolamento do laboratório (“iluminam”, “comovem”, “passam”, “abrigam” etc.);
3. o futuro do pretérito, para marcar as expectativas e desejos (“seria”, “viria” etc.).

Já o segundo movimento temático é introduzido por uma forma verbal no pretérito perfeito do indicativo (“foi”), seguida de conectivo (“então”) que assinala uma mudança brusca, como um corte ou ruptura, a partir daquele momento, em relação à situação descrita anteriormente. Observamos duas ocorrências de formas verbais flexionadas no pretérito perfeito do indicativo (“foi” e “entrou”). Elas marcam um fato concluído no passado: a interrupção do silêncio e a quebra de expectativas, consumadas pela “onda ligeira, perdida e vagabunda” que penetrou o laboratório inesperadamente, por meio do canto sorrateiro de uma mulher, que chega através das ondas sonoras transmitidas por um aparelho de rádio.

Em suma, esses comentários mostram claramente a relação entre a estrutura textual e o emprego dos tempos verbais: aqui, a divisão do texto em dois grandes blocos temáticos fica marcada pelo emprego dos tempos verbais escolhidos (no primeiro bloco, pretérito imperfeito, presente e futuro do pretérito do indicativo; no segundo, pretérito perfeito do indicativo).

Referências

CARDOZO, Joaquim. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

UERJ. *Vestibular estadual 2004*. Rio de Janeiro: Uerj, 2004.

UERJ. *Vestibular estadual 2006*. Rio de Janeiro: Uerj, 2006.

Recursos linguísticos (III): figuras de linguagem

08

meta

Torná-lo apto a interpretar e analisar textos variados, considerando o papel das figuras de linguagem para a construção dos sentidos.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- conhecer as figuras de linguagem cobradas com mais frequência nos exames de acesso às universidades;
- aplicar o conhecimento adquirido na análise textos, com foco sobre o papel das figuras de linguagem para a construção dos sentidos.

Introdução

Como usar a linguagem para impressionar alguém?

Imagine que você, conversando com um amigo, soltasse o seguinte comentário: “A saudade é um sentimento que não passa nunca”. Convenhamos: é uma frase relativamente banal. Agora imagine que, em vez disso, você se expressasse assim: “A saudade dói como um barco que aos poucos descreve um arco e evita atracar no cais”. Pense um pouco: qual é a diferença entre as duas frases?

Bom, talvez seu amigo o considerasse uma pessoa meio estranha por conversar como se estivesse declamando um poema (na verdade, o exemplo foi tirado de uma letra de música de Chico Buarque). Mas, tirando isso, uma comparação entre as duas frases mostra o seguinte: ambas expressam, basicamente, o mesmo conteúdo (a ideia de que a saudade é um sentimento que se recusa a desaparecer), mas a segunda é muito mais expressiva e impactante. Em outras palavras, a primeira frase soa bastante trivial, ao passo que a segunda transmite a mesma mensagem de um modo inovador, surpreendente.

Mas por que, exatamente, essa frase causa impacto? De imediato, é possível identificar duas razões. Em primeiro lugar, ela contém uma *rima* (barco/arco), o que, em si mesmo, confere expressividade à frase. Em segundo lugar, ela faz uma aproximação inusitada e inesperada entre o sentimento da saudade e o movimento de um barco que se recusa a atracar no cais.

Essa aproximação entre duas coisas, em princípio não relacionadas, é o que nós chamamos de *metáfora*.

Moral da história: analisando uma passagem relativamente curta (a frase “a saudade dói como um barco que aos poucos descreve um arco e evita atracar no cais”), nós conseguimos identificar dois recursos capazes de turbinar a expressividade de um texto: a rima e a metáfora.

Muito bem: tecnicamente, os recursos utilizados para incrementar a expressividade e o impacto de um texto são chamados de *figuras de linguagem*. Então, para usar o vocabulário técnico, podemos dizer que rima e metáfora são dois exemplos de figuras de linguagem. Mas, evidentemente, a lista dessas figuras é muito mais longa: em séculos de estudos, pensadores e pesquisadores já catalogaram mais de 200 recursos que podem ser usados para turbinar a expressividade de um texto.

Como você já deve ter deduzido, o tema desta unidade são as figuras de linguagem. Mas não se desespere: é claro que nós não tentaremos, aqui, recobrir as mais de 200 figuras já catalogadas até os dias de hoje. Em vez disso, vamos nos concentrar em apenas nove, escolhidas com base em um critério bastante simples: trata-se daquelas que têm mais chance de ser cobradas nas provas de vestibular e no Enem.

Preparado? Então, mãos à obra!

Um breve catálogo das figuras de linguagem

A partir de agora, vamos apresentar as figuras de linguagem mais importantes para os vestibulandos: metáfora, metonímia, antítese, ironia, aliteração e assonância. Além delas, falaremos, brevemente, de outras três figuras relacionadas: comparação, personificação e paradoxo.

Metáfora

A metáfora consiste na projeção de um atributo próprio de um Elemento A para outro elemento não relacionado B, estabelecendo, assim, uma aproximação entre esses dois elementos. Para entender essa ideia, imagine que alguém, vendo um jogo de futebol, solte o seguinte comentário:

Aquele jogador era um leão em campo: nunca vi um atacante tão raçudo.

Um jogador de futebol e um leão são entidades muito diferentes: jogadores são membros da espécie *homo sapiens*, ao passo que leões são felinos selvagens. Apesar disso, o espectador do jogo conseguiu enxergar no jogador um atributo próprio do leão: o comportamento impetuoso e enfurecido. Em outras palavras, ele projetou uma característica (o comportamento impetuoso) própria de um Elemento A (o leão) para um Elemento B (o jogador), realizando, dessa forma, uma aproximação entre eles. Esse processo pode ser representado visualmente da seguinte maneira:

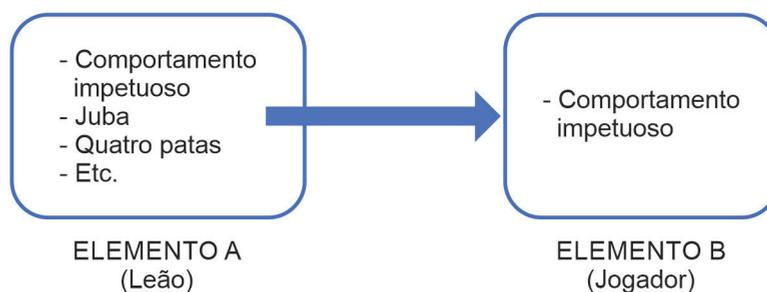


Figura 8.1: Correspondência metafórica entre LEÃO e JOGADOR.

O diagrama representa a ideia de que as entidades LEÃO (Elemento A) e JOGADOR (Elemento B), embora sejam objetivamente muito diferentes, foram aproximadas graças a um traço comum: o comportamento impetuoso. Tal traço, originalmente pertencente ao LEÃO, foi projetado, pelo autor da frase, sobre o JOGADOR. Esse mecanismo de projeção é exatamente o que nós chamamos de *metáfora*.

Mas, sem dúvida, a metáfora será tão mais impactante quanto mais inovadora for a aproximação realizada. Nesse sentido, o exemplo a seguir é bem mais expressivo:

O quarto do meu filho é um buraco negro: tudo o que entra nele desaparece.

Talvez essa frase tenha arrancado um pequeno sorriso de você. Mas, mesmo que isso não tenha ocorrido, não dá para negar que ela causa um impacto mais forte do que a do primeiro exemplo. Isso acontece porque a aproximação entre o quarto de um adolescente e um buraco negro é bem mais inovadora (e, portanto, menos “manjada”) que aquela entre um esportista e um leão.

Apesar disso, note que o mecanismo em jogo é exatamente o mesmo: uma propriedade do BURACO NEGRO (Elemento A) é projetada sobre o QUARTO DO FILHO (Elemento B). Mais uma vez, essa projeção pode ser representada visualmente:

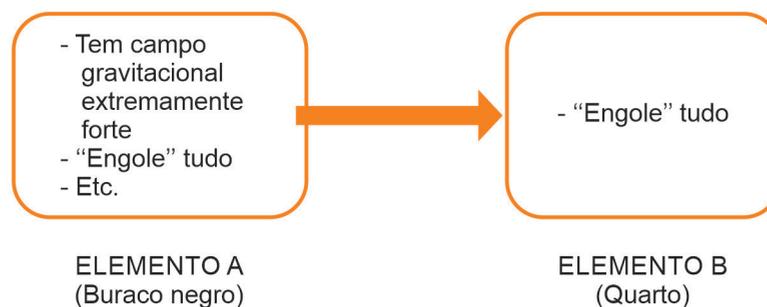


Figura 8.2: Correspondência metafórica entre BURACO NEGRO e QUARTO.

Nos dois exemplos vistos até aqui, todos os elementos da metáfora aparecem materialmente na frase. Considere o primeiro exemplo: nele, o Elemento A corresponde à palavra “leão”, o Elemento B corresponde à sequência “Aquele jogador” e o atributo projetado está representado pelo adjetivo “raçudo”. Já no segundo exemplo, o Elemento A aparece em “buraco negro”, o Elemento B corresponde à sequência “O quarto do meu filho” e o atributo projetado está representado pela frase que vem depois dos dois-pontos.

Mas nem sempre as coisas funcionam assim. Por exemplo: o espectador do jogo de futebol poderia ter dito, muito simplesmente, “Aquele jogador é um leão em campo”. Nesse caso, só apareceriam na frase os Elementos A e B (“leão” e “Aquele jogador”, respectivamente), de modo que o atributo projetado de A para B teria que ser inferido pelo interlocutor.

E tem mais. Até agora, todos os exemplos que nós demos continham o verbo de ligação “ser”: “Aquele jogador é um leão em campo”, “O quarto do meu filho é um buraco negro”. Dessa maneira, a metáfora fica bem explícita, porque o verbo “ser” conecta diretamente os dois elementos que a compõem (os Elementos A e B). Mas, novamente, isso não é obrigatório. Considere o seguinte exemplo, retirado de uma reportagem da revista *plauí*:

“Quando não está usufruindo do seu hospedeiro, o vírus navega pelo mundo” (KAZ, 2020).

Aqui, não há verbo “ser” – e, ainda assim, estamos diante de uma metáfora, que nos é revelada pelo verbo “navegar”. Todo mundo sabe, afinal, que vírus não embarcam em veleiros. Logo, a

única interpretação possível é a de que o repórter está, implicitamente, estabelecendo uma analogia entre barcos e vírus. Especificamente, ele está projetando, para os vírus, um atributo próprio das embarcações: o fato de *ficarem à deriva*. Conclusão: nesse exemplo, temos um enunciado metafórico em que não é utilizado o verbo “ser”.

Algo muito semelhante ocorre na seguinte passagem, retirada da mesma reportagem:

“O vírus é o parasita por excelência [...]. Ele precisa da ajuda de uma célula, da qual se apropria à força, sequestrando certas partes, para conseguir se replicar” (KAZ, 2020).

Certamente, você não imagina que o vírus vá apontar um revólver para o ribossomo e ordenar “produza cópias minhas!”. Vírus, até onde se sabe, não são capazes de gritar ou portar armas. O que a forma “sequestrando” revela, portanto, é uma *metáfora*, em que uma propriedade dos sequestradores (forçar alguém a realizar uma ação) é projetada para os vírus.

Esses dois últimos exemplos mostram que nem sempre a metáfora se manifesta com uma estrutura linguística arrumadinha, do tipo *Elemento B é Elemento A* – como em “O vírus é um sequestrador”. Pode ser assim, mas também pode não ser. Se alguém disser “O vírus sequestra a célula”, estamos, a rigor, diante da mesmíssima metáfora.

O assunto fica ainda mais interessante. Nada impede que metáforas se manifestem em textos multimodais – isto é, aqueles que mesclam linguagem verbal e não verbal. Um exemplo pode ser visto na charge a seguir:

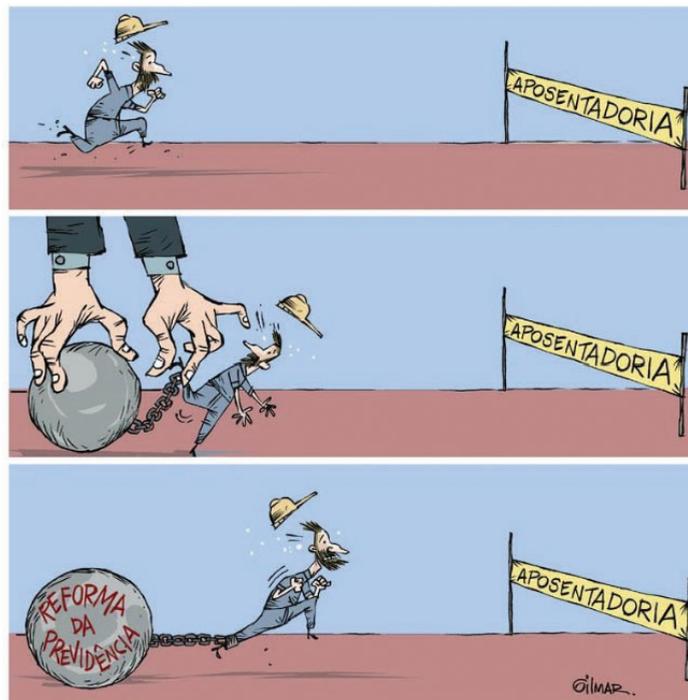


Figura 8.3: Charge sobre a reforma da Previdência. Fonte: <https://fsindical.org.br/charge/aposentadoria-reforma-da-previdencia>. Autor: Gilmar. Acesso em: 8 out. 2021.

A charge mostrada na **Figura 8.3**, publicada em janeiro de 2017, faz referência à proposta de reforma da Previdência apresentada durante o governo do ex-presidente Michel Temer. Nela, é possível identificar duas metáforas: *a vida profissional é uma corrida* e *a reforma da Previdência é um peso para o corredor*.

Vamos nos concentrar na segunda. Em si mesmas, uma reforma na legislação previdenciária e um objeto pesado amarrado ao pé de um atleta são coisas muito diferentes. A metáfora, no entanto, aproxima essas duas ideias ao projetar, sobre o Elemento B (reforma da Previdência), uma propriedade do Elemento A (a capacidade de atrasar o atingimento de uma meta). Moral da história, a charge é claramente metafórica.

>> saiba mais

Metáfora x comparação

É comum que se estabeleça uma distinção entre a metáfora e a figura de linguagem conhecida como comparação. A ideia é a de que, se acrescentarmos a uma metáfora um conectivo comparativo, ela deixa de ser uma metáfora e se torna uma comparação. Assim:

O vírus é um sequestrador → *Metáfora*

O vírus é como / tipo / que nem / feito um sequestrador → *Comparação*

No segundo exemplo, os elementos sublinhados são conectivos comparativos; logo, diremos que ele exemplifica a figura de linguagem comparação. Mas a verdade é que o mecanismo subjacente é idêntico ao da metáfora: trata-se da projeção de um atributo de um Elemento A para um Elemento B.

Metonímia

A *metonímia* consiste na *substituição textual de um Elemento A por um Elemento B a ele relacionado*. Para entender essa ideia, imagine que alguém, vendo um jogo de futebol, solte o seguinte comentário:

O Flamengo não está correndo muito.

Literalmente, o Flamengo é uma pessoa jurídica: uma agremiação poliesportiva sediada no Rio de Janeiro. Como tal, evidentemente, ele não é capaz de correr. Sendo assim, é claro que o autor dessa frase não está se referindo propriamente ao Flamengo, mas, sim, aos jogadores do time de futebol do Flamengo. Ao usar um termo (“Flamengo”) para se referir a uma entidade diferente, porém relacionada (os jogadores de futebol do Flamengo), o falante está realizando o processo de substituição conhecido como *metonímia*.

Em português claro: temos uma metonímia quando queremos falar da Entidade A, mas, em vez de usarmos o termo que se refere diretamente a ela, usamos um que se refere a uma Entidade B, a qual tem relação com A. No exemplo anterior, queríamos falar da entidade JOGADORES DO TIME DE FUTEBOL DO FLAMENGO, no entanto, em vez de usarmos a expressão linguística “jogadores do time de futebol do Flamengo”, usamos a palavra “Flamengo” (que, literalmente, descreve uma pessoa jurídica). Esse processo de substituição é o que nós chamamos de *metonímia*.

Em gramáticas e livros didáticos, é comum que sejam apresentadas listas dos tipos de substituições possíveis em uma metonímia. Por exemplo: *autor pela obra* (“Eu li *Clarice Lispector*”), *parte pelo todo* (“Precisamos de mais *braços* para essa obra”), *causa pelo efeito* (“Comprei esse carro com o *suor* do meu rosto”) e por aí vai. Em todos esses casos, há uma substituição metonímica: para falar dos *textos* de Clarice Lispector (Elemento A), eu me refiro textualmente à pessoa que escreveu esses textos (*Clarice Lispector*, o Elemento B); para falar da *pessoa como um todo* (Elemento A), eu me refiro textualmente a uma parte dela (os *braços*, Elemento B); para falar do meu *esforço laboral* (Elemento A), eu me refiro ao efeito produzido por esse esforço (o *suor*, Elemento B).

A verdade, porém, é que essas listas de substituições metonímicas não são muito úteis, e por um motivo claro: é simplesmente inviável listar todas as substituições possíveis. Afinal, em uma metonímia, *qualquer coisa* pode ser substituída por *qualquer outra coisa*, com a única condição de que os dois elementos estejam relacionados. Por exemplo, se duas pessoas estiverem conversando a caminho de seus carros em um estacionamento, uma pode perguntar para a outra: “Onde *você* está?”. Obviamente, o que esse falante quer saber não é onde o interlocutor está, mas, sim, onde o carro do interlocutor se encontra. Ou seja, essa pessoa, em sua pergunta, mencionou textualmente o *motorista* (“*você*”) para fazer referência ao *veículo*. Metonímia.

E tem mais: assim como a metáfora, a metonímia também pode aparecer em textos multimodais. A título de exemplo, veja o texto a seguir, presente na capa da edição de novembro de 2013 da revista *Vida Simples*:



Figura 8.4: Capa de revista com metonímia. Fonte: <http://www.livrosechocolatequente.com.br/2013/12/virando-pagina-revista-vida-simples.html>. Acesso em: 8 out. 2021.

Vamos nos concentrar na chamada da reportagem principal, cujo título “Envelheça bem” é seguido por um breve texto (“O que fazer hoje para chegar bem lá na frente e, assim, desfrutar o melhor da vida”) e pela imagem de uma rolha. O interessante dessa chamada é que ela envolve tanto processos metafóricos quanto operações metonímicas. Vejamos.

Ao sugerir que as pessoas podem envelhecer bem e exibir a imagem de uma rolha, a revista realiza, implicitamente, uma aproximação entre seres humanos e vinhos – logo, aqui temos uma metáfora. Mas observe que não está presente nem a palavra “vinho”, nem a imagem de uma garrafa de vinho – tudo o que vemos é uma rolha. Portanto, a rolha é usada de forma explícita (Elemento B) para representar o que de fato se quer evocar, isto é, o vinho (Elemento A). Ou seja: metonímia.

>> saiba mais

Personificação

Talvez você já tenha ouvido falar de uma figura de linguagem chamada de personificação (ou prosopopeia): trata-se da atribuição de propriedades humanas a seres não humanos. Por exemplo, quando dizemos “O Brasil está andando para trás”, estamos atribuindo a uma entidade não humana (o Brasil) uma propriedade humana (a capacidade de andar). Estamos, portanto, recorrendo a uma personificação.

Note, porém, que toda personificação é, no fundo, ou uma metáfora ou uma metonímia. Observe:

O Flamengo deu dez chutes a gol durante o jogo.

Com o vento, os galhos da árvore me davam adeus.

No primeiro caso, o Flamengo (que, como já vimos, é uma entidade jurídica, e não um ser vivo) é personificado, porque se atribui a ele a capacidade de chutar a gol. No segundo, os galhos da árvore são personificados, porque se atribui a eles a capacidade de dar adeus.

Nos dois exemplos, portanto, temos personificação. Mas, em cada caso, ela tem origens diferentes: no primeiro, ela decorre de uma metonímia (o conceito de JOGADORES DO TIME DE FUTEBOL DO FLAMENGO é substituído textualmente por “Flamengo”); no segundo, decorre de uma metáfora (uma propriedade do ser humano, Elemento A, é projetada para a árvore, Elemento B).

Antítese

A antítese consiste na aproximação de ideias opostas para a estruturação de um texto. Por exemplo, as três frases a seguir são montadas a partir de antíteses:

Seu sonho pode virar realidade.

Depois da tempestade, vem a bonança.

Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Em todos os casos, o enunciado está organizado a partir de uma ou mais oposições básicas: “sonho” x “realidade”; “tempestade” (metáfora para momentos estressantes da vida) x “bonança” (metáfora para momentos de tranquilidade); “manda” x “obedece” e “quem pode” (autoridade) x “quem tem juízo” (subordinado). Todos esses enunciados exemplificam, portanto, o recurso da antítese.

Mas a verdade é que essas frases não são particularmente criativas. As peças publicitárias a seguir, por sua vez, ilustram usos mais interessantes dessa figura de linguagem.



Figura 8.5: Peça publicitária baseada em antítese. Fonte: <http://www.putasacada.com.br/veja-indispensavel-almabbbdo/>. Acesso em: 8 out. 2021.



Figura 8.6: Peça publicitária baseada em antítese. Fonte: <http://www.putasacada.com.br/veja-indispensavel-almabbbdo/>. Acesso em: 8 out. 2021.

Esses dois anúncios apresentam textos bastante expressivos: ao lê-los, somos tomados pela sensação de que eles são uma “boa sacada”. Parte dessa expressividade vem do emprego da antítese.

Vejamos. No primeiro caso, ela reside na oposição entre “mal contadas” e “bem escritas”: a expressão “histórias mal contadas” faz referência a acontecimentos escusos, tipicamente envolvendo figuras da política nacional, ao passo que “reportagens bem escritas” é uma referência à alegada qualidade dos textos da revista. Ao montar sua frase a partir da oposição entre algo negativo (“mal”) e algo positivo (“bem”), o redator consegue conferir expressividade ao texto.

Mas, verdade seja dita, a antítese não é a única responsável por esse efeito. Outro ponto importante é que “história mal contada” é uma expressão idiomática do português: ela não significa exatamente “história contada de modo ruim”, e sim “relato ou justificativa suspeita”. O que acontece aqui é que, no momento em que essa expressão é juxtaposta a “reportagens muito bem escritas”, seu sentido literal (o de “história contada de modo ruim”) é reavivado, o que contribui para o efeito de surpresa que o texto provoca no leitor.

O segundo exemplo é bem semelhante. Aqui, a oposição – isto é, a antítese – se dá entre “bate” e “apanha”. Mas, claro, o “bater” de “bater papo” não é o mesmo de “Os pais não podem bater nos filhos”. O que ocorre, então, é o seguinte: ao criar, por meio de uma antítese, uma oposição entre “bate” e “apanha”, o redator do anúncio evoca um outro sentido do verbo “bater”: aquele que tem a ver com agressão física. Isso, por sua vez, traz à tona uma metáfora segundo a qual o bate-papo – aquela conversa informal entre duas ou mais pessoas – é concebido como uma luta, em que o mais bem informado vence (bate) e o mais mal informado perde (apanha). Todos esses sentidos, evocados por uma frase curta, são usados para argumentar que o leitor do anúncio deve comprar a revista *Veja*, a fim de ficar bem informado e bater (em vez de apanhar) em um bate-papo.

>> *saiba mais*

Paradoxo

O paradoxo é uma espécie de “antítese radical”, levada ao extremo. A antítese coloca lado a lado ideias opostas (dia x noite; sonho x realidade; bater x apanhar etc.) sem, com isso, produzir uma incongruência lógica (não há nada de ilógico em “gosto do dia, mas amo a noite”). No paradoxo, por sua vez, a aproximação de ideias contrárias produz uma incongruência lógica.

Por exemplo: suponha que, em vez de dizer, “gosto do dia, mas amo a noite”, alguém dissesse “agora está de dia e de noite ao mesmo tempo”. Ora, de um ponto de vista estritamente lógico, isso é impossível: ou a sua região do planeta está recebendo raios de sol diretamente, ou não está. Então, quando alguém diz “agora está de dia e de noite ao mesmo tempo”, a pessoa está indo além de simplesmente aproximar os contrários (dia x noite): ela está produzindo, com essa aproximação, algo logicamente impossível.

É claro que, na prática, os interlocutores farão um esforço mental para atribuir significado às frases paradoxais. Por exemplo, talvez o falante esteja dizendo que é dia no mundo mas noite (metaforicamente) na sua alma ou no seu coração. De todo modo, o fato é que a frase “agora está de dia e de noite ao mesmo tempo”, embora seja interpretável, exhibe um paradoxo – uma vez que, nesse caso, a aproximação dos contrários resulta em uma impossibilidade lógica.

Ironia

A ironia consiste em dizer, de forma explícita, o contrário daquilo em que se acredita. Por exemplo, suponha que alguém diga a seguinte frase:

Vou me mudar para Júpiter; assim, não preciso lidar com a política brasileira.

Nesse enunciado, o falante, a fim de enfatizar o absurdo da situação política brasileira, declarou, explicitamente, um plano (mudar-se para Júpiter) que não corresponde a sua real intenção (ficar onde está). Logo, ele foi irônico – ou, em outras palavras, recorreu à figura de linguagem

conhecida como *ironia*. A verdade é que todos nós conhecemos bem esse recurso. Tanto que, mesmo antes de estudarmos sistematicamente as figuras de linguagem na escola, poderíamos responder da seguinte forma ao comentário engraçadinho: “Para de ser irônico e faz alguma coisa para mudar a situação”.

Apenas para fixar bem o conceito de ironia, veja, aqui, mais dois exemplos:

Você estudou tanto que tirou zero na prova.

Que belo papel ele fez ficando bêbado e xingando todo mundo.

No primeiro caso, o falante diz, explicitamente, que seu interlocutor estudou muito – mas, na continuação, fica claro que, em sua opinião, as horas de estudo foram insuficientes. No segundo, o falante diz, explicitamente, que seu interlocutor fez um “belo papel” – mas, na continuação, fica claro que, em sua opinião, o comportamento do ouvinte foi vexaminoso. Em ambos os casos, portanto, o falante disse uma coisa (“estudou tanto”, “belo papel”) querendo dizer o contrário. Ou seja: ironia.

Por expressar uma atitude debochada, a ironia pode ser uma estratégia argumentativa poderosa: ela tem o poder de ridicularizar o oponente e, conseqüentemente, a tese defendida por ele. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de uma estratégia virulenta, agressiva, que pode repercutir negativamente sobre a imagem do argumentador. Veja aqui um exemplo de uso argumentativo da ironia:

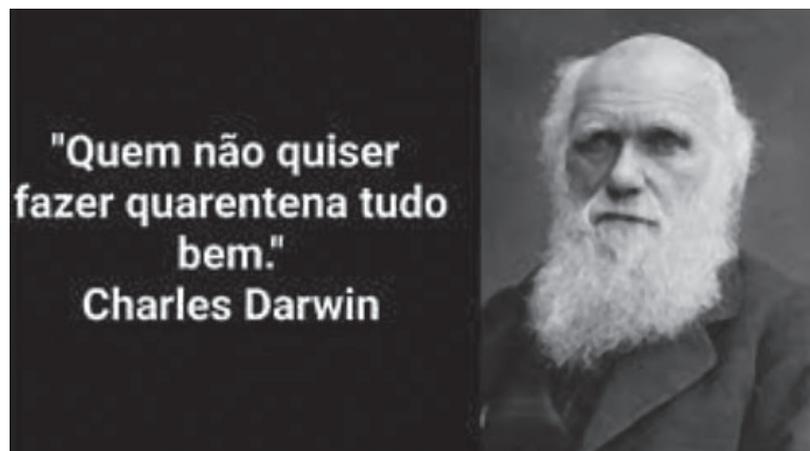


Figura 8.7: Meme com enunciado irônico. Fonte: <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2020/04/02/memes-a-soltam-aliviam-tensao-durante-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 2 jul. 2020.

O meme presente na **Figura 8.7** circulou na internet durante o período de isolamento social provocado pela disseminação da doença Covid-19. Literalmente (isto é, explicitamente), o que está sendo dito é que o leitor pode sair de casa sem sofrer conseqüências negativas. No entanto, outros elementos textuais, juntamente com nosso conhecimento de mundo, mostram que a intenção é expressar uma ideia contrária: a de que “não fazer quarentena” é uma ameaça à vida do indivíduo.

Como chegamos a essa interpretação? Pelo fato de a fala ser atribuída (de brincadeira, é claro) a Charles Darwin e por nosso conhecimento sobre a Teoria da Evolução – a ideia, em linhas gerais, de que apenas os indivíduos mais adaptados ao meio irão sobreviver e passar seus genes adiante. Juntando todas essas informações, chegamos ao seguinte raciocínio: o Darwin fictício está afirmando o contrário do que acredita e está fazendo isso porque sabe (graças a sua própria teoria) que os mais inteligentes entenderão a ironia e ficarão em casa, ao passo que os menos inteligentes irão sair de casa e poderão morrer – o que, então, comprovaria sua teoria.

Sim: é mórbido e, para muitos, agressivo. Esse é, precisamente, o problema da ironia como recurso argumentativo: embora possa ser eficiente para desmoralizar o adversário, ela também pode prejudicar a imagem do próprio argumentador, que tenderá a ser visto como uma pessoa cínica e violenta.

Aliteração

A *aliteração* consiste na *repetição de um som consonantal, com o objetivo de criar efeitos expressivos*. Como se observa, diferentemente das estratégias estudadas até aqui, essa figura de linguagem tem a ver, em primeiro lugar, com a dimensão *sonora* da língua, e apenas de forma secundária com o significado.

Precisamente por isso, trata-se de um recurso muito usado em poemas e letras de músicas. Como exemplo, veja este trecho da letra de “Lavadeira do rio”, música de autoria de Lenine:

Mas corra pra beira da praia
 Veja a espuma brilhar
 Ouça o barulho brávio
 Das ondas que batem
 Na beira do mar

(LAVADEIRA..., 2003-2021).

O primeiro ponto a se observar é a repetição do som consonantal “b” na segunda estrofe: “beira”, “brilhar”, “barulho”, “brávio”, “batem” e “beira” de novo. Evidentemente, isso não pode ser obra do acaso: o autor *poderia* ter escolhido palavras diferentes para compor o texto, mas preferiu selecionar, estrategicamente, uma série de palavras que se iniciam por “b”. Mas isso não é tudo: o mais interessante é que a repetição do “b” simula o som das ondas estourando, uma atrás da outra, “na beira do mar”. Ou seja: um elemento sonoro reforça um aspecto do significado do texto.

Algo bem semelhante pode ser observado na seguinte passagem da música “O pingo e a pinga”, de Antônio Almeida e Pedro Caetano:

O pingo pinga
Mas a pinga é diferente
Porque o pingo é muito frio
E a pinga é muito quente
(O PINGO..., 2011).

Nesse exemplo, o trocadilho entre as palavras “pingo” e “pinga” (esta última como forma do verbo “pingar” e como substantivo, sinônimo de cachaça) leva à repetição insistente da consoante “p”. Essa repetição – que, em si mesma, configura uma aliteração – produz um efeito expressivo semelhante ao do exemplo anterior, na medida em que evoca o próprio som produzido pelo pingo.

Assonância

A *assonância* consiste na *repetição de um som vocálico, com o objetivo de criar efeitos expressivos*. Em outras palavras, se a aliteração envolvia a repetição de uma consoante, a assonância envolve a repetição de uma vogal. Como exemplo, veja um trecho da letra de “A foto da capa”, música de Chico Buarque:

O retrato do artista quando moço
Não é promissora, cândida pintura
É a figura do larápio rastaquera
Numa foto que não era para capa
Uma pose para câmera tão dura
Cujo foco toda lírica solapa

Era rala a luz naquele calabouço
Do talento a claraboia se tampara
E o poeta que ele sempre se soubera
Claramente não mirava algum futuro
Vía o tira da sinistra que rosnara
E o fotógrafo frontal batendo a chapa
(A FOTO..., 2003-2021).

A letra descreve o momento em que um artista, detido pelas forças policiais, posa para tirar a foto que irá constar em sua ficha criminal. Do ponto de vista sonoro, o que chama a atenção nela é a repetição obsessiva da vogal “a” em posição tônica: “retrato”, “laráapio”, “para”, “capa” etc. Uma frequência tão elevada de vogais “a” tônicas sugere que essa repetição não é casual: ela resulta de esforço consciente.

Mas por que isso? Para chegarmos a uma explicação, note, primeiro, que a letra descreve um lugar escuro e sufocante, o que é tanto afirmado de modo literal (“Era *rala a luz* naquele *calabouço*”) quanto sugerido por meio de metáforas (“Do talento a claraboia se tampara”). E todos nós sabemos que, em um cenário como esse, o *flash* da máquina fotográfica produz um clarão, iluminando o ambiente de modo breve e intenso.

Muito bem: o “a” é o que se chama, tecnicamente, de uma *vogal aberta* (literalmente, porque você precisa abrir bem a boca para pronunciá-la). Na música, a repetição insistente dessa vogal parece evocar o clarão intenso do *flash*, a luz “chapada” que ilumina rapidamente o ambiente sombrio. Pense conosco: sons produzidos com a boca mais fechada, como “u”, evocam ambientes sufocantes e escuros, ao passo que sons como “a” produzem associações com a ideia de amplidão, claridade e luminosidade. Como a música trata de uma foto tirada num ambiente escuro, a repetição do “a” parece reforçar o clarão muito intenso que, por um breve momento, ilumina o ambiente.

Moral da história: assim como nos exemplos de aliteração, também aqui temos um elemento sonoro reforçando um aspecto do significado do texto.

Resumo

Nesta unidade, você aprendeu o que são *figuras de linguagem* e estudou, primariamente, seis delas: a metáfora, a metonímia, a ironia, a antítese, a aliteração e a assonância. Além disso, conheceu outras figuras relacionadas a algumas dessas seis (a comparação, a personificação e o paradoxo). Nesse processo, viu de que maneira o estudo das figuras de linguagem pode contribuir para a tarefa de analisar e interpretar um texto.

Atividade

A seguir, você verá um meme que circulou pela internet no ano de 2020. Na época, início da pandemia de Covid-19, discutia-se se o Brasil deveria adotar medidas de isolamento social, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais e de serviços. De um lado, alguns defendiam essas iniciativas e sustentavam sua importância para salvar vidas; de outro, certos grupos se colocavam contra essas medidas, sob o argumento de que seriam nocivas para a economia.

O meme que você vê a seguir é um texto argumentativo multimodal que se insere nesse debate.



Figura 8.8: Meme argumentativo. Fonte: https://twitter.com/Floriano_12/status/1247239218486816775/photo/1. Acesso em: 2 jul. 2020.

Sua tarefa agora é produzir uma breve análise desse meme, levando em conta as seguintes questões: (i) qual é a tese defendida no texto?; (ii) qual é o argumento utilizado para defendê-la?; (iii) qual é a estratégia argumentativa utilizada?; e (iv) que figura de linguagem é empregada como recurso para fortalecer a argumentação?

Resposta comentada

O meme representa a seguinte cena: um grupo de dinossauros testemunha a queda de um meteoro e um deles manifesta sua preocupação com o fato de que ele poderá “foder a economia”. Mobilizando nosso conhecimento de mundo (neste caso, nosso saber de que os dinossauros foram extintos por um meteoro que colidiu com a Terra), percebemos que essa preocupação é absurda: diante de uma ameaça desse porte, o dinossauro deveria estar preocupado com sua vida, e não com a economia. Com isso, no contexto do debate público mencionado no enunciado da atividade, compreendemos que o meme procura passar a seguinte mensagem: a ameaça da Covid-19 é tão grave que deveríamos, primeiro, nos preocupar em “salvar nossa pele”, o que implica ignorar, por algum tempo, os problemas econômicos.

Diante dessa análise, é possível formular a tese e o argumento apresentados no meme. A tese é a de que *as medidas de fechamento da economia devem ser colocadas em prática*, e o argumento é o de que *a vida é mais importante que a economia*. Para sustentar esse argumento, o meme se vale da estratégia conhecida como *redução ao absurdo*. Vejamos.

Como você já estudou, a redução ao absurdo é um tipo de *contra-argumentação*; isto é, trata-se de uma estratégia usada para *desmontar* os argumentos do oponente. No meme, um desses argumentos é colocado na boca de um dinossauro: consiste na ideia de que *a preocupação com a economia é mais importante que a preocupação com a própria vida*. Quando dita pelo membro de uma espécie que está a poucos segundos de ser inteiramente extinta, essa ideia soa imediatamente ridícula – afinal, como é possível ter uma economia pujante se todos os agentes econômicos estiverem mortos? O que o meme faz, portanto, é tomar como ponto de partida a tese e o argumento rivais (“medidas de isolamento social prejudicam a economia e,

por isso, não devem ser colocadas em prática mesmo numa situação de risco de vida”), levar essa tese ao extremo (se é assim, dinossauros deveriam se preocupar com a economia mesmo diante do risco de extinção da espécie) e, com isso, evidenciar seu ridículo, invalidando-a. É precisamente esse o mecanismo de funcionamento da *redução ao absurdo*.

Note, porém, que o meme não representa humanos ou vírus, e sim dinossauros e um meteoro. Ou seja, ele propõe uma aproximação entre duas situações que, objetivamente, são muito distintas: os dinossauros diante da ameaça de um meteoro e os humanos diante da ameaça de um coronavírus. Nessa aproximação, o meme projeta uma característica inventada do comportamento dos dinossauros (a falta de preocupação com a extinção da própria espécie) sobre os seres humanos (a falta de preocupação com a vida dos membros da espécie). E, como você já sabe, essa aproximação entre cenários distintos com base na identificação de uma propriedade comum consiste naquilo que nós chamamos de *metáfora*.

Nosso objetivo, porém, não é, simplesmente, identificar no texto a ocorrência de uma metáfora – o que queremos, isso sim, é entender a *função* que essa metáfora desempenha na construção da argumentação.

Aqui, a aproximação sugerida pela metáfora passa um recado bem direto: o comportamento dos humanos que se dizem contrários ao isolamento social em uma pandemia é tão razoável quanto o de dinossauros hipotéticos que demonstrassem preocupação com a economia num momento em que a espécie estivesse à beira da extinção – ou seja, nada razoável. É por veicular, implicitamente, esse raciocínio – graças a uma metáfora combinada com a estratégia de redução ao absurdo – que esse meme se mostra argumentativamente tão poderoso.

Referências

A FOTO da capa. Intérprete: Chico Buarque. Compositor: Chico Buarque. *In*: LETRAS. Belo Horizonte, 2003-2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/85756/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

KAZ, Roberto. Uma biografia improvável: o que são vírus – esses parasitas que nos deram nada menos que 8% do nosso DNA. *Piauí*, São Paulo, n. 164, maio 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/uma-biografia-improvavel/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

LAVADEIRA do rio. Intérprete: Lenine. Compositores: Bráulio Tavares e Lenine. *In*: LETRAS. Belo Horizonte, 2003-2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/lenine/173402/>. Acesso em: 2 jul. 2020.

O PINGO e a pinga. Compositores: Pedro Caetano e Antônio Almeida. *In*: VERMUTE com Amendoim. 2011. Disponível em: <http://vermutecomamendoim.blogspot.com/2011/02/o-pingo-e-pinga.html>. Acesso em: 11 jul. 2020.

Linguagem e sociedade: variação linguística e identidade social

09

meta

Apresentar a dimensão social da linguagem, em sua relação com a estrutura social e com a identidade do falante.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- conhecer diferentes fatores que condicionam a variação linguística;
- compreender o conceito de preconceito linguístico;
- compreender o papel do uso linguístico na construção da identidade social;
- aplicar os conceitos estudados na análise de textos, com foco sobre a construção de sentidos.

Introdução

Todo mundo fala da mesma maneira?

Pense rapidamente: todas as pessoas que você conhece falam da mesma maneira? Sua forma de se expressar é igual à de seus pais, avós ou, quem sabe, seus filhos? Amigos e familiares que moram em outra cidade ou estado falam da mesma maneira que você? Seus conhecidos que tiveram mais acesso ao ensino formal (digamos, aqueles que chegaram a ir para a universidade) falam da mesma maneira que aqueles menos escolarizados (digamos, os que cursaram apenas o Ensino Fundamental)?

Certamente, sua resposta para todas as perguntas anteriores foi “não”. No fundo, todo mundo sabe que *pessoas diferentes falam de forma diferente*. Isso equivale a dizer, em outras palavras, que *a língua portuguesa não é homogênea, e sim variável*, ou seja, não existe apenas um português, mas diferentes maneiras de falar essa língua – a do Sul, a do Sudeste, a do Norte etc.; a das pessoas mais a jovens e a dos mais idosos; a dos graduados e a dos analfabetos, e por aí vai.

E atenção: isso não vale só para o português – a variação é inerente a qualquer língua natural humana. Talvez você mesmo já tenha notado que o inglês dos Estados Unidos não é igual ao inglês da Inglaterra (ou da Índia, da África do Sul, do Canadá...) e que o espanhol falado na Espanha é bem diferente daquele falado na Bolívia (ou na Argentina, ou na Colômbia, e por aí vai). A moral da história aqui é simples: *nenhuma língua é homogênea, isto é, toda língua varia*.

Nesta unidade, estamos interessados em estudar essa variação. Especificamente, tentaremos responder a duas perguntas: (i) por que uma língua varia?; (ii) de que maneira essa variação está ligada à identidade dos falantes?

Evidentemente, vamos nos concentrar, aqui, em exemplos da língua portuguesa – mas lembre-se, sempre, de que a variação é inerente às línguas humanas de modo geral, e não apenas ao português.

Por que as línguas variam?

Considere as seguintes situações: (i) uma pessoa usa a palavra “mexerica”, ao passo que outra prefere “bergamota”; (ii) uma pessoa diz “os livros” e “os meninos”, enquanto outra usa “os livro” e “os menino”; (iii) uma pessoa usa muito o pronome “nós” (“nós fizemos”, “nós fomos” etc.), enquanto outra prefere o pronome “a gente” (“a gente fez”, “a gente foi” etc.); (iv) uma pessoa usa a palavra “lindésimo”, enquanto outra prefere “lindão”; (v) um mesmo sujeito, em diferentes momentos do dia, ora agradece com “Muitíssimo obrigado”, ora usa “Valeu!”.

O que todos esses casos têm em comum? Fácil: todos eles ilustram o fenômeno da variação linguística, isto é, o fato de que as línguas são heterogêneas, diversificadas. E o que eles têm de diferente? Essa pergunta é um pouco mais difícil, mas observe o seguinte: em cada um desses exemplos, *a variação está ligada a fatores sociais diferentes*. Como assim? Vamos entender.

Pense na variação entre “mexerica” e “bergamota”: claramente, ela tem a ver com a *região geográfica* onde o falante mora (ou onde foi criado). Isso significa que o fator que define qual forma a pessoa vai usar parece ser o local do país onde ela vive. De fato, no estado do Rio Grande do Sul, muita gente usa “bergamota” e quase ninguém fala “mexerica”. Já no estado do Rio de Janeiro, a situação se inverte: “mexerica” é bastante usual e “bergamota” é virtualmente inexistente.

Passando, no entanto, para o próximo caso – “os livros” e “os meninos” x “os livro” e “os menino” –, vemos que, aqui, a variação não parece ter diretamente a ver com região geográfica. De fato, em todos os cantos do país, é possível ouvir pessoas falando de um jeito ou de outro. Na verdade, o que está em jogo nesse caso é o *grau de escolarização* do falante: independentemente de onde essa pessoa viva, ela terá maior propensão a usar “os meninos” quanto maior for seu nível de escolaridade (e maior propensão a usar “os menino” quanto menor esse nível).

Agora passemos à situação (iii) – a variação entre os pronomes “nós” e “a gente”. Aqui, um fator que parece ser muito importante é a *idade* do falante: de modo geral, pessoas mais velhas têm mais tendência a usar o “nós” do que indivíduos jovens (e, inversamente, claro, pessoas jovens tendem a usar mais o “a gente” do que idosos). Isso acrescenta um terceiro à nossa lista de fatores sociais que condicionam a variação linguística: a *faixa etária* do falante. Mas não para por aí. Sigamos.

Considere, agora, a alternância entre “bonitíssimo” e “bonitão”. Talvez, intuitivamente, você associe palavras como “bonitíssimo” (e outras com esse mesmo sufixo, como “lindésimo”) a falantes que se identificam com o gênero feminino, e palavras como “bonitão” (e outras com o mesmo sufixo, como “lindão”) a falantes que se identificam com o gênero masculino. Isso mostra mais um fator de natureza social que condiciona a variação linguística: o *gênero* do falante.

Passemos, então, para o último caso – aquele em que uma mesma pessoa ora diz “Muitíssimo obrigado”, ora recorre a um simples “Valeu!”. Nesse caso, o que está em jogo não é nenhum dos fatores que mencionamos aqui – não se trata de uma variação condicionada por região geográfica, grau de escolarização, idade ou gênero social. Na verdade, o que importa aqui é a *situação comunicativa* em que o falante está inserido. Isto é: um mesmo falante pode usar “Muitíssimo obrigado” numa situação mais formal (por exemplo, um *e-mail* de trabalho) e preferir um simples “Valeu!” em um contexto informal (por exemplo, ao receber o troco do pagamento pelo pão em uma padaria).

Moral da história: pelo menos cinco fatores sociais diferentes estão associados à variação linguística. Dito de outra maneira, a língua pode variar em função de, pelo menos, cinco parâmetros: região geográfica, grau de escolarização, faixa etária, gênero social e situação comunicativa. Vamos resumir tudo isso no quadro a seguir:

Quadro 9.1: Fatores sociais que condicionam a variação linguística

FATOR SOCIAL	EXEMPLO
Região geográfica	“mexerica” x “bergamota”
Grau de escolarização	“os meninos” x “os menino”
Faixa etária	“nós” x “a gente”
Gênero	“bonitíssimo” x “bonitão”
Situação comunicativa	“Muitíssimo obrigado” x “Valeu!”

Neste ponto, vale fazer uma ressalva: esses que mostramos não são os únicos fatores sociais que condicionam a variação linguística – muitos outros poderiam ser acrescentados a essa lista, como *nível socioeconômico* e *profissão*, por exemplo. Mas isso não importa, porque, aqui, não queremos que você perca seu tempo decorando listas de parâmetros sociais que fazem a língua variar – isso seria bem pouco útil, inclusive para os exames de vestibular e para o Enem.

No fim das contas, o importante mesmo é que você entenda as seguintes ideias: (i) a língua é variável, e não homogênea; (ii) essa variação é condicionada por certos fatores sociais (como região geográfica, grau de escolarização, idade, gênero, situação comunicativa, entre outros); (iii) como resultado, é possível identificar formas de falar características de diferentes grupos sociais – por exemplo: a forma de se expressar das pessoas do gênero feminino da cidade do Rio de Janeiro; a forma de se expressar das pessoas entre 30 e 40 anos com Ensino Médio completo; a forma de se expressar dos moradores de Nova Friburgo com 60 anos ou mais etc.

>> saiba mais

Linguagem e preconceito

Como você já aprendeu, grupos sociais diferentes tendem a se expressar de formas diferentes. Tecnicamente, diremos que o modo de falar próprio de determinado grupo social é chamado de variedade. Assim, podemos citar a variedade dos falantes com Ensino Fundamental completo do estado do Rio de Janeiro, a variedade dos falantes entre 16 e 29 anos da cidade de Teresópolis, e por aí vai.

De maneira geral, as variedades dos falantes mais pobres e menos escolarizados tendem a sofrer estigma social. Isso significa que usos como “brusa”, “eles foi” e “os menino tudo” tendem a ser avaliados negativamente – e, conseqüentemente, percebidos como “errados”, “feios” e “inferiores”. O mais cruel é que essa avaliação é transferida para os falantes, o que significa que os próprios usuários dessas formas passam a ser julgados como inferiores ou incapazes.

Mas muito cuidado: esse tipo de avaliação social não tem nenhuma base linguística. Isto é, não existe nenhuma razão gramatical ou comunicativa para que “brusa” seja considerado melhor que “brusa” ou para que “eles foi” seja considerado melhor que “eles foram”. É por isso que julgamentos como esse não passam de um tipo específico de preconceito: o linguístico.

Em termos simples, o preconceito linguístico é a atitude de inferiorizar certos usos da língua e, como consequência, justificar a exclusão de seus usuários das esferas de poder. Naturalmente, trata-se de uma atitude inaceitável, na medida em que serve apenas para manter as estruturas sociais inalteradas, em um esforço para justificar ou legitimar desigualdades.

Como “vender uma imagem” usando a língua?

Até aqui, passamos a ideia de que a forma de falar de uma pessoa é o *reflexo* de sua identidade social. Em outras palavras, se você é do gênero feminino, de meia idade e moradora do interior do Sergipe, tenderá a falar de um jeito; se é do gênero masculino, adolescente e morador da cidade do Rio de Janeiro, tenderá a falar de outro jeito, e assim por diante.

Mas existe uma outra maneira, igualmente válida, de pensar sobre a variação linguística. Em vez de imaginar que a fala de cada pessoa *reflete* sua identidade social (jovem ou idoso; nortista ou sulista etc.), podemos pensar que nós *usamos a língua de maneira estratégica*, a fim de “vender determinada imagem” para nosso interlocutor.

Para explicar isso melhor, consideremos um exemplo. Sabe-se que pessoas mais velhas tendem a usar mais o pronome “nós” do que as mais jovens. Mas imagine que um homem de 60 anos esteja concorrendo a um cargo em uma empresa que prefere preencher seu quadro de

funcionários com adultos jovens, tendendo a recusar o emprego aos mais velhos. Nesse caso, o homem de 60 anos poderia, na entrevista de emprego, usar com muita frequência o pronome “a gente” (mesmo que inconscientemente), a fim de “vender uma imagem” de pessoa jovial (ainda que ele não seja, literalmente, jovem).

É evidente que o contrário também pode acontecer: ao “forçar a mão” no emprego do pronome “nós” (deixando um pouco de lado o “a gente”), um jovem pode “vender uma imagem” de uma pessoa séria e comprometida (como, segundo o estereótipo, são as pessoas mais maduras), e não displicente e inconsequente (como, de acordo com o estereótipo, são as pessoas jovens). A lógica é exatamente a mesma: as formas linguísticas que usamos ajudam a *construir* – para o outro – a nossa identidade. Nesse caso, a imagem positiva terá sido “vendida” graças à escolha (consciente ou não) de um pronome pessoal do caso reto.

É claro que essa lógica não se aplica apenas à faixa etária. Pense, por exemplo, em uma mulher identificada com o gênero feminino que precise liderar uma equipe de homens identificados com o gênero masculino. Nessa situação, talvez ela evite certas marcas estereotípicas da fala feminina, como o sufixo diminutivo -inho (“bonitinho”) ou o sufixo superlativo -érrimo (“bonitérrimo”), e dê preferência a usos mais neutros (como “muito bonito”). Isso porque, na percepção de algumas pessoas, o sufixo -inho pode conferir a seu usuário uma ideia de fragilidade, ao passo que -érrimo pode transmitir uma imagem de futilidade. Mais do que isso: muitos sentem que esses dois valores sociais, talvez por estarem associados a estereótipos de feminilidade, seriam incompatíveis com posições de liderança. É claro que essa percepção não passa de preconceito – mas o ponto aqui é que a escolha de formas mais neutras pode ajudar a criar, na percepção de alguns interlocutores, certa aura de profissionalismo e seriedade.

Em resumo, a moral da história é a seguinte: a linguagem pode ser usada para projetar uma identidade em uma situação de interação social, isto é, assim como a roupa e o corte de cabelo, também as formas linguísticas são um modo de mostrar ao outro como nós queremos ser vistos. Ao escolher determinadas formas em detrimento de outras, eu comunico, implicitamente, que desejo ser visto como uma pessoa jovial e extrovertida, ou madura e experiente, ou séria e profissional, e assim por diante.

Variação linguística e prática de leitura: um exemplo

Nas provas de vestibular, e, em particular, no Enem, é comum que o tema da variação linguística seja explorado a partir da análise e interpretação de textos reais (como letras de músicas, poemas, trechos de contos ou romances, peças publicitárias etc.). Vejamos, então, como desenvolver uma análise desse tipo a partir da letra da música “Seu Barbosa”, de autoria do compositor e biólogo Paulo Vanzolini:

Seu Barbosa

Ô, Seu Barbosa, nós era dois casado certo
 Morando num bairro longe, mas passando ônibus perto
 Uma vista tão linda de cima do nosso morro
 E as crianças precisando de um pronto-socorro
 (Só uma hora dali)
 Eu e Marli vivia satisfeito
 O que fizeram com nós, seu Barbosa, não está direito

O pivô do enguiço foi um gato
 Pertencente a cidadão, por nome de Rubinato
 O miau sumiu, ele botou o dedo ni mim
 Só porque me viu encourando um tamborim

Foi na delegacia, se acertou com o escrivão
 Já no outro dia recebi intimação
 Mas eu vou lá, quem não deve não dá bola
 Eu provo que o tamborim eu fiz com o gato da espanhola

Seu Rubinato, vou lhe dar um bom conselho:
 Você arranja outro gato e a Marli lhe ensina a fazer coelho.

(SEU BARBOSA, 2003-2021).

De imediato, essa letra chama a atenção pelo emprego de formas linguísticas que se afastam daquilo que é prescrito pelas gramáticas do português.

Vamos listá-las: a concordância verbal em “nós era” (as gramáticas prescrevem “nós éramos”), as concordâncias verbal e nominal em “Eu e Marli vivia satisfeito” (as gramáticas prescrevem “Eu e Marli vivíamos satisfeitos”), a forma pronominal “com nós” (as gramáticas prescrevem “conosco”) e a preposição “ni”, em “ni mim” (as gramáticas prescrevem “em mim”).

Como você deve imaginar, usos como esses estão relacionados a um dos fatores sociais que nós estudamos nesta unidade: o grau de escolarização do falante. Especificamente, todos eles sugerem que se trata de falantes com pouca ou nenhuma educação formal: afinal, pessoas menos escolarizadas têm mais tendência a falar “nós era” e “com nós” (em oposição às formas-padrão “nós éramos” e “conosco”) do que pessoas mais escolarizadas.

Na letra da música, não há evidências diretas acerca do grau de escolarização do eu lírico. No entanto, há indícios de que se trata de pessoas pobres, moradoras de uma região periférica (“Morando num bairro longe”, “nosso morro”, “Só uma hora dali”). E nós sabemos bem que, na realidade brasileira, a condição socioeconômica tende a estar relacionada ao grau de escolarização: de maneira geral, membros de famílias mais abastadas tendem a usufruir, por mais

anos, da educação formal. Nesse sentido, o emprego das formas linguísticas mencionadas anteriormente parece se constituir como uma estratégia do compositor para *caracterizar dois dos personagens da narrativa* (o próprio eu lírico, que é o narrador-personagem, e sua esposa) *como pessoas pobres e simples*.

Evidentemente, como já dissemos, não faz sentido adotar uma postura preconceituosa em relação aos usos linguísticos apresentados na letra (e, claro, em relação a seus usuários): a esta altura, você já aprendeu que nenhuma forma linguística é gramaticalmente ou comunicativamente superior a outra, de maneira que não há base linguística para tratar qualquer uso como “mais correto” ou “mais bonito”. Aqui, portanto, não se trata de atribuir juízo de valor às formas utilizadas (isto é, não faz sentido dizer, por exemplo, que “nós era” é melhor que “nós éramos”). Nosso objetivo é, muito simplesmente, reconhecer a diversidade linguística do português e compreender de que maneira ela está relacionada a diferentes fatores sociais (neste caso, o grau de escolaridade do falante).

lá na plataforma

Nesta seção, analisamos a letra da música “Seu Barbosa”, com foco, apenas, sobre a variedade linguística empregada pelo eu lírico, mas, evidentemente, há muitas outras coisas para comentar sobre a construção desse texto. Por isso, disponibilizamos, na Plataforma do PVS, uma análise bem mais completa dessa letra. Não deixe de conferir!

Resumo

Nesta unidade, vimos que a língua portuguesa (como qualquer outra língua natural) não é homogênea, e, sim, *variável*. Isso significa que o português pode ser falado de muitas maneiras diferentes, a depender de uma série de fatores sociais – por exemplo, o grau de escolaridade do falante, sua faixa etária, seu gênero, e por aí vai. Vimos, ainda, que a linguagem pode ser usada de forma *estratégica* para projetar diferentes identidades (como a de uma pessoa séria, comprometida, jovial etc.). Por fim, e talvez o mais importante, aprendemos que não há qualquer razão propriamente linguística para considerar uma forma de falar melhor do que outra; por isso, qualquer julgamento dessa natureza é apenas uma manifestação de preconceito linguístico.

Atividade

O texto multimodal a seguir é uma peça publicitária que faz parte de uma campanha promovida pelo Ministério da Justiça – e veiculada no ano de 2016 –, com o objetivo de conscientizar adolescentes sobre o consumo de álcool durante o Carnaval. Leia-o com atenção:



Fonte: <https://geekpublicitario.com.br/10973/mitououmicou-campanha-do-ministerio-da-justica-alerta/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

- O texto pertence ao gênero textual *anúncio publicitário*. Pensando nos conteúdos estudados nas unidades anteriores, responda: quais são a função da linguagem e o tipo textual predominantes nesse anúncio? Justifique sua resposta.
- Você já estudou que uma variedade linguística é a forma de falar própria de um determinado grupo social, e que esse grupo pode ser definido a partir de diferentes parâmetros, como região geográfica, grau de escolarização etc. Levando isso conta, responda: qual é a variedade linguística representada no anúncio? Justifique sua resposta.
- Na sua opinião, por que o redator do anúncio optou por representar, no texto, a variedade linguística que você apontou no item b)?

Resposta comentada

a) Para identificar a função da linguagem e o tipo textual predominantes, devemos responder à seguinte pergunta: qual é o *objetivo primário* do texto? Claramente, trata-se de influenciar o comportamento do leitor, levando-o a brincar o Carnaval sem bebidas alcoólicas. Como você já estudou, esse tipo de objetivo corresponde à *função conativa* e ao *tipo textual injuntivo*.

Note, porém, que a parte central do anúncio (incluindo tanto o texto verbal quanto as imagens) apresenta uma sequência narrativa, na medida em que encadeia cronologicamente dois eventos: em um primeiro momento, o personagem escala um camarote (“Escalou o camarote pra dar um beijo”); no momento seguinte, ele cai (“Caiu porque bebeu”). Ou seja: embora o tipo argumentativo seja predominante (por conta do objetivo global do anúncio), a narração também está presente.

b) O anúncio representa uma variedade linguística que pode ser associada à fala de adolescentes ou adultos jovens – nesse sentido, trata-se de uma variedade definida em função do parâmetro social *idade*. A evidência disso é o emprego dos verbos “mitar” e “micar” (o primeiro, muito mais comum; o segundo, bem menos usado – mas, se você “der um Google”, vai encontrar alguns exemplos). Ambos os verbos são sentidos como gírias e estão fortemente associados a uma fala jovem.

c) Para responder a esta pergunta, voltemos à questão a: o objetivo primário desse texto é influenciar o comportamento do leitor, convencendo-o a não beber durante os festejos carnavalescos (por isso mesmo, a função da linguagem predominante é a conativa e o tipo textual predominante é o injuntivo). Ao mesmo tempo, é fácil notar que o público-alvo é formado por adolescentes: isso fica explícito no *slogan* “Curta a adolescência sem beber”. Nesse sentido, podemos concluir que o emprego de uma linguagem marcadamente jovem produz um efeito de identificação entre a voz que se expressa no texto e o público-alvo – isto é, os adolescentes atingidos pelo texto teriam a impressão de que o conselho está sendo dado por um “igual”, um “par” (e não por um adulto chato). Pode-se imaginar que esse tipo de efeito torne o público-alvo mais propenso a seguir o conselho. Isso significa, em outras palavras, que a estratégia de usar elementos associados a uma variedade linguística jovem aumenta a probabilidade de que o texto cumpra seu objetivo primário.

Referências

SEU BARBOSA. Compositor: Paulo Vanzolini. In: LETRAS, 2003-2021. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/paulo-vanzolini/1772128/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Prática de leitura: da organização fundamental à superfície do texto – textos não literários

10

meta

Tornar o aluno apto a interpretar e analisar textos não literários.

objetivos

Esperamos que, ao final desta unidade, você seja capaz de:

- reconhecer o gênero textual, o tipo textual e o tema central de textos não literários como etapa preliminar da atividade de interpretação;
- identificar a organização fundamental e a macroestrutura de textos não literários;
- identificar os recursos gramaticais responsáveis pela construção de sentidos nesses textos.

Introdução

Nesta unidade, você irá praticar a competência de leitura de textos não literários. Para isso, irá acompanhar a análise, desenvolvida por nós, de um texto retirado de uma prova do vestibular da Uerj. Como você verá, essa análise será dividida em três partes. São elas:

Parte 1 – Entrando no texto: primeiras impressões

Nessa parte, é promovida uma primeira aproximação entre o leitor e o texto. Trata-se do momento inicial da atividade de leitura, quando são observados aspectos como tipo textual, gênero textual e tema central, entre outros.

Parte 2 – Organização fundamental e macroestrutura

Nesse momento, identificamos os conceitos básicos que fundamentam o texto (organização fundamental) e observamos de que maneira eles se distribuem pela superfície textual (macroestrutura). Em outras palavras, verificamos de que forma esses conceitos básicos se manifestam na divisão do texto em blocos temáticos.

Parte 3 – Recursos linguísticos

Saindo do plano mais geral para o nível do detalhe, observamos os elementos gramaticais, estilísticos e textuais responsáveis por produzir os sentidos do texto.

Depois de ler a nossa análise, será a sua vez: você deverá seguir os mesmos três passos, a fim de analisar um texto retirado de uma prova do vestibular do Cederj.

Preparado? Bons estudos!

Análise de texto

(UERJ, 2020, reprodução)

Civilização

Antonio Prata

A matéria saiu no *New York Times*, foi publicada na *Folha de São Paulo*; deveria ser bibliografia obrigatória do ensino fundamental à pós-graduação, deveria ser colada aos postes, lançada de aviões, viralizada nas redes sociais, impressa em santinhos, guardada na carteira, no bolso ou no sutiã e lida toda vez que a desilusão, o desespero, a melancolia ou mesmo o tédio batesse na porta, batesse na aorta: “Para salvar Stradivarius, uma cidade inteira fica em silêncio”.

Antonio Stradivari viveu entre 1644 e 1737 em Cremona, norte da Itália, cidadezinha que hoje conta com 72.267 habitantes. Durante algumas décadas dos séculos XVII e XVIII, Stradivari produziu instrumentos de corda, como violinos, cujos sons quase quatro séculos de conhecimento acumulado não foram capazes de igualar.

luthier

Por muito tempo permaneceu um mistério o que fazia aqueles instrumentos tão diferentes dos demais, fabricados antes ou depois. Estudos recentes, porém, mostraram que, para além da artesanaria magistral do **luthier**, um tratamento químico dado à madeira, à época da fabricação, interfere na qualidade do som dos instrumentos. Profissional especializado em instrumentos de cordas

O tempo de uso também entra na equação: a secura da madeira e a distância entre as fibras, causada pela oxidação, são razões pelas quais, segundo o dr. Hwan-Ching Tai, autor de um estudo de 2016, “esses velhos violinos vibram mais livremente, o que permite a eles expressar uma gama mais ampla de emoções”.

Se é verdade que os violinos Stradivarius, como muitos vinhos, melhoraram com o tempo, é inexorável que, em algum momento, avinagrem. Pois esse momento se aproxima: depois de quase quatrocentos anos espalhando a melhor música que já foi ouvida, os violinos, violoncelos e violas de Cremona estão atingindo seu limite. Logo estarão frágeis demais para serem tocados e serão, segundo Fausto Cacciatori, curador do Museu do Violino de Cremona, “colocados para dormir”.

Antecipando-se ao sono derradeiro, os moradores de Cremona criaram o Projeto Stradivarius. “Por cinco semanas, quatro músicos, tocando dois violinos, uma viola e um violoncelo, farão centenas de escalas e arpejos, usando técnicas diferentes com arcos, ou dedilhando as cordas”, sob “trinta e dois microfones de alta sensibilidade”. Três engenheiros de som, trancados num quartinho à prova de qualquer ruído, no auditório do museu, gravarão cada uma das centenas de milhares de variações sonoras, de modo que, no futuro, será possível compor músicas com o som dos Stradivarius.

O projeto já estava quase saindo do papel em 2017 quando os idealizadores perceberam que o barulho em torno do museu impossibilitaria as gravações. O prefeito de Cremona, então, permitiu que as ruas da região fossem fechadas até que a última nota fosse imortalizada. A cidade calou-se e os Stradivarius começaram a cantar.

Até meados de fevereiro, os 72.267 moradores da cidadezinha italiana deixarão de buzinar suas lambretas, “nonas” evitarão gritar às janelas e amigos cochicharão pelas mesas dos cafês para que daqui a quatrocentos anos um garoto em Cremona, Mumbai ou Reykjavik possa compor uma música com as notas únicas e inimitáveis saídas de instrumentos feitos à mão por um homem que morreu quase um milênio antes de esse garoto nascer. Acho que é disso que estamos falando quando falamos em civilização.

Adaptado de: www1.folha.uol.com.br, 27/01/2019.

Parte 1 – Entrando no texto: primeiras impressões

De imediato, é fácil constatar que “Civilização” é um texto dissertativo em prosa, composto por oito parágrafos. Além disso, conferindo as informações que aparecem logo abaixo do nome do autor, você pode observar que esse texto foi publicado no site de um jornal de grande circulação (a *Folha de S.Paulo*), que, por sua vez, integra um grande portal de notícias (o UOL). Isso permite supor que ele pertence a algum gênero textual da esfera jornalística.

Mas tem um problema. Abrindo um jornal ou navegando por um *site* de notícias, você pode notar que essa tal “esfera jornalística” inclui uma variedade de gêneros textuais: notícia, artigo de opinião, horóscopo, resumo de capítulo de novela, entrevista, carta de leitor... Diante disso, cabe perguntar: a que gênero textual, dentro da esfera jornalística, pertence o texto “Civilização”?

Dos gêneros mencionados no parágrafo anterior, podemos descartar, de imediato, os quatro últimos: obviamente, não estamos diante de um texto de horóscopo, de um resumo de capítulo de novela, de uma entrevista, nem de uma carta de leitor. A resposta fica, portanto, entre duas opções: ou se trata de uma notícia, ou de um artigo de opinião.

A chave para identificar o gênero correto é atentar para a *finalidade* do texto. Notícias têm a função de *informar* sobre um acontecimento, ao passo que artigos de opinião servem para que o autor *comente* sobre algum fato socialmente relevante. No caso do texto “Civilização”, o objetivo, claramente, não é informar sobre a mobilização ocorrida na cidade italiana de Cremona – afinal, o enunciador já começa afirmando que a notícia foi dada pelo jornal norte-americano *The New York Times* e pelo jornal brasileiro *Folha de S.Paulo*. Assim, fica claro que o objetivo do texto é *comentar* essa notícia. Nesse sentido, o texto “Civilização” se apresenta como um *artigo de opinião*.

Mas, afinal, qual é a notícia sobre a qual o enunciador comenta? E que comentário, especificamente, ele faz? A notícia, como vemos ao final do primeiro parágrafo (e entendemos melhor ao longo do texto), diz respeito a uma espécie de pacto de silêncio ocorrido na cidade de Cremona, a fim de permitir a gravação de sons produzidos por certos instrumentos de corda com som inigualável. Por sua vez, o comentário é o de que essa mobilização coletiva é uma atitude louvável e extraordinária, na medida em que demonstra uma preocupação dos habitantes da cidade com um patrimônio cultural imaterial da humanidade (os sons incríveis desses instrumentos).

Em resumo, estamos diante de um artigo de opinião que reproduz uma notícia veiculada anteriormente (uma mobilização ocorrida na cidade de Cremona) e, a partir daí, apresenta a visão do autor sobre o evento noticiado (em particular, ele faz um *elogio enfático* à atitude dos habitantes da cidade). Com essas informações básicas, podemos começar a mergulhar mais fundo no texto.

Parte 2 – Organização fundamental e macroestrutura

Tendo construído uma primeira ideia geral do texto, podemos identificar os dois elementos que compõem sua organização fundamental. Em poucas palavras, ele se constrói a partir de uma articulação entre dois planos complementares: o dos *fatos* e o das *opiniões*. Lembre-se: *fatos* são informações objetivas, isto é, dados da realidade, que não dependem do juízo de valor pessoal de um indivíduo; *opiniões*, por outro lado, são posições pessoais – e, portanto, subjetivas – de um indivíduo ou grupo de indivíduos.

Como essa distinção ajuda a compreender o artigo “Civilização”? Simples. Se nós pudéssemos fazer uma lista de todas as afirmações contidas no texto, veríamos que é possível categorizar

todas elas como fatos ou como opiniões. Mas não precisa ter esse trabalho, porque nós já tivemos por você. O resultado: segundo a nossa análise, o texto que você leu contém *sete grandes afirmações*, nas quais há *seis fatos* e *uma opinião*. Observe:

Quadro 10.1: Classificação das afirmações contidas no texto como *fatos* ou *opiniões*

FATOS (OBJETIVOS)	OPINIÃO (SUBJETIVA)
(1) Antonio Stradivari viveu entre 1644 e 1737 e produziu instrumentos de corda extraordinários.	(1) A atitude dos habitantes de Cremona é louvável e representa um ponto alto da história da humanidade.
(2) A qualidade extraordinária desses instrumentos se deve a três fatores: qualidade da artesanaria, tratamento químico e tempo de uso.	
(3) Esses instrumentos estão chegando ao limite de sua vida útil.	
(4) Foi criado o Projeto Stradivarius, para gravar os sons produzidos por eles antes que esse limite seja alcançado.	
(5) Percebeu-se que o projeto não funcionaria por conta dos sons no entorno do local de gravação.	
(6) O prefeito autorizou o fechamento das ruas e a população concordou em permanecer em silêncio por vários dias.	

Fonte: Autoria própria.

Esse quadro captura, de forma concisa, o que nós dissemos anteriormente: a construção do artigo “Civilização” resulta de uma articulação entre o plano dos *fatos* e o das *opiniões*. Isto é: para “montar” esse texto, o autor enfileira um conjunto de fatos e, a partir deles, expressa uma opinião.

Essa análise, porém, deixa uma dúvida no ar: se o texto apresenta muito mais fatos que opiniões, a qual dos fatos enumerados a opinião se refere? A resposta é simples: ela se refere ao fato (6), isto é, o último dentre os listados no **Quadro 10.1**. Em outras palavras: o elogio enfático feito pelo autor diz respeito, especificamente, à iniciativa de fechar as ruas e silenciar a cidade. Isso fica bastante claro no último parágrafo, que começa enumerando uma série de situações em que os moradores se manterão em silêncio (“os 72.267 moradores da cidadezinha italiana deixarão de buzinar suas lambretas, ‘nonas’ evitarão gritar às janelas [...]”) para, logo em seguida, cravar um elogio enfático: “Acho que é disso que estamos falando quando falamos em civilização”.

Essa análise sugere que os diferentes fatos apresentados não têm a mesma centralidade na construção do texto. Na verdade, o fato (6) é mais importante que todos os outros, precisamente porque é a ele que se refere a única opinião expressa no artigo. Nesse sentido, se tivéssemos que elaborar um resumo do texto, buscando reduzi-lo a suas ideias essenciais, poderíamos sintetizá-lo por meio de apenas dois movimentos: (i) relato de um *fato objetivo* (a mobilização da cidade de Cremona) e (ii) expressão de uma *opinião subjetiva* sobre esse fato (a saber, o ponto de vista de que essa mobilização é uma atitude louvável). Essa organização pode ser representada como na **Figura 10.1**.

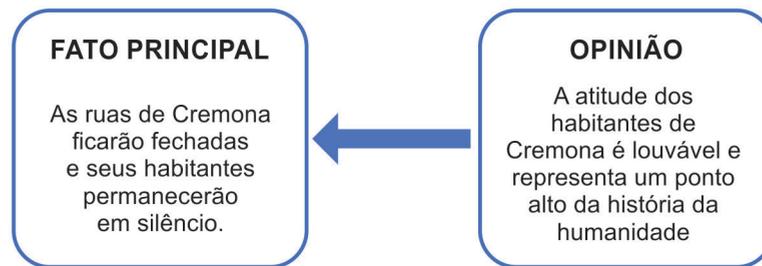


Figura 10.1: Primeira representação da organização conceitual do artigo “Civilização”. Fonte: Autoria própria.

Mas, convenhamos, essa representação está longe de contemplar inteiramente o conteúdo do texto. Afinal, ela simplesmente deixa de fora todos os fatos de (1) a (5) listados no **Quadro 10.1**. Por isso, cabe perguntar: qual é a função dos fatos de (1) a (5) na organização conceitual do artigo? Onde eles entrariam na representação que acabamos de apresentar?

Para responder a essa pergunta, imagine que o texto contivesse *apenas* estas duas informações, correspondentes aos dois movimentos indicados na **Figura 10.1**: (i) os habitantes da cidade italiana de Cremona concordaram em permanecer em silêncio por vários dias para permitir a gravação de sons produzidos por instrumentos Stradivarius e (ii) essa atitude é louvável e representa um ponto alto da história da humanidade. Se você lesse um artigo que apresentasse *unicamente* essas duas ideias, sem nenhuma informação adicional, como se sentiria? O que iria pensar?

Provavelmente, você terminaria a leitura cheio de dúvidas. Por que, afinal, os moradores de Cremona tomaram uma atitude tão radical? O que são esses instrumentos Stradivarius e por que eles são tão importantes? E, afinal de contas, para que gravar os sons produzidos por eles – não bastaria tocá-los sempre que alguém quisesse ouvi-los? Pois é. O que acontece aqui pode ser resumido da seguinte forma: por um lado, o que importava mesmo para o autor era relatar um fato (a mobilização da cidade de Cremona) e expressar sua opinião sobre ele (o elogio enfático a essa atitude). Por outro, ele sabia que leitor nenhum compreenderia plenamente o fato relatado se não detivesse uma série de informações auxiliares, que funcionam como pano de fundo – por exemplo, por que os instrumentos Stradivarius são tão importantes a ponto de o som produzido por eles ser gravado para a posteridade; por que essa gravação exige que a cidade inteira faça silêncio etc. Os fatos de (1) a (5) se configuram, portanto, como *fatos acessórios*, cuja função é auxiliar a compreensão do fato principal.

Resumindo a conversa que tivemos até aqui: o artigo “Civilização” apresenta (i) um *fato principal* (o pacto de silêncio entre os habitantes de Cremona), (ii) uma *opinião* sobre esse fato (tal pacto de silêncio é louvável) e (iii) um conjunto de *fatos acessórios* que ajudam o leitor a compreender plenamente o que motivou o fato principal. Tendo isso em mente, podemos expandir a **Figura 10.1**, a fim de representar, de forma mais completa, a organização conceitual do artigo.

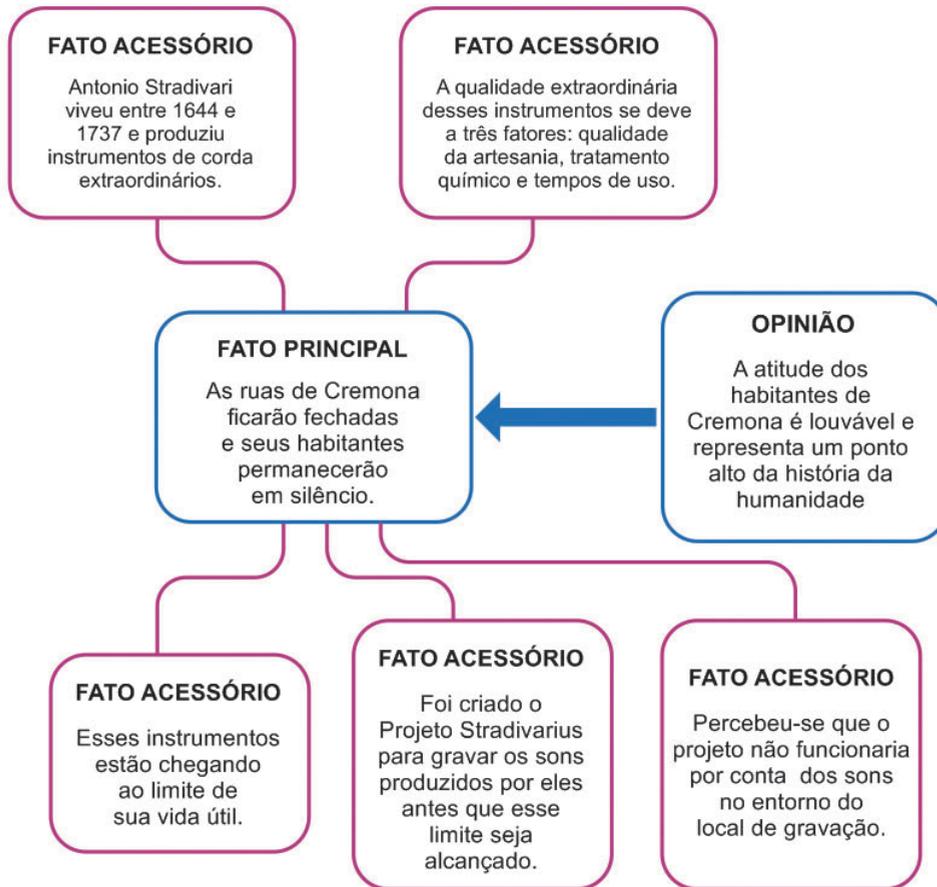


Figura 10.2: Segunda representação da organização conceitual do artigo “Civilização”. Fonte: Autoria própria.

Nessa imagem, as caixas de texto em azul capturam a essência do artigo: o fato principal e a opinião sobre ele. Ao fato principal, como você já sabe, estão relacionados outros cinco fatos secundários, que fornecem ao leitor informações de fundo necessárias para o entendimento do fato central. Na imagem, esses fatos secundários estão representados pelas caixas de texto em roxo.

Agora que você já compreendeu a organização conceitual do artigo, podemos ver de que maneira essas ideias – o fato principal, os fatos acessórios e a opinião – se manifestam na superfície textual, isto é, de que maneira elas correspondem à divisão do texto em parágrafos.

Começamos pela *opinião*. Interessantemente, o enunciador apresenta sua opinião nos dois extremos do texto: o primeiro e o oitavo parágrafos. No primeiro, o elogio à iniciativa dos cidadãos de Cremona fica claro quando o autor defende que seja amplamente divulgada a matéria do *The New York Times* relatando essa iniciativa – e, mais do que isso, afirma que essa divulgação é capaz de blindar a humanidade contra “a desilusão, o desespero, a melancolia ou mesmo o tédio”. No oitavo parágrafo, que é o último, o elogio do enunciador fica bastante explícito no período final: “Acho que é disso que estamos falando quando falamos em civilização”.

Todo o restante do texto – isto é, os parágrafos de 2 a 7 e a maior parte do parágrafo 8 – apresenta fatos, e não opiniões. Assim, os fatos de (1) a (5) do **Quadro 10.1** se distribuem ao longo de uma porção do texto que vai do início do segundo parágrafo até (aproximadamente) a metade do sétimo. Assim: (i) o parágrafo 2 explica quem foi Antonio Stradivari, *luthier* que fabricou os instrumentos de cordas cujo som se pretende registrar para a posterioridade; (ii) os parágrafos 3 e 4 explicam, juntos, por que os instrumentos fabricados por Stradivari produzem um som tão acima da média; (iii) o parágrafo 5 introduz um problema: os violinos de Stradivari estão chegando ao limite de sua vida útil; (iv) o parágrafo 6 apresenta a solução para esse problema: o Projeto Stradivarius, que pretende registrar “centenas de escalas e arpejos” produzidos por “dois violinos, uma viola e um violoncello”; (v) o parágrafo 7 expõe uma dificuldade para a implementação do projeto (o barulho no entorno do museu) e começa a apresentar a solução (o fechamento das ruas); por fim, (vi) o parágrafo 8 complementa a solução (o silenciamento da cidade).

Como se vê, portanto, se a opinião aparece nos extremos, os fatos se distribuem pelo miolo do texto. Mais especificamente, os fatos acessórios se distribuem no trecho que vai do parágrafo 2 até parte do parágrafo 7, ao passo que o fato principal se concentra na metade final do parágrafo 7 e na parte inicial do parágrafo 8. Essa distribuição pode ser vista no quadro a seguir.

Quadro 10.2: Macroestrutura do texto “Civilização”

PARÁGRAFO	TIPO DE CONTEÚDO	DETALHAMENTO	PASSAGEM TEXTUAL
1º	Opinião + fato principal	Elogio à atitude da população de Cremona + identificação dessa atitude (ficar em silêncio)	“A matéria [...] batesse na aorta” + “Para salvar Stradivarius, uma cidade inteira fica em silêncio”
2º	Fato acessório	Pequena biografia de Antonio Stradivari	Parágrafo inteiro
3º e 4º	Fato acessório	Identificação das causas que levam à qualidade do som dos instrumentos criados por Stradivari	Parágrafo inteiro
5º	Fato acessório	Deterioração da qualidade dos Stradivarius	Parágrafo inteiro

6º	Fato acessório	Solução para a deterioração: projeto Stradivarius	Parágrafo inteiro
7º	Fato acessório + fato principal	Problema para o projeto: barulho em torno do museu + solução do problema: fechar as ruas	Parágrafo inteiro
8º	Fato principal + opinião	Continuação da solução: silenciamento da cidade + elogio à atitude da população de Cremona (ficar em silêncio)	“Até meados de fevereiro [...] esse garoto nascer” + “Acho que é disso que estamos falando quando falamos em civilização”

Fonte: Autoria própria.

Veja que interessante: esse quadro revela, claramente, que o texto apresenta uma estrutura circular. Isso porque os parágrafos 1 e 8 são “espelhados”: enquanto o primeiro apresenta a estrutura *opinião + fato principal*, o oitavo exibe a estrutura *fato principal + opinião*. Assim, o texto *começa e termina* com a expressão da opinião pessoal do autor, e, em ambos os casos, essa opinião aparece imediatamente contígua ao fato principal. Entre esses dois extremos, vemos uma sucessão de fatos acessórios.

Diante dessa análise, a macroestrutura apresentada anteriormente pode ser capturada de forma condensada (e, talvez, ainda mais reveladora), com apenas três grandes blocos estruturais. Observe:

Quadro 10.3: Macroestrutura condensada do texto “Civilização”

BLOCO ESTRUTURAL	TIPO DE CONTEÚDO	PARÁGRAFO
1ª parte	Opinião + fato principal	1º
2ª parte	Fatos acessórios	2º a 7º (1º período)
3ª parte	Fato principal + opinião	7º (2º e 3º períodos) e 8º

Fonte: Autoria própria.

Parte 3 – Recursos linguísticos

Agora que você já entendeu como as ideias do texto se organizam estruturalmente, podemos descer ao nível do detalhe – isto é, podemos analisar o modo como frases específicas foram redigidas. O objetivo aqui é identificar as escolhas estruturais e vocabulares do enunciador – e, mais do que isso, compreender de que maneira essas escolhas contribuem para expressar as ideias veiculadas pelo texto.

Como você já sabe, o primeiro parágrafo apresenta a estrutura *opinião + fato principal*, o que significa que o texto começa expressando uma *opinião* e só depois nos apresenta o *fato* a que ela se refere. Por implementar, na prática, essa estrutura de parágrafo, o enunciador recorre a uma estratégia de coesão textual conhecida como *referência catafórica* (ou, simplesmente, *catáfora*). Lembrando: na catáfora, nós, primeiro, empregamos um elemento referencial e, só depois, apresentamos o referente desse elemento. A título de exemplo, pense na frase “Só quero isto: sossego”. Aqui, o elemento referencial (“isto”) aponta para um elemento que vem depois dele (“sossego”). Portanto, temos uma catáfora.

No primeiro parágrafo do texto, vemos, precisamente, esse tipo de estrutura de referênciação. Afinal, o texto se inicia com a expressão “A matéria” e só muito depois, lá no final do parágrafo, nos informa que matéria é essa (“Para salvar Stradivarius, uma cidade inteira fica em silêncio”). Ou seja, o elemento referencial “A matéria” aponta para um referente situado muitas linhas depois, o que caracteriza uma referência catafórica. A imagem a seguir representa visualmente essa referência.

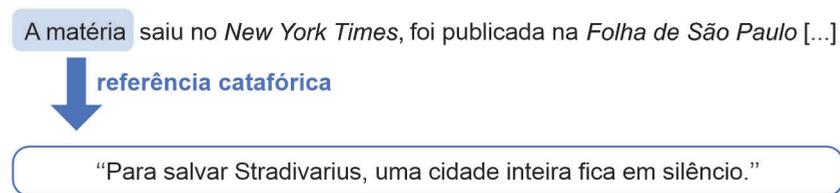


Figura 10.3: Referência catafórica no primeiro parágrafo do texto “Civilização”. Fonte: Autoria própria.

No entanto, convenhamos, apenas constatar a ocorrência de uma catáfora é insuficiente. Mais interessante do que isso é compreender *por que* o enunciador optou por uma estrutura com referência catafórica (em detrimento de seu contrário, que é a referência anafórica). A resposta é simples: a catáfora produz um efeito de suspense, gerando uma expectativa que prende o leitor ao texto. Afinal, o enunciador faz referência a uma “matéria” e, na sequência, gasta várias linhas dando indícios de que essa matéria noticia um acontecimento incrível, único, extraordinário. Naturalmente, isso despertará no leitor a curiosidade para saber qual é esse acontecimento – em outras palavras, para qual referente a expressão referencial “A matéria” aponta cataforicamente. Esse referente, como vimos, só é revelado no final do parágrafo: “Para salvar Stradivarius, uma cidade inteira fica em silêncio”.

Entre o elemento referencial (“A matéria”, no início da primeira linha) e seu referente catafórico (“Para salvar Stradivarius, uma cidade inteira fica em silêncio”, no final da última linha do primeiro parágrafo), há, pelo menos, dois pontos dignos de nota. Em primeiro lugar, esse miolo do parágrafo é composto, quase exclusivamente, por uma sucessão de expressões coordenadas (“colada aos postes” + “lançada de aviões” + “viralizada nas redes sociais” + “impressa em santinhos” + “guardada na carteira, no bolso ou no sutiã”). Esse recurso textual gera uma sensação de acúmulo ou empilhamento de ações. É um exagero intencional (não se trata de prolixidade

gratuita) e tem uma função expressiva: reforçar o quão impressionante, extraordinário e impactante é o evento noticiado na tal “matéria” referida no início do parágrafo. Isso, claro, apenas intensifica o efeito de expectativa produzido pela catáfora: afinal, se estamos diante de um evento tão fora do comum, aí mesmo é que o leitor vai fazer questão de saber do que se trata.

O segundo ponto digno de nota é a sequência “bate na porta, bate na aorta”. A expressão “bater na porta”, empregada num contexto como esse, é uma metáfora gasta, convencional. Podemos empregá-la em frases como “A ansiedade já está batendo na porta”. Mas aqui o autor vai além, e acrescenta, na sequência, a expressão “bate na aorta”. Isso aumenta a expressividade do texto por, pelo menos, quatro razões.

Primeira: a expressão “bater na aorta”, diferentemente de “bater na porta”, é uma metáfora que ainda não está batida, desgastada – e, por isso, produz um efeito expressivo mais intenso. Segunda: essa expressão faz referência à artéria aorta, responsável por levar sangue do coração para o restante do corpo – o que acrescenta uma dimensão de dor física, corpórea, ao sofrimento emocional associado aos sentimentos de desilusão, desespero, melancolia e tédio. Terceira: essa sequência é uma referência ao poema “O amor bate na aorta”, de Carlos Drummond de Andrade, que, a certa altura, diz o seguinte: “O amor bate na porta / o amor bate na aorta / fui abrir e me constipei”. Quarta: por fim, há uma questão fonética. A proximidade entre duas palavras foneticamente próximas – neste caso, “porta” e “aorta” – gera um efeito sonoro que aumenta o impacto da leitura.

Vamos avançar para o terceiro e o quarto parágrafos. Agora, já estamos bem no meio do segundo bloco estrutural, em que, como você já sabe, são enumerados diversos fatos acessórios, cujo objetivo é auxiliar na compreensão do fato principal. Esses dois parágrafos tratam, juntos, de um mesmo fato acessório: os fatores responsáveis pela qualidade superior dos Stradivarius. Um desses fatores – aquele apresentado no quarto parágrafo – é o tempo de uso: instrumentos mais antigos seriam capazes de expressar “uma gama mais ampla de emoções”.

Vem, então, o quinto parágrafo, introduzindo um novo fato acessório: a deterioração dos instrumentos causada pela passagem do tempo. Note-se que esse fato é fundamentalmente o *oposto* do anterior. Afinal, o enunciador havia acabado de tratar a passagem do tempo como um fato positivo, e agora essa mesma passagem é retratada como um acontecimento negativo.

Para marcar esse contraste, o enunciador usa um conectivo pouco comum: o “se”. Lembre-se de que a conjunção “se”, normalmente, expressa hipótese, condição – por exemplo, “se eu ganhar na loteria, vou dar a volta ao mundo”. Mas, aqui, seu significado se aproxima muito do de um conectivo concessivo, que sinaliza, justamente, a ideia de contraste, oposição (como você já viu na Unidade 6). O conectivo concessivo mais comum é, provavelmente, o “embora”, e observe que ele caberia perfeitamente aqui: “Embora seja verdade que os violinos Stradivarius, como muitos vinhos, melhoraram com o tempo, é inexorável que, em algum momento, avinagrem”. Ou seja: para marcar, na transição entre parágrafos, a mudança de uma visão positiva para uma visão negativa sobre a passagem do tempo, o enunciador recorre ao emprego

concessivo de um conectivo – o “se” – que, tipicamente, apresenta valor condicional.

Até aí, tudo bem. O problema é que essa transição pode parecer contraditória. Pense bem: como pode um mesmo acontecimento – a passagem do tempo – ser, simultaneamente, bom e ruim? Afinal de contas, o envelhecimento beneficia ou prejudica os instrumentos de cordas? Não é um pouco estranho que uma mesma causa (a passagem do tempo) produza dois efeitos diametralmente opostos (beneficiar e prejudicar os instrumentos)?

Para mostrar que isso não tem nada de estranho, o enunciador recorre a uma analogia entre os violinos e os vinhos. É uma crença corrente que vinhos tendem a melhorar com o tempo – mas só até certo limite, depois do qual eles se tornam vinagre. Ora, se nós sabemos que isso acontece com vinhos, podemos aceitar que o mesmo se passa com violinos: o tempo faz bem até certo ponto, depois disso, se torna prejudicial.

O interessante é que a analogia entre vinhos e violinos é formalmente concretizada de duas maneiras distintas: via comparação e via metáfora. A comparação aparece na seguinte passagem: “os violinos Stradivarius, como muitos vinhos, melhoraram com o tempo”. Como você já estudou, analogias concretizadas com o uso de um conectivo explícito (neste caso, o “como”) correspondem à figura de linguagem conhecida como *comparação*. Já a metáfora se manifesta no emprego do verbo “avinagrar”. Afinal, ao empregá-lo para descrever o que acontece com violinos, o autor está, implicitamente, comparando violinos a vinhos – e esse tipo de comparação implícita, sem o emprego de um conectivo, é justamente o que nós chamamos de *metáfora*.

Para resumir tudo o que dissemos nesta terceira parte, podemos reunir, em um único quadro, todos os recursos gramaticais e estilísticos identificados até aqui. Veja:

Quadro 10.4: Recursos gramaticais, estilísticos e textuais do texto “Civilização”

RECURSO	LOCALIZAÇÃO	PASSAGEM	EFEITO DE SENTIDO
Catáfora	1º parágrafo	“A matéria [...] Para salvar Stradivarius, uma cidade inteira fica em silêncio.”	Suspense: gera uma expectativa que prende a atenção do leitor.
Enumeração de orações coordenadas	1º parágrafo	“deveria ser colada aos postes, lançada de aviões, viralizada nas redes sociais, impressa em santinhos, guardada na carteira, no bolso ou no sutiã e lida toda vez que”	Sensação de empilhamento de ações: exagero expressivo e intencional, com o objetivo de reforçar a importância e o significado de um acontecimento único.
Metáfora + intertextualidade + paronomásia	1º parágrafo	“batesse na porta, batesse na aorta”	Reforça a dramaticidade da sensação de desilusão, desespero e tédio.
Conectivo concessivo “se”	5º parágrafo	“Se é verdade que os violinos Stradivarius, como muitos vinhos, melhoraram com o tempo, é inexorável que, em algum momento, avinagrem.”	Marca a relação de oposição entre duas ideias contrárias (envelhecimento como fato positivo x envelhecimento como fato negativo).
Analogia: comparação + metáfora	5º parágrafo	“Se é verdade que os violinos Stradivarius, como muitos vinhos, melhoraram com o tempo, é inexorável que, em algum momento, avinagrem.”	Esclarece a aparente contradição presente no fato de que o envelhecimento é tratado tanto quanto acontecimento benéfico quanto como acontecimento prejudicial.

Fonte: Autoria própria

Evidentemente, esse quadro não contempla todos os recursos gramaticais, estilísticos e textuais presentes no texto – basta pensar que ele faz referência a apenas dois parágrafos (o primeiro e o quinto) de um total de oito. Mesmo assim, acreditamos que os recursos listados aqui dão uma boa ideia do repertório de estratégias que o autor empregou para produzir diferentes sentidos.

Resumo

Nesta unidade, apresentamos a interpretação e a análise de um texto, dividindo-as em três etapas: (i) visão global do texto, com observação panorâmica de suas características mais gerais; (ii) identificação de sua organização conceitual fundamental e de sua macroestrutura; e (iii) identificação dos recursos gramaticais, estilísticos e textuais responsáveis pela construção dos sentidos.

Atividade

Agora é a sua vez de interpretar e analisar um texto não literário. Para isso, comece lendo, com bastante atenção, o texto a seguir.

(CONSÓRCIO CEDERJ, 2020, reprodução)

Podcasts: quem são, onde vivem, o que comem

(Cora Rónai)

Sou mais leitora do que ouvinte; de todos os formatos de informação de que dispomos, o texto continua sendo o meu favorito, disparado. Por isso, talvez, tenha demorado tanto a me entender com o formato dos podcasts.

Hoje, porém, podcasts fazem parte da minha rotina. Não só porque os ouço, mas também porque passei a fazer um.

A ideia foi da Isabella Saes, minha parceira nas tardes de quinta-feira num programa que fizemos em rádio ao longo do ano passado. Agora, uma vez por semana, nos encontramos lá em casa e, na medida em que os gatos permitem – eles derrubam o gravador, deitam em cima dos textos e fazem toda a espécie de cena de ciúme –, gravamos cerca de uma hora de conversa. Sobre política, livros, séries, meio ambiente, a vida em geral. Não é uma conversa fiada tirada do chapéu, no vai da valsa: procuramos assunto, temos reunião de pauta e até uma produtora talentosa e dedicada, a Juliana Zurli.

Mas não há mistério. Podcasts são programas de áudio que ficam na nuvem esperando o momento de ser baixados e ouvidos, como se fossem uma grande rádio on demand. Encontrar podcasts para ouvir é tão simples quanto encontrar qualquer outro conteúdo na rede: no iPhone basta recorrer ao velho ícone que está lá desde (quase) sempre, no Android é só baixar um aplicativo como o Google Podcasts ou o PodBean, ou usar o Spotify.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/podcasts-quem-sao-onde-vivem-que-comem-23798308>. Acesso em: 16 set. 2019.

Agora, responda às perguntas a seguir:

1. Faça uma análise preliminar do texto que você acabou de ler. Ele está escrito em prosa ou em verso? Se em prosa, divide-se em parágrafos? Se sim, quantos? Qual o seu tema central? Qual é o tipo textual predominante?
2. Analisando bem, é possível notar que o texto está estruturado por meio de dois grandes blocos: o primeiro vai do primeiro ao terceiro parágrafo e o segundo corresponde ao quarto parágrafo. Qual é a oposição básica que se verifica entre esses dois blocos que organizam a estrutura textual?
3. Em relação aos elementos linguísticos, estilísticos e textuais particulares que contribuem para a construção dos sentidos do texto, responda às perguntas a seguir:
 - a) O título do texto manifesta um tipo de relação intertextual conhecido como paródia. Justifique essa afirmação e explique que efeito de sentido essa paródia produz no texto.

b) No início do segundo e do quarto parágrafos, a transição entre parágrafos se dá por meio de uma conjunção adversativa. Em primeiro lugar, localize essas duas conjunções. Em seguida, explique, para cada caso, qual a contribuição desses conectivos para a construção da coesão e da coerência textuais.

Resposta comentada

1. O texto está escrito em prosa e se divide em quatro parágrafos. O tema central são os *podcasts*. Na medida em que seu objetivo primário é explicar o que são *podcasts*, trata-se de um texto, predominantemente, dissertativo-expositivo (que contém, no entanto, passagens narrativas e descritivas).

2. Nos três primeiros parágrafos, o tópico é a *própria enunciadora*. Note-se que a maioria das frases consistem em comentários / afirmações sobre ela: “[eu] Sou mais ouvinte que leitora”; “Não só porque [eu] os ouço, mas também porque [eu] passei a fazer um”; “Agora, uma vez por semana, [nós] nos encontramos lá em casa” etc. Já no último parágrafo, o tópico passa a ser os *podcasts*, isto é, a enunciadora deixa de falar sobre ela mesma (seus gostos, sua rotina etc.) e passa a falar sobre esse tipo de mídia. Por exemplo: “Podcasts são programas de áudio que ficam na nuvem esperando o momento de ser baixados e ouvidos”. A oposição fundamental do texto, portanto, é *eu x podcasts*, manifestada na superfície textual da seguinte maneira: eu – parágrafos 1 a 3; *podcasts* – parágrafo 4.

3. a) A intertextualidade reside no fato de que o título evoca as conhecidas chamadas televisivas do programa “Globo Repórter”, veiculado pela *Rede Globo* de televisão. A sequência “quem são, onde vivem, o que comem” é típica dessas chamadas (ou, pelo menos, de brincadeiras populares com elas). No programa, porém, normalmente são veiculadas reportagens que apresentam aos telespectadores os hábitos de espécies animais pouco conhecidas. Ao substituir uma espécie animal por “*podcasts*”, a autora faz, a rigor, uma paródia, evocando o enunciado original, mas subvertendo-o de forma irônica, brincalhona. Com isso, ela produz o sentido de que os *podcasts* são como espécies exóticas – isto é, amplamente desconhecidos de boa parte da população.

b) No segundo parágrafo, a conjunção adversativa utilizada para conectá-lo ao anterior é “porém”: “Hoje, porém, *podcasts* fazem parte da minha rotina.” No quarto, trata-se de “mas”: “Mas não há mistério”.

No primeiro caso, a conjunção se justifica pelo fato de que, no primeiro parágrafo, a enunciadora havia dito que, por muito tempo, não teve proximidade como o formato dos *podcasts*, por ser “mais leitora que ouvinte”. Isso gera a expectativa de que, nos dias de hoje, ela continuaria não os acessando, já que se trata de programas em áudio, feitos para serem ouvidos. A conjunção “porém” sinaliza a quebra dessa expectativa.

Já no segundo caso, a conjunção se justifica pelo fato de que, no terceiro parágrafo, a enunciadora havia enfatizado a *complexidade* da produção de um *podcast*. No quarto parágrafo, porém, ela enfatiza a *facilidade* de acessá-los e ouvi-los. A conjunção “mas”, portanto, sinaliza esse contraste.

Referências

CONSÓRCIO Cederj. *Vestibular Cederj: universidades públicas a distância*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2020. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/caderno-cederj-2020-1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2021.

UERJ. *Vestibular estadual 2020*. Rio de Janeiro: Uerj; DSEA, 2019. Disponível em: https://www.vestibular.uerj.br/wp-content/uploads/2019/06/1_Exame_Qualificacao.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.